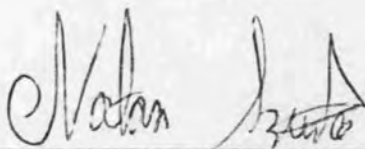


UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE  
SOBRAS EM UMA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO - UM ESTUDO DE CASO.

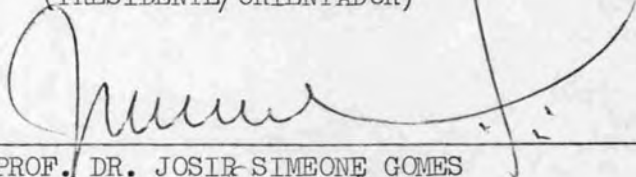
HILDEFONSO PERES SOLER

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS  
CONTÁBEIS - ISEC, DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (M.Sc.)

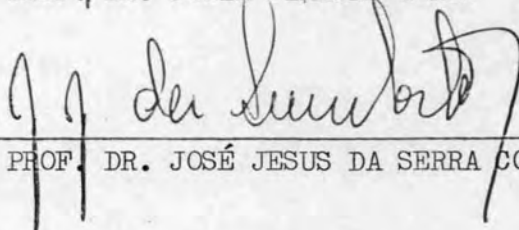
APROVADA POR



PROF. DR. NATAN SZUSTER  
(PRESIDENTE/ORIENTADOR)



PROF. DR. JOSIR-SIMEONE GOMES



PROF. DR. JOSÉ JESUS DA SERRA COSTA

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL  
DEZEMBRO DE 1987

SOLER, Hildefonso Peres

Uma contribuição ao estudo da influência da inflação na distribuição de sobras em uma cooperativa de produção-um estudo de caso.

XI, 168 f.

Dissertação: Mestre em Ciências Contábeis

1.Cooperativas 2.Inflação 3.Dissertação

Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro-ISEC

II.Título

## AGRADECIMENTOS

À Fundação Universidade Estadual de Londrina, instituição a que pertença e que viabilizou a minha participação no curso de Mestrado do Instituto Superior de Estudos Contábeis, da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro.

À CAPES, pelo apoio financeiro dado através de Bolsa de Estudos durante a frequência no curso de Mestrado.

Ao Professor Natan Szuster pela orientação dada durante a realização deste trabalho.

Ao Professor Josir Simeone Gomes pelo apoio dado durante o curso e por aceitar ser membro da Banca Examinadora.

Ao Professor Dr. José Jesus da Costa Serra pela distinguida honra de aceder em participar da Banca Examinadora.

Ao Professor Deny da Rocha Monteiro pela colaboração dada na realização do presente estudo e pela

demonstração de amizade.

À firma Itautec Informática S/A, escritório de Londrina, na pessoa do Sr. Moisés Pedro Betoni, seu Representante Técnico, pela permissão do uso dos equipamentos, e aos senhores Dirceu Teixeira Veloso Jr. (Analista de Sistemas), José Cipriano Bittencourt de Azevedo, Milton Yoshitaka Yamashita, Nelson Neves Filho (Técnicos), pela assistência dada.

A todos os Professores do ISEC e a todos os colegas do Curso de Mestrado, pela amizade demonstrada.



## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo a análise das demonstrações contábeis de uma cooperativa de produção, após a aplicação dos métodos contábeis que reconhecem os efeitos da inflação sobre as mesmas, procurando definir qual a influência da flutuação de preços na distribuição das Sobras, após a aplicação dos referidos métodos.

Na revisão da literatura foram abordados os métodos que reconhecem os efeitos inflacionários sobre as demonstrações contábeis, um breve histórico sobre a legislação que abrange a correção monetária no Brasil e uma introdução à filosofia, princípios e características das Sociedades Cooperativas (cap.II).

O presente estudo foi desenvolvido através do método de Estudo de Caso, em razão da carência de verificações empíricas na área do cooperativismo, e da necessidade de discriminação do método, coleta e tratamento dos dados (cap.III).

A seguir, apresenta os resultados alcançados após a aplicação dos métodos do Custo Histórico Corrigido, do Custo

Corrente Corrigido Parcial, com a aplicação da variação mensal do IGP em ambos os métodos, além do método adotado pela legislação brasileira, sendo que este último efetuado com a aplicação do índice oficial no período em observação, isto é, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e a variação mensal do Índice Geral de Preços (IGP) (cap.IV).

Os resultados alcançados permitiram a análise dos mesmos (cap.V), chegando-se às conclusões e, finalmente sugeriu-se uma nova pesquisa na área do cooperativismo (cap.VI).

## ABSTRACT

The present research aimed the analysis of a production cooperative statement, after the application of accounting methods which includes the inflationary effects on it, also in the research to define the price oscilation influences on over an loss distribution after the use of that methods.

In the literature review were included the subjects on accounting methods with inflacionary effects the evolution price level adjustment in Brazilian legislation and the character, principles and philosophy of cooperative corporation (chapter II).

The Case Study method was used in the present research because in lacks in cooperative corporation subjects evidences of empiracal data and the need to define a useful mehod of data collection and treatment (chapter III).

Results of the research are presented in the sequence after the use od General Price Level Accounting, the Parcial Corrected Currente Cust Value, with in the variactions in The General Prices Index (IGP) in both

methods, and also the method adopted by brazilian legislation, with the use of official indexes, the ORTN (Brazilian Governments Federal Treasury Bonds) and IGP (Fundation Getúlio Vargas: General Price Index) (chapter IV).

The data analisys and the results are presented in the chapter V, conclusions and finally the suggestion of a new research on cooperative corporation subject are included in the chapter VI.

## I N D I C E

pg.

### CAPITULO I

1-INTRODUÇÃO	1
1-1- O PROBLEMA	2
1-2- OBJETIVOS DO ESTUDO	8
1-3- IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	9
1-4- DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	11
1-5- ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	11

### CAPITULO II

2-FUNDAMENTOS TEÓRICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2-1- MÉTODOS CONTÁBEIS DE RECONHECIMENTO DOS EFEI <u>TOS</u> DA INFLAÇÃO	15
2-1-1- CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO	20
2-1-2- CUSTO CORRENTE DE REPOSIÇÃO	27
2-1-3- CUSTO CORRENTE CORRIGIDO	34
2-2- RESUMO DOS ESTUDOS DOS MÉTODOS CONTÁBEIS DE RECONHECIMENTO DOS EFEITOS DA INFLAÇÃO NO BRA <u>SIL</u>	38
2-2-1- A LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA E A CORREÇÃO MO- NETÁRIA	41
2-3- COOPERATIVISMO	46
2-3-1- ORIGEM	46
2-3-2- PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS	48
2-3-3- SOCIEDADES COOPERATIVAS	50

### CAPITULO III

3-METODOLOGIA APLICADA	62
3-1- INTRODUÇÃO	63
3-2- O PROBLEMA	63
3-3- O OBJETIVO	65
3-4- A ESCOLHA DO MÉTODO CONTÁBIL PARA O AJUSTA- MENTO DOS DADOS	67
3-5- A EMPRESA-CARACTERÍSTICAS GERAIS	69
3-6- O MÉTODO DA COLETA DE DADOS	71
3-7- O TRATAMENTO DOS DADOS	72
3-8- LIMITAÇÕES DA PESQUISA	82

### CAPITULO IV

4-RESULTADOS	84
4-1- INTRODUÇÃO	85
4-2- RECOMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS	86
4-2-1- A VALORES HISTÓRICOS	86
4-3- AJUSTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATÉ 31.12.83.	89
4-3-1- DO ATIVO PERMANENTE	90
4-3-2- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95
4-4- AJUSTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A PARTIR DE 31.12.83	99
4-4-1- PELO MÉTODO LEGAL	99
4-4-2- PELO MÉTODO DO CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO	101
4-4-3- PELO MÉTODO DO CUSTO CORRENTE CORRIGIDO PAR- CIAL	104



4-5-	APRESENTAÇÃO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS A VALORES DA DATA DE 31.12.85	106
------	--	-----

## CAPITULO V

5-	ANÁLISE DOS RESULTADOS	111
5-1-	INTRODUÇÃO	112
5-2-	ESTOQUES	112
5-3-	ATIVO PERMANENTE	115
5-4-	GANHOS E PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS	119
5-5-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121
5-6-	DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS	126
5-7-	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS MÉTODOS	146

## CAPITULO VI

6-	SUMÁRIO, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	156
6-1-	SUMÁRIO	157
6-2-	CONCLUSÕES	161
6-3-	RECOMENDAÇÕES	162
6-4-	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	162

## BIBLIOGRAFIA

## **CAPITULO I**

### **INTRODUÇÃO**

## 1-INTRODUÇÃO

### 1-1-O PROBLEMA

A crescente complexidade do mundo econômico em que se encontram as Cooperativas, faz com que estas necessitem de um adequado sistema de informações para que possam atingir os objetivos propostos em seus estatutos.

Tal sistema deve permitir aos seus administradores e associados uma maior facilidade para tomadas de decisões rápidas e eficientes para um melhor desempenho.

Dentro de um bom sistema de informações, utilizado pelas Sociedades Cooperativas, uma das fontes básicas é a Contabilidade.

Um dos objetivos desta é o controle do patrimônio da sociedade, assim como o de conhecer de forma precisa as "Sobras ou Perdas"\* , em um determinado período.

Ao se registrar e classificar, através da Contabi -

---

\*Denominação utilizada pelas Sociedades Cooperativas, equivalente a lucros e perdas nas Sociedades que visem lucros.

lidade, de forma ordenada e sistêmica todos os fatos com relevância econômica, busca-se a transparência econômico-financeira da gestão da entidade, possibilitando assim, que seus associados conheçam a evolução e a situação da mesma.

Para distribuir adequadamente as Sobras Líquidas, ou ratear as Perdas, é imprescindível conhecer exatamente qual foi o resultado que a Cooperativa obteve no período.

Contudo, um fenômeno que pode levar as demonstrações contábeis fornecerem resultados que não reflitam a exata situação econômico-financeira de uma Cooperativa é a flutuação dos preços.

Em períodos de elevado grau de inflação, como o que ocorre no Brasil, o poder de compra da moeda sofre modificações significativas no tempo.

Considerando tais fatos, as demonstrações contábeis elaboradas através do custo histórico, sem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, apresentam os seus valores distorcidos.

Procurando propiciar uma retribuição mais atualizada aos investidores, e um sistema mais justo na distribuição de lucros, a lei comercial e tributária tem procurado corrigir as distorções ocasionadas pela inflação através da adoção da prá-

tica e de critérios de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis.

No Brasil, através da Lei 6404 de 15.12.76 e o Decreto-Lei nº 1598 de 26-12-77, foi introduzido o reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis.

Destaque-se, inicialmente, que o mecanismo introduzido pela referida Lei corrige tão somente itens que representam o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido, e não corrige outros itens do Ativo e do Passivo bem como aqueles que representam fluxos (receitas, despesas, custos).

Tal norma é criticada por não evidenciar os efeitos inflacionários (ganhos e perdas) sobre os itens monetários, como o faz a Contabilidade a Nível Geral de Preços; contudo, o efeito econômico das variações do poder aquisitivo da moeda é refletido no Balanço e acaba sendo considerado como resultado.

Segundo Martins:

"a Lei corrige é o efeito da inflação sobre os Ativos Monetários e sobre os Passivos também Monetários. Talvez a técnica utilizada pela Lei não deixe isso transparecer à primeira vista. Mas, em compensação, conseguiu o legislador uma forma bastante simples de contabilização que chega ao Resultado correto"<sup>1</sup>.

E concluindo diz:

---

1)-MARTINS, Eliseu: "O porquê da correção monetária do lucro na nova Lei das S.A." -Revista Brasileira de Contabilidade, nº 22, 1977, p.61



"A Nova Lei das Sociedades Anônimas adota um conceito de Resultado corrigido pela inflação que nada mais representa do que a medida do quanto aumentou ou diminuiu o Patrimônio Líquido durante um período, fazendo a comparação entre os valores de fim e de início desse período, desde que o inicial esteja atualizado para a moeda de poder aquisitivo do fim. Corresponde ao conceito de lucro como a parcela que pode ser distribuída para se ter, no fim, o que se tinha no início. A técnica utilizada está correta"<sup>2</sup>.

O Decreto-Lei nº 1598/77, determina que a correção monetária deve ser procedida com base na variação do valor nominal de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), sendo a mesma substituída pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), conforme o disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 2284 de 10.03.86.

Contudo, no decorrer do tempo, o índice oficial para a correção monetária dos balanços não tem refletido a variação dos preços ocorridos no período, e tal fato faz com que ocorram distorções no dimensionamento das contas atualizadas pelo referido índice, e conseqüentemente um efeito no resultado e no patrimônio líquido.

No caso específico das Sociedades Cooperativas, as que não efetuam operações com terceiros não estão sujeitas à tributação do Imposto sobre Renda e desobrigadas pela legislação fiscal de efetuarem a correção monetária de seus balanços.

---

2)-MARTINS, Eliseu- "O porquê da correção monetária do lucro na nova lei das S.A." -Revista Brasileira de Contabilidade, nº 22, 1977, p. 61



Apesar dessa não obrigatoriedade, a aplicação da correção monetária, instituída pelo Decreto-Lei nº 1598/77, pode ser efetuada nos balanços das Sociedades Cooperativas, pois a Portaria INCRA nº 328 de 05.10.84, em seu item I, diz:

"A correção monetária do balanço é obrigatória para as cooperativas a ela sujeitas, na forma da legislação pertinente, podendo aplicar-se, como é de conveniência econômica e administrativa, às demais cooperativas não sujeitas, que se subordinam ao controle e à fiscalização deste Instituto"<sup>3</sup>.

Assim sendo, deve-se considerar que a não correção monetária do balanço pode levar as demonstrações contábeis a não atenderem aos objetivos de propiciarem aos seus usuários uma perfeita avaliação da situação patrimonial e financeira das mesmas, bem como os resultados apurados nas suas atividades básicas.

Como as Sociedades Cooperativas devem distribuir os seus excedentes obtidos das Sobras Líquidas depois de as mesmas pagarem os gastos de funcionamento e deduzir a parte destinada aos fundos obrigatórios definidos por Lei e outros estabelecidos em Assembléia, o não reconhecimento dos efeitos inflacionários irá distorcer as Sobras Líquidas e a dedução dos fundos, com reflexos no Patrimônio Líquido.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) discorrendo sobre o assunto, afirma:

---

3)-Organização das Cooperativas Brasileiras- A correção monetária dos balanços das sociedades cooperativas". Brasília, 1985, p.39

"O reconhecimento permanente dos efeitos da inflação sobre o patrimônio e os resultados conseguidos permitem aos administradores das cooperativas uma visão bem nítida de seu posicionamento econômico-financeiro, ao mesmo tempo em que os capacita a reciclagens ou correções de rumo que lhes assegurem a sobrevivência empresarial, ou o fortalecimento societário"<sup>4</sup>

As Sociedades Cooperativas que, em função de suas atividades, estão sujeitas à correção do balanço nos termos do Decreto-Lei nº 1598/77, devem obedecer à Resolução CNC nº 27 de 22 de agosto de 1984 que dispõe sobre a correção monetária das Sociedades Cooperativas.

A entidade em estudo, em períodos anteriores, efetuou operações com terceiros, estando assim, naquela época, sujeita aos efeitos da Resolução acima e desobrigada nos períodos que não efetuou tais operações.

Ressalte-se que as Sociedades Cooperativas que efetuam operações com terceiros, se deixarem de fazê-lo em determinado exercício, estão automaticamente desobrigadas de efetuar a correção monetária de seu balanço nesse período; contudo, é recomendado pela OCB:

"que procedam à correção monetária de seu balanço, por uma questão de conveniência econômica e administrativa, até mesmo as cooperativas não sujeitas ao pagamento do Imposto sobre Renda com base no lucro real, bem assim aquelas que tendo efetuado a correção em dado exercício, possam eximir-se a esse procedimento em exercício subsequente, ou subseqüentes, em que estejam dispensadas de fazê-lo"<sup>5</sup>.

---

4)-Organização das Cooperativas Brasileiras- A correção monetária dos balanços das sociedades cooperativas". Brasília, 1985, p.43

5)-Organização das Cooperativas Brasileiras- A correção monetária dos balanços das sociedades cooperativas". Brasília, 1985, p.43

## 1-2-OBJETIVOS DO ESTUDO

Considerando que a variação do valor nominal de uma ORTN, aplicada na correção monetária das demonstrações contábeis até 28 de fevereiro de 1986, ter sido no decorrer do tempo inferior a variações dos preços específicos (conforme Tabela I às páginas nº 72), pretende-se, no presente estudo, analisar os efeitos inflacionários e as variações nos preços específicos dos bens em estoques da entidade, que possam influir na distribuição de sobras e consequentemente no Patrimônio Líquido no período de 31.12.83 a 31.12.85.

A análise será efetuada após a aplicação dos métodos: a)-Método Legal\*, aplicando-se a variação mensal da ORTN e do IGP; b)-Custo Histórico Corrigido, (aqui entendido como o da Contabilidade a Nível Geral de Preços) e c)-Custo Corrente Corrigido, aqui denominado de Custo Corrente Corrigido Parcial, em virtude de serem aplicados neste último os preços específicos tão somente em alguns dos itens dos estoques, conforme o disposto no capítulo III.

---

\*Conforme a legislação sobre Correção Monetária, atualmente em vigor.

### 1-3- A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Como consequência da inflação e das constantes alterações nos preços relativos dos bens na economia, foram desenvolvidos métodos e técnicas que permitem o registro contábil dos efeitos desse fenômeno.

Tais métodos têm como finalidade a preservação da integridade do patrimônio das empresas ante tal situação, bem como a mensuração das Sobras no caso das Sociedades Cooperativas, e ainda, a evidenciação dos efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda nas demonstrações contábeis.

No Brasil, o instituto da correção monetária, inovação introduzida pela Lei 4357 de 16 de julho de 1964, "pretendia prover a economia do país de um instrumento de convivência pacífica com a inflação, permitindo a indexação de seus efeitos. Tal não se deu, todavia, ao longo desse tempo"<sup>6</sup>.

O impasse surgido em consequência da defasagem entre as taxas de ascensão dos preços e as da correção monetária, fez com que as demonstrações contábeis passassem a perder o seu valor informativo.

---

6)-MOREIRA, José Nazareno-A inflação e os resultados dos bancos-mensuração das distorções causadas pelas práticas vigentes: um estudo de caso, Dissertação Mestrado, Rio de Janeiro, COPPEAD, 1984, P.6.



Procurando minimizar essa deficiência, isto é, uma melhor qualificação nas informações das demonstrações contábeis, emprega-se a técnica da correção integral (custo histórico corrigido), que efetua a correção das variações do poder aquisitivo da moeda, bem como, o método do custo corrente corrigido, que visa a correção das variações do poder aquisitivo da moeda e adota os preços correntes de reposição na data do balanço em todos os itens não-monetários.

Segundo Martins<sup>7</sup>, em 1982 a Telefônica do Paraná S/A (TELEPAR) pela primeira vez no Brasil, divulgou em seu Relatório de Administração, duas demonstrações de resultados; a legal conforme práticas usuais e a integralmente corrigida, e vem mantendo esse procedimento até hoje.

A Viação Aérea São Paulo (VASP), no início de 1985, divulgou de forma ampla a correção integral de suas demonstrações contábeis, abrangendo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, bem como deu em Notas Explicativas as informações concernentes às mesmas.

A correção integral efetuada pela VASP, segundo os auditores externos da mesma, "chegam inclusive a dizer que as demonstrações obtidas pelo Price-Level Accounting melhor

---

7)-MARTINS, Eliseu-"Correção integral de balanços-price level accounting. Revista da CVM: jan/jun/85, n.7, v.3. p.9.

revelam, para fins comparativos e de análise econômico-financeira a posição patrimonial e financeira da Viação Aérea São Paulo S.A."8.

#### 1-4-DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará circunscrito, sob o ponto de vista contábil, a mensuração e registro dos efeitos inflacionários sobre o Patrimônio Líquido da entidade, analisando ainda, as implicações na distribuição das Sobras da mesma, após a aplicação dos métodos contábeis que reconhecem os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis propostos no Capítulo III.

O método adotado, isto é, o estudo de caso limita as conclusões do estudo à entidade pesquisada, não permitindo generalizações, pois a natureza da entidade, uma Sociedade Cooperativa, poderá não apresentar as mesmas características de suas similares, e cada uma deve ser analisada dentro de seu campo de ação.

#### 1-5-ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Procurando atingir o objetivo proposto, o presente estudo encontra-se estruturado na seguinte forma:

---

8)-MARTINS, Eliseu: Olhe bem o balanço da Vasp. Boletim IOB.16/85.



O primeiro capítulo apresenta o problema, com uma introdução ao assunto a ser estudado, o objetivo, descreve a importância, a delimitação do estudo e a organização do mesmo.

No segundo capítulo encontram-se os fundamentos teóricos que norteiam os métodos contábeis de reconhecimento dos efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda e as variações de preços específicos, bem como um breve estudo sobre as Sociedades Cooperativas, envolvendo a origem do Cooperativismo, seus princípios e principais características.

A metodologia a ser utilizada no trabalho, envolvendo o problema, o objetivo, a empresa e suas características gerais, a escolha dos métodos contábeis utilizados para o ajustamento dos dados, o método utilizado para a coleta dos dados e o tratamento dos mesmos, e as limitações da pesquisa encontra-se inserida no capítulo terceiro.

O capítulo quarto apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação prática dos métodos que reconhecem os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis, envolvendo uma introdução, a recomposição dos balanços patrimoniais, o ajustamento das demonstrações contábeis através da aplicação do método legal, do custo histórico corrigido e do custo corrente corrigido parcial.

A análise dos resultados apresentados pelos métodos que reconhecem os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda nas demonstrações contábeis está contida no capítulo quinto.

Finalmente, no capítulo sexto, encontra-se a conclusão sobre o estudo, um sumário sobre o mesmo, terminando com as recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

## **CAPITULO II**

### **2 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

## 2-FUNDAMENTOS TEÓRICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2-1-MÉTODOS CONTÁBEIS DO RECONHECIMENTO DOS EFEITOS DA INFLAÇÃO

Segundo Pagano<sup>1</sup>, a inflação é um fenômeno muito antigo, talvez tão velho como a própria moeda.

Tal fenômeno, que pode ser definido como o declínio do poder aquisitivo de compra da moeda à medida que sobe o índice geral de preços de bens e serviços, ou segundo Marim, "caracteriza-se por uma alta persistente e generalizada do nível de preços"<sup>2</sup>, afeta os vários aspectos da vida econômica, tais como decisões sobre investimentos, negociações de salários, política de preços e fiscal, exportações, etc.

Wanless & Forrester<sup>3</sup> discorrendo sobre o assunto dizem que, quando a taxa anual de inflação é baixa, pode ocorrer uma tendência generalizada para se considerar o problema como não muito sério para se justificar qualquer medida. Dizem ainda que, mesmo a taxa de inflação sendo baixa, após

---

1)-PAGANO, Authos-Três teorias da inflação monetária: a quantitativa, a da escola de cambridge e a Estruturalista. Revista da Contabilidade e Comércio, Aveiro, 1973, 158, p.146

2)-MARIM, Walter Chaves- A análise das alternativas de investimentos-uma abordagem financeira. São Paulo, Atlas, 1978, p.6

3)-WANLESS, P.T. e FORRESTER, D.A.R.-Contabilidad en epocas de inflación. Editorial Limusa SA, Mexico, 1985, Tradução do original "Readings Inflation accounting", John Wiley Sons Ltd. USA, s/d.

vários anos, poderá ocorrer efeitos significativos nos ativos e passivos mantidos por uma empresa nesses períodos.

Contudo, quando a taxa anual de inflação aumenta a níveis significativos e persistentes, é necessária a adoção de medidas para contê-la ou reduzi-la a níveis compatíveis como se observou recentemente no Brasil.

Iudícibus, discorrendo sobre o assunto diz:

"o impacto das flutuações do poder aquisitivo da moeda é demasiado grande, no Brasil e em muitos outros países, para ser desprezada na Contabilidade e na análise de balanços.<sup>4</sup>

Preocupando-se com tal situação, pesquisadores da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, entre eles Iudícibus (1966 e 1968), Ramos (1968) e Martins (1972), elaboraram e publicaram estudos sobre o assunto, onde procuravam dar contribuições na aplicação de métodos que poderiam vir a reduzir e evidenciar os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis.

Quando as demonstrações contábeis são elaboradas com base no valor histórico, resulta que as contas se apresentam expressas em termos de poder de compra na data em que os bens foram adquiridos, as obrigações incorridas ou o capital obtido.

---

4)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Análise de balanços. 4a.ed., São Paulo, Atlas, 1982, p.172



Tal procedimento, em períodos de inflação elevada, pode levar as informações produzidas pela contabilidade a custo histórico serem insuficientes, pois:

I-Geralmente as despesas incorrem antes da realização das receitas e sendo assim os resultados do exercício podem estar distorcidos, pois a comparação entre as mesmas é efetuada a nível geral de preços em épocas diferentes.

Por isso, quanto mais longo for o ciclo económico desde a aquisição até a venda, tenderá a ser maior a superavaliação dos resultados em época de inflação;

II-As imobilizações estão muitas vezes subavaliadas;

III-As medidas de rentabilidade dos ativos podem fazer com que as análises comparativas não evidenciem a verdadeira situação da entidade;

IV-A comparação entre períodos poderá apresentar resultados que não expressam a realidade, porque se estará a comparar unidades monetárias diferentes.



Por essas razões, há necessidade que a contabilidade demonstre ou faça refletir os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis, pois é com base nas mesmas que, em grande parte, os empresários, investidores, credores e outros usuários da Contabilidade tomam decisões, pois conforme afirma ASSAF NETO:

"o analista de investimentos, ao estudar a rentabilidade das aplicações realizadas pela empresa deve derá, preocupar-se em levantar os seus lucros em termos de poder aquisitivo da moeda, na época em que se efetua a análise<sup>5</sup>.

Bresser Pereira lembra que:

"um dos critérios mais negativos da inflação é o de as empresas serem levadas a uma situação próxima ao descontrole. Em períodos inflacionários, os administradores, baseando-se nos meios de controle tradicionais, passam a tomar decisões segundo a sua intuição particular. Malgrado o amplo desenvolvimento das técnicas administrativas de controle, voltam a ser adotados métodos empíricos de gestão<sup>6</sup>.

O desenvolvimento de um sistema de contabilidade que demonstre ou reflita os efeitos da inflação apresenta-se cercado de dificuldades, existindo hoje variadas opiniões sobre o assunto, que dão lugar a um grande volume de literatura que não cessa de aumentar e que tem provocado o surgimento de diversas técnicas ou métodos de correção.

---

5)-ASSAF NETO, Alexandre- Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro, São Paulo, Atlas, p.90, 1981

6)-BRESSER PEREIRA, Luís Carlos-Inflação e lucros da empresa,Revista de Administração de Empresas, V, IV, 10, p.69:89

Para efeito do presente estudo, serão destacadas as do Custo Histórico Corrigido (CHC), do Custo Corrente de Reposição (CCR) e do Custo Corrente Corrigido (CCC), conquanto na aplicação e no tratamento dos dados aplicar-se-ão tão somente o Custo Histórico Corrigido e o Custo Corrente Corrigido.

O objetivo de cada método é bem específico, embora todos pretendam refletir nas demonstrações contábeis, os efeitos das variações de preços.

Segundo Bruni<sup>7</sup>, o método do CHC, está voltado essencialmente para as flutuações de preços que decorrem de causas monetárias, e que geram flutuações gerais nos preços, manifesta sob a forma de inflação, e assim sendo, visa reconhecer e neutralizar nas demonstrações contábeis os efeitos das flutuações de preços.

Já o método do CCR, conforme discorre Bruni<sup>8</sup>, aplica-se principalmente às variações específicas de preços ou flutuações de preços provocados por causas econômicas ou reais, incorridos ou potenciais.

---

7)-BRUNI, Antonio Jorge: Efeitos da inflação nas demonstrações contábeis-uma contribuição ao estudo da correção monetária, Dissertação de Mestrado. São Paulo, EAESP/FGV, 1983, p.71

8)-Idem, *ibidem*

O método do CCC, procura aliar as vantagens e os efeitos do CHC e do CCR, isto é, reconhecer e neutralizar os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda e a variação dos preços específicos.

A seguir serão analisados os métodos acima.

## 2-1-1-DO CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO

Este sistema, segundo Souza<sup>9</sup>, também conhecido por CPP (Current Purchasing Power Accounting) na Inglaterra e por GPLA (General Price Level Accounting) nos Estados Unidos e entre nós denominado de Contabilidade a Nível Geral de Preços (tradução de GPLA), por Custo Histórico Corrigido ou ainda por Correção Integral, é uma forma de refletir os efeitos inflacionários e de demonstrar a posição patrimonial em uma moeda constante.

Neste sistema não se procede à avaliação dos bens patrimoniais a valor de mercado, mas apenas à determinação do seu valor em termos de moeda com poder de compra corrente, através da aplicação de um índice geral de preços.

---

9)-SOUZA, Ezequiel José Santos de-"Reavaliação do imobilizado e outros aspectos do tratamento dos efeitos da inflação". Revista de Contabilidade e Comércio, Aveiro, dez/78, p. 363

## 2-1-1-1-OPERACIONALIDADE

### a)-ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

O Prof. Szuster discorrendo sobre o assunto, diz:

"o método advoga a utilização de um índice geral de preços que meça a variação do poder aquisitivo da moeda em relação aos produtos e serviços disponíveis no Sistema Econômico"<sup>10</sup>.

Na determinação de tal índice reside um dos maiores problemas para a aplicação do método do CHC.

Reig<sup>11</sup>, afirma que "o problema é em si muito complexo, e requer definições prévias sobre qual é o propósito que o índice deve atender".

O melhor índice deverá ser, sem dúvida, aquele mais geral possível, ou seja, a média ponderada de variações de preços de todos os bens e serviços da economia.

---

10)-SZUSTER, Natan: Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda: uma aplicação prática. Dissertação Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1960, p.6

11)-REIG, Enrique Jorge-La contabilidad ante la inflación, Revista Administracion de Empresas, Buenos Aires, T.VIII, p.628

No Brasil, diversas entidades elaboram e publicam índices de preços apurados segundo metodologia científica rigorosa, como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio), Governos Estaduais, Institutos de Economia ligados a Universidades e Organizações Sindicais.

Dentre elas destacamos duas que efetuam cálculos a nível nacional: A FIBGE e a FGV-Rio.

A FIBGE publicava, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 7450 de 23.12.85 o IPCA que, a partir de sua publicação, passou a ser o índice que aferia oficialmente as oscilações a nível geral de preços e que foi substituído atualmente pelo IPC conforme o Decreto-Lei nº 2335 de 12 de junho de 1987.

A FGV no Rio de Janeiro publica, através da Revista Conjuntura Econômica - Análise da Atualidade Econômica -, o Índice Geral de Preços (IGP)-Disp.Interna, que é composto pela média entre os índices de preços por atacado a nível nacional (peso 6), pelo índice do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro (peso 3) e pelo índice nacional do custo de construção (peso 1). Tal índice servia de referência oficial para a mensuração da inflação até o final de 1985.



Martins<sup>12</sup>, Szuster<sup>13</sup>, Moreira<sup>14</sup> e Neves<sup>15</sup>, em seus respectivos trabalhos, adotaram o IGP-Disp.Interna, publicado pela FGV/Rio, por concluírem que era o índice mais apropriado na época do trabalho de cada um.

#### b)-CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS MONETÁRIOS E NÃO-MONETÁRIOS

Neste sistema, para se efetuar os ajustes, é necessário que se faça distinção entre os itens monetários e não-monetários. "Estes são contas que requerem ajustamentos a fim de serem colocados em moeda da data-base. Aqueles representam contas que já estão automaticamente na moeda da data e assim não necessitam serem ajustados"<sup>16</sup>.

Os itens monetários são classificados em Ativos e Passivos Monetários. Segundo Mosich e Larsen:

"Caixa, Bancos, Valores a Receber, Investimentos a curto prazo e a maior parte das obrigações são exemplos de itens monetários porque eles representam o poder de compra corrente ou a obrigação legal de pagar um número fixo de unidades monetárias"<sup>17</sup>.

---

12)-MARTINS, Eliseu: Contribuição à avaliação do ativo intangível. Dissertação Mestrado, São Paulo,FEA/USP, 1972

13)-SZUSTER, Natan: Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda: uma aplicação prática, Dissertação Mestrado, S.Paulo,FEA/USP, 1980

14)-NEVES, Aécio Cordeiro: Mensuração do efeito da inflação sobre o lucro dos bancos comerciais privados-um ajustamento contábil, Dissertação Mestrado, S.Paulo,FEA/USP, 1982

15)-MOREIRA, José Nazareno: Inflação e os resultados dos bancos-mensuração das distorções causadas pelas práticas contábeis vigentes: um estudo de caso. Dissertação Mestrado,. Rio de Janeiro.UFRJ/COPPEAD, 1984.

16)-SZUSTER, Natan: Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda: uma aplicação prática, Dissertação Mestrado, S.Paulo,FEA/USP, 1980, p.7

17)-MOSICH, A e LARSEN, E.John: Intermediate accountig. 5a.ed.,MCgraw Hill Book Co., USA, 1982,p.1046

Contudo, a classificação do que sejam itens monetários e não-monetários não é pacífica, principalmente em uma economia indexada como é a brasileira.

Martins, nesse caso, os considera como itens monetários quando afirma:

"É comum encontrar na literatura sobre o assunto a definição de que ativos ou passivos sujeitos a indenização legal ou contratual não são classificáveis como monetários. Mas isto significa não levar em conta que existem as duas coisas paralelamente; a perda (ou o ganho) pela exposição do ativo (ou do passivo), a inflação e a recuperação (total ou parcial) representada pela correção e/ou juros. Na opinião do autor, esses itens são monetários a despeito da existência ou não de sua atualização à base de ORTN, moeda estrangeira ou qualquer outra forma"<sup>18</sup>.

### c) - ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Esta consiste em transformar os valores de um período contábil anterior, expresso em unidades monetárias com poder de compra de uma certa data em valores expressos em unidades monetárias com poder de compra de outra data mais recente.

Os itens não-monetários devem ser reajustados com a aplicação de um índice geral de preços na data base (atual) e desde a data da transação original.

---

18) MARTINS, Eliseu: Análise da correção monetária das demonstrações financeiras - implicações no lucro e na alavancagem financeira, 2a.ed., São Paulo, Atlas, 1984, p.26

Os itens monetários já se encontram em termo de poder de compra atual. Tais itens são justamente aqueles que ficam expostos aos efeitos a inflação.

Quando ativos, sofrem tais efeitos da inflação que causam verdadeiras perdas patrimoniais a quem os detêm e, se passivos, beneficiam a quem tenha contraído a obrigação, pois irá efetuar a liquidação de tal obrigação em moeda de um menor poder de compra.

As receitas, geralmente expressas em valores correntes, devem ser corrigidas desde as datas de sua obtenção até a data base.

As despesas, igualmente expressas em valores correntes relativos às datas de sua formação, são corrigidas a partir das mesmas. Alguns itens de despesas como as de depreciação, amortização e exaustão, bem como o custo dos produtos vendidos, devem ser vistos de uma forma especial.

O custo dos produtos vendidos, considerando os itens que o compõem, deve sofrer uma correção em relação a cada um desses itens, tais como o estoque inicial, as compras e o estoque final, pois a sua formação pode ter ocorrido em datas diferentes.

Quanto à depreciação, amortização e exaustão, as mesmas devem ser ajustadas a partir da data da aquisição (ou reavaliação) do bem que a originou, pois podem representar valores que retifiquem vários níveis de poder aquisitivo da moeda.

No caso de alienação de bens do ativo permanente os mesmos devem ser reajustados desde a data de sua formação até a data da alienação. A depreciação correspondente, deve ser dado igual tratamento.

As despesas administrativas, vendas e financeiras, bem como as despesas antecipadas, devem ser corrigidas desde as datas de sua formação.

## 2-1-2-CUSTO CORRENTE DE REPOSIÇÃO

Segundo Iudícibus<sup>19</sup> "a preocupação com os custos de reposição é mais antiga do ponto de vista contábil, do que as tentativas de corrigir pelo nível geral de preços".

Este sistema é conhecido como Current Cost Accounting (CCA) ou Current Value Accounting (CVA) nos EUA e na Inglaterra.

No Brasil é denominado de Custo Corrente (CC) ou Custo Corrente de Reposição (CCR), embora existam teoricamente divergências entre os termos "corrente" e "reposição", pois este último incorpora mudanças tecnológicas e o primeiro não.

Iudícibus, após efetuar a distinção entre um e outro dos termos acima e tecer considerações sobre o tema, diz que:

"No caso de mercadorias, em particular, como no caso de produtos acabados de consumo, em geral, entre tanto, custo corrente e de reposição podem não constituir conceitos tão distanciados pelo menos no curto e médio prazo<sup>20</sup>."

---

19)-IUDÍCIBUS, Sérgio de-Teoria da contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.246

20)-IUDÍCIBUS, Sérgio de-Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes, São Paulo,

FEA/USP, 1968, p.34



Rigs<sup>21</sup> discorrendo sobre o CCR afirma que este processo requer que os itens não-monetários devem ser reajustados. Segundo o referido autor, Caixa e Contas a Receber - am bos itens monetários - não são reajustáveis, e os ajustamentos são tipicamente limitados aos estoques e ao ativo permanente.

Este método é aplicável quando na ocorrência de mudança dos preços específicos dos ativos utilizados pela entidade. Em caso de inexistência de alteração do poder de compra da moeda, as mudanças nos preços específicos acarretam efeitos econômicos reais no patrimônio e no resultado da empresa, expressos em ganhos e perdas.

Assim, um aumento nos preços dos insumos utilizados por uma cooperativa, poderá acarretar-lhe acréscimo de despesa ou de custo, a redução de suas sobras; um acréscimo no valor de mercado de um produto ou serviço traz-lhe um enriquecimento inicial, quer o produto ou serviço seja alienado, quer seja mantido.

A contabilidade quando elaborada sem o reconhecimento dos efeitos inflacionários (ao custo histórico), compara o valor corrente de receitas com o valor histórico de custos ou despesas nas datas de formação. Tal fato poderá gerar distorções nas demonstrações contábeis, e o mesmo pode ser corrigido com a utilização do método do CCR, onde se efetua a com-

---

21)-RIGS, Henry E.-Accounting: a survey, New York, McGraw Hill Book Company, s/d, p.218A

paração de valores correntes de receitas com valores correntes de custos ou despesas.

Contudo, embora este último procedimento vise apresentar uma demonstração mais próxima da realidade no que se refere a resultados, poderá gerar questões relativas à avaliação de itens não-monetários.

Hendriksen<sup>22</sup>, citando Edwards & Bell, nos apresenta um exemplo numérico onde mostra o caso em que ocorre ganhos de estocagem, ao lado do lucro operacional: compra-se uma mercadoria por Cz\$ 100,00 e vende-se por Cz\$ 150,00 em um momento em que seu preço de entrada (custo de reposição) é de Cz\$ 120,00, o resultado líquido na operação é de Cz\$ 30,00 e o ganho de estocagem é de Cz\$ 20,00. A demonstração de resultado estaria informando:

Lucro Operacional.....	Cz\$ 30,00	(Cz\$ 150,00 - Cz\$ 120,00)
Ganho de Estocagem.....	Cz\$ 20,00	(Cz\$ 120,00 - Cz\$ 100,00)
Ganho Total.....	Cz\$ 50,00	(Cz\$ 250,00 - Cz\$ 100,00)

No exemplo acima, Edwards & Bell consideram os Cz\$ 20,00 como economia de custos realizáveis (não realizado) no exercício anterior, mas realizados no exercício corrente, quando ocorreu a venda da mercadoria.

---

22)-HENDRIKSEN, Eldon S - Accounting theory, Illinois, USA, Richard D.Irwin Inc.Homewood, 1982, p.210

## 2-1-2-1-OPERACIONALIDADE

### a) -MEIOS DE DETERMINAÇÃO DOS PREÇOS CORRENTES DE RE POSIÇÃO

Szuster<sup>23</sup>, afirma que no método do custo corrente "é usualmente indicado que um ativo ou um grupo de ativos não monetários devam ser examinados de forma isolada. Será, assim, verificada a melhor forma de determinação de seu valor".

Uma das maiores críticas a respeito da proposta de uso do CCR é a dificuldade da determinação dos preços para cada um dos itens. Várias possibilidades são sugeridas. Iudícibus dis que:

"as fontes básicas para averiguação dos custos correntes de reposição são, essencialmente: 1-pesquisa nos mercados; 2-pesquisas e cálculos baseados em registros internos da empresa e 3-índices de preços pūblicados"<sup>24</sup>

Kirkmam<sup>25</sup>, no caso do imobilizado, acrescenta a avaliação por peritos para a determinação do preço corrente.

Contudo, em um período de rápido desenvolvimento tecnológico, poderá ser difícil conceituar o custo corrente de

---

23)-SZUSTER, Natan-Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda-uma aplicação prática. Dissertação Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1980, p.13

24)-IUDÍCIBUS, Sérgio de- Teoria da contabilidade, São Paulo, Atlas, 1985, p.249

25)-KIRKMAM, Patrick R.A.-Accounting under inflationary condititions, London, George Allen Unwin Ltd., 1974, p.163

reposição de um bem depreciable, com o surgimento no mercado de bens novos que já não possuam as características do bem que deve ser avaliado.

#### **b) -TRATAMENTO DOS ITENS MONETÁRIOS E NÃO-MONETÁRIOS**

Os itens monetários apresentam-se nos respectivos valores correntes, não requerendo assim qualquer ajustamento. Os itens não-monetários serão reajustados pelos seus custos correntes de reposição na data do balanço.

#### **c) -ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

No método do CHC, todos os itens não-monetários são corrigidos através da aplicação de um mesmo índice geral de preços.

No CCR é sugerido que cada um dos itens não-monetários sejam estudados separadamente de maneira tal que em cada um deles se verifique a possibilidade de mudança de preços específicos, tais como nos estoques, produtos em processo, terrenos e edificações, máquinas, equipamentos e veículos.

Kirkmam<sup>26</sup> discorrendo sobre o assunto, afirma que, em uma empresa comercial, o cálculo do custo corrente de reposição de seus estoques poderá ser efetuado através de catálogos de preços, faturas e cotações. Já nas empresas industriais, o processo torna-se mais complexo. O custo corrente de reposição dos produtos acabados será o somatório de todos os fatores empregados em sua elaboração (custo fabril) a preços de mercado atuais. Os produtos em elaboração ou em fase de acabamento serão reajustados em seu custo primário, acrescido dos custos indiretos de fabricação pertinentes, todos a preço corrente.

Martins<sup>27</sup>, comenta dois custos correntes: o do período e o da data, explana sobre os dois e apresenta uma introdução de novos conceitos da Demonstração de Resultados, com a Economia (ou Deseconomia) de Custo Realizado, Ganhos (ou Perdas) de Capital Não-Realizado e Ganhos (ou Perdas) de Capital Realizados.

Davidson et alii<sup>28</sup>, quando discorrem sobre o Custo Corrente na Demonstração de Resultados, dizem que esta deve ser em duas partes; a primeira demonstrando o Resultado Operacional entre receitas e despesas a nível de custo corrente, e

---

26)-KIRKMAM, Patrick R.A.-Accounting under inflationary conditions, London, George Allen Unwin Ltd., 1974, pp.165-167

27)-MARTINS, Eliseu - Contribuição à avaliação do ativo intangível. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1972, p.3

28)-DAVIDSON, Sidney, CLYD P., WEIL, Roman L.-Intermediate accounting: concepts, methods and uses. Dryden Press, USA, 1980, cap.30, p.42



a segunda evidenciando os Ganhos e Perdas de Capital, sendo que esta última separada em Realizado e Não-Realizado.

Iudícibus<sup>29</sup>, ao discorrer sobre os conceitos acima, refere-se à Economia de Custo como a variação entre o custo corrente e o custo histórico verificada sobre os custos dos produtos vendidos e sobre a depreciação dos bens do ativo imobilizado.

Os Ganhos ou Perdas de Capital Não-Realizados referem-se ao excesso do valor corrente do ativo sobre o seu custo corrente no início do período ou à época de aquisição.

Os Ganhos ou Perdas de Capital Realizados estão relacionados à variação entre o custo corrente e o custo histórico em relação às vendas de bens que não constituem operações normais da entidade, como a venda de um bem do imobilizado.

Sem deixar de reconhecer as suas vantagens, este método tem encontrado contestações ao seu emprego, principalmente no que se refere à subjetividade que pode ocorrer na determinação dos valores correntes dos ativos, e ainda, em virtude de não considerar o efeito contábil das variações no nível geral de preços na manutenção dos ativos e passivos monetários.

---

29)-IUDÍCIBUS, Sérgio de-Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis, São Paulo, USP/FEA, 1966, pp.62-64

### 2-1-3-CUSTO CORRENTE CORRIGIDO

O valor dos estoques, bens de uso, custo de vendas, depreciações, amortização ou exaustão, com base de valores históricos ajustados ao índice de nível geral de preços, podem não guardar relação com as variações nos preços específicos desses bens. Ao contrário, o emprego do custo corrente de reposição ignora o efeito da inflação geral e assim sendo fica prejudicada a comparação financeira dos resultados.

Com o propósito de aperfeiçoar as deficiências apresentadas pelos métodos do CHC e do CCR, criou-se um mecanismo combinado de aplicação dos dois métodos, surgindo o custo corrente corrigido.

#### 2-1-3-1-OPERACIONALIDADE

##### a)-ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

Como os ajustamentos neste método é uma combinação entre o CHC e o CCR, deverá ser adotado um índice Geral de Preços que venha a refletir o poder geral de compra, possibilitando o cálculo dos ganhos e perdas dos itens monetários expostos à flutuação de preços.

Quanto aos itens não-monetários, deverá ser observada toda a técnica empregada pelo CCR, de maneira tal que venha evidenciar nas demonstrações contábeis os seu valores correntes.

#### **b) -TRATAMENTO DOS ITENS MONETÁRIOS E NÃO-MONETÁRIOS**

No método CCC os itens monetários são enunciados pelos respectivos valores correntes e os não-monetários devem ser expressos pelos seus custos correntes da data do balanço.

Os itens correntes (monetários) devem ser reajustados através da aplicação de um índice geral de preços, enquanto aos itens não-monetários (não-correntes) deve ser observada e aplicada a técnica relativa ao método do CCR.

#### **c) -ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Para os ajustamentos através da aplicação do método do CCC deverá ser empregada as técnicas indicadas nos métodos do CHC e do CCR.

Neste método, na demonstração de resultados do período, deve ser evidenciado o ganho ou perda monetária, bem como a economia ou deseconomia de custo realizada e a variação nos itens não-realizados.

Destaque faz-se no presente método, ao que se refere ao Custo dos Produtos Vendidos, porquanto os valores que o compõem referem-se a estoques iniciais, das compras e estoques finais, sendo portanto valores heterogêneos. Iudícibus<sup>30</sup> diz que "em casos reais, podemos utilizar preços correntes médios do período".

Neste método, surge o conceito de "Lucro Operacional em Vendas" que é conceituado por Iudícibus<sup>31</sup> como "o excesso do valor corrente de vendas sobre o custo dos fatores, a preços correntes de reposição".

Szuster<sup>32</sup>, apresenta as alternativas possíveis para o cálculo do Custo dos Produtos Vendidos, destacando:

a) -A apresentada por Edwards & Bell, que consiste na multiplicação das unidades vendidas pelo custo corrente na data da venda, sendo esta considerada a forma ideal;

b) -A forma simplificada, também sugerida por Edwards & Bell, que consiste na multiplicação da quantidade vendida pelo preço médio ponderado

---

30)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Análise de balanços. São paulo, Atlas, 1982, p.133

31)-Idem, ibidem p.132

32)-SZUSTER, Natan - Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa. Tese de Doutorado. São Paulo, FEA/USP. 1985, p. 86-88

das compras do período, sendo esta obtida pelas quantidades compradas;

c)-A forma apresentada pelo Prof. Eliseu Martins, em sua Tese de Doutorado, que consiste na quantidade vendida pelo preço médio ponderado dos possíveis preços de compra do período e;

d)-A forma de cálculo apresentada no Securities and Exchange Commission Staff Accounting Bulletin, que consiste na multiplicação das quantidades vendidas pelo custo corrente de reposição do estoque na data do balanço.

Todas as alternativas acima apresentam suas vantagens e desvantagens, sendo as mesmas amplamente discutidas através de exemplos por Iudícibus<sup>33</sup>, Martins<sup>34</sup> e Szuster<sup>35</sup>.

---

33)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes, São Paulo, FEA/USP, 1968, pp.18-30

34)-MARTINS, Eliseu: Contribuição à avaliação do ativo intangível, Dissertação Mestrado. São Paulo, FEA/USP, 1972, pp.4-5

35)-SZUSTER, Natan: A análise do lucro passível de distribuição, uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa. Tese de Doutorado, São Paulo, FEA/USP, 1985. pp.85-104.



## 2-2-RESUMO DOS ESTUDOS DOS MÉTODOS CONTÁBEIS DE RECONHECIMENTO DOS EFEITOS DA INFLAÇÃO NO BRASIL

Segundo Bruni<sup>36</sup>, embora se tenha notícia que a inflação no Brasil é um fenômeno bastante antigo, as primeiras medidas de defesa contra tal fenômeno ou tendentes a neutralizar os seus efeitos são relativamente recentes.

É de se consignar que a maior parte dos dispositivos que objetivaram neutralizar ou amenizar os efeitos da flutuação de preços teve como origem leis de natureza tributária, como tradicionalmente tem acontecido com quase todos os procedimentos contábeis adotados no Brasil.

A legislação comercial vigente até 1977, ou seja o Código Comercial, a Lei das Sociedades por Ações e outros dispositivos, embora tratem superficialmente de procedimentos contábeis, nada consignaram a respeito do assunto flutuações de preços.

A legislação tributária é que instituiu e permitiu o desenvolvimento do conceito de correção monetária.

Nos anos de 1944, 1951 e 1956 foi permitida pela

---

36)-BRUNI, Antonio Agenor: Efeitos da inflação nas demonstrações contábeis, uma contribuição ao estudo da correção monetária. Dissertação Mestrado, São Paulo, EAESP / FGV, 1983.

legislação fiscal, a atualização do valor do ativo imobilizado das pessoas jurídicas de forma excepcional e dentro de certos limites, e sempre com objetivos combinados de corrigir distorções nas demonstrações contábeis e na base de cálculo de impostos, propiciando ao mesmo tempo, com base no valor de atualização, acréscimos na arrecadação de tributos.

Em 1951 surgiu a Lei nº 1474 de 26/11/51, em 1952 a Lei nº 1772 de 18 de dezembro que prorrogava o prazo de vigência da Lei nº 1474/51. Em 04/09/56 a Lei nº 2862, e em 28/11/58 a Lei nº 3470, todas elas permitindo a reavaliação do ativo imobilizado, sendo que esta última institui em caráter permanente a correção monetária do Ativo Imobilizado, também com tributação de 10% sobre o valor da correção.

Um grande passo no sentido de uma correção monetária mais geral e permanente dos valores que integram o ativo das entidades, e que afetam a elaboração das demonstrações contábeis, deu-se por meio da Lei nº 4357 de 16/07/64.

Seguiram-se as Leis nº 4663 de 03/06/65 e o Decreto-Lei nº 62 em 21/11/66, seguido do Decreto-Lei nº 401 e 30 de dezembro de 1968.

Em 1973 o Decreto-Lei nº 1302 de 31 de dezembro

altera a sistemática da correção monetária do ativo imobilizado e de cálculo da manutenção de capital de giro próprio, sendo este seguido do Decreto-Lei nº 1338 em 23 de julho de 1974.

Contudo, a grande inovação no tocante à correção monetária das demonstrações contábeis, foi aquela introduzida pela Lei nº 6404 em 1976, em seu artigo 185 e parágrafos, complementada pelo Decreto-Lei nº 1598/77.

Embora a sistemática implantada pela Lei 6.404/76 e Decreto-Lei nº 1598/77, apresente-se bem mais completa e aperfeiçoada que as anteriores, não atinge ainda um nível que possa, do ponto de vista teórico, ser considerado ideal.

Entre os estudiosos e pesquisadores na área contábil, no Brasil, destacam-se os Profs. Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins da FEA/USP, e o Prof. Natan Szuster da FGV/Rio, que têm procurado, através de suas publicações, levar ao conhecimento dos interessados no assunto, métodos contábeis que reconheçam os efeitos da flutuação de preços.

Em 1987 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Instrução nº 64, determina a correção integral das demonstrações contábeis das sociedades de capital aberto.

## 2-3-A LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA E A CORREÇÃO MONETÁRIA

No que tange especificamente às Cooperativas encontramos no Brasil esparsas publicações que tratam exclusivamente dos efeitos da correção monetária, segundo o Decreto-Lei nº 1598/77.

Martins<sup>37</sup> publicou no Boletim IOB um artigo que discorre sobre os efeitos da correção monetária nas Cooperativas que estão sujeitas à mesma em decorrência de suas atividades, comentando sobre os efeitos da Resolução nº 25/83 do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC).

Lopes<sup>38</sup>, no XII Congresso Brasileiro de Contabilidade, apresentou um trabalho onde dedicou um parágrafo aos efeitos da correção monetária aplicada nas Sociedades Cooperativas, no qual apresenta a alternativa de se limitar a correção monetária do Patrimônio Líquido e do Ativo Permanente considerando as peculiaridades de tal tipo de sociedade.

---

37)-MARTINS, Eliseu: Correção monetária nas cooperativas (resolução 25/83 do CNC), Boletim IOB. Bol 5/84, pp.59-63

38)-LOPES. C.A. Marques: Da inconsistência das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas para a determinação da situação patrimonial e de resultados e uma proposta de modernização, XII Congresso Brasileiro de Contabilidade, Recife, 1985, Anais, v.2, p.7-13

No mesmo evento Nasi<sup>39</sup> apresenta um estudo sobre as normas relativas à legislação cooperativista no Brasil e às distorções que podem ocorrer nas demonstrações contábeis das mesmas entidades, inclusive efetuando comentários sobre o lucro inflacionário a realizar.

Contudo, ambos os trabalhos apresentados no referido Congresso não chegam a discutir ou a comentar os métodos contábeis de reconhecimento dos efeitos da flutuação de preços.

Em se tratando das Sociedades Cooperativas, no caso da correção monetária, a Lei nº 4506 de 30 de novembro de 1964 estatui, no seu artigo 31, a isenção outorgada as mesmas. Depois de enumerar aquelas favorecidas pela isenção (por exemplo, as de produção ou trabalho agrícola, as de beneficiamento e venda em comum, etc., estabelece no parágrafo 1º que:

"Cessarã de pleno direito a isenção da cooperativa que distribuir dividendos aos seus associados, não se considerando dividendos: a) o juro fixo até a taxa de 12% (doze por cento) ao ano, atribuído de acordo com a legislação cooperativista vigente, ao capital social realizado, que poderá ser atualizado monetariamente nos termos do artigo 30, da Lei 4357 de 16 de julho de 1964".

No enunciado acima, verifica-se que a Lei facultava

---

39)-NASI, A.Carlos: As normas de contabilidade aplicadas pelas sociedades cooperativas face a legislação específica e legislação fiscal e as distorções que apresentam nas informações geradas pelas demonstrações contábeis. XII Congresso Brasileiro de Contabilidade, Recife, 1985, Anais, v.2, p119-131.



a correção do capital, ao contrário do que ocorria com as pessoas jurídicas em geral, para as quais a correção monetária era obrigatória.

Franke discorrendo sobre o assunto, diz:

"quando a lei nº 4506/64 estabelece que as cooperativas poderão atualizar monetariamente o seu capital nos termos do artigo 3º da Lei 4357 de 16 de julho de 1964, nada mais fez senão consagrar uma regra de justiça e equidade, já reinvidicada em linha de princípio pela doutrina cooperativista e também já prescrita na legislação estrangeira"<sup>40</sup>.

Em 16 de setembro de 1971, a Lei nº 5764 "define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas e dá outras providências". No corpo da referida Lei, não se encontra nenhuma referência à correção monetária do ativo imobilizado a que se refere a Lei anterior, gerando assim polêmicas sobre a matéria.

Quando da promulgação da Lei nº 6404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e do Decreto-Lei nº 1598/77, que alterou a legislação do Imposto sobre Renda tendo em vista a necessidade de adaptar o mesmo às inovações contidas na Lei 6404/76, a polêmica tornou-se maior, pois as sociedades cooperativas consideraram-se dispensadas da correção monetária patrimonial já que não se enquadravam no referido Decreto-Lei.

Em 1978, a Secretaria da Receita Federal (SRF), através da Instrução Normativa SRF nº 071/78, em sua seção I

---

40)-FRANKE, Walmor: Contribuição ao cooperativismo. Ministério da Agricultura, INCRA, Brasília, 1978, p.48

quando trata da obrigatoriedade, diz que "todas as pessoas jurídicas, contribuintes do Imposto sobre Renda com base no lucro real, tais como : III-As cooperativas" trouxe mais dúvidas ainda, pois aquelas cooperativas que não efetuavam operações com terceiros julgavam-se inteiramente isentas da correção monetária.

Tendo em vista o grande debate no qual o movimento cooperativista brasileiro estava envolvido em torno dos procedimentos a serem seguidos no que tange à correção monetária do capital dos associados, o CNC em janeiro de 1979, baixa a Instrução CNC nº 001/79, dispondo que os resultados da correção monetária fossem "colocados no Fundo de Reavaliação previsto na Lei" até que fossem baixadas "normas relativas à sua situação".

Contudo, como as cooperativas que exercem aquelas atividades previstas nos artigos 85 a 87 da Lei nº 5764/71, isto é, as que exercem operações com terceiros (não associados) dentro dos limites e condições previstas nos artigos acima, estão sujeitas à incidência de tributos, o CNC em 22 de agosto de 1984, através da Resolução nº 27, ditou normas de procedimentos no que se refere à correção monetária do balanço das cooperativas em tal situação. Em tal documento, encontramos em seu item I, letras "a", "b", "c" e "d":

I-As cooperativas sujeitas à correção monetária na forma do Decreto-Lei nº 1598, de 26 de dezembro de 1977 e legislação posterior, deverão proceder da seguinte forma:

- a) -Contabilizar em uma conta de "Reserva de Equalização" indivisível para fins de distribuição, os resultados da correção monetária nos termos dos artigos 55 a 57, bem como a de outros saldos remanescentes de correção ou reavaliações feitos de acordo com a legislação anterior ao referido Decreto-Lei;
- b) -Contabilizar a correção monetária do capital na conta de "Reserva de Capital" que se transferirá para a conta de "Reserva de Equalização", salvo se a Assembléia Geral, se omisso os estatutos determinar que seja incorporada, no todo ou em parte, à conta de capital dos associados;
- c) -Transferir o saldo da conta de correção monetária, se credor, para uma conta de "Reserva de Sobras Inflacionárias igualmente indivisível para fins de distribuição;
- d) -Transferir o saldo da conta de correção monetária, se devedor, para a "Reservas de Sobras Inflacionárias" e, não existindo esta ou sendo ela insuficiente, efetuar o lançamento do total ou da diferença conforme o caso, na conta de "Reservas de Equalização ou de Sobras e Perdas".

Através da Portaria nº 328, em 5 de outubro de 1984, o INCRA explicitou operacionalmente a Resolução CNC nº 27/84.

Como se trata de sociedade onde o capital é colocado mais como um instrumento de prestação de serviços, do que como objeto de reprodução econômica, como o que faz as Sociedades de Capitais, o tema deve ser focado à luz de sua doutrina e de sua prática.

## 2-3-COOPERATIVISMO

### 2-3-1-ORIGEM

Através da história da civilização encontramos exemplos de cooperação. Certas formas de sociedade de auxílio-mútuo para funerais, seguros, etc., já eram conhecidas por gregos e romanos.

No sentido moderno a cooperação veio revigorar as instituições populares de auxílio-mútuo, adaptando-as à realidade econômica e social que surgia em fins do século XVII.

Nessa época o Estado não intervinha nas relações econômicas, como em nossos dias; os indivíduos agiam por iniciativa própria, pois acreditava-se que as pessoas, procurando alcançar seus interesses pessoais, também estariam atingindo o interesse de toda a sociedade. Os que possuíam recursos materiais (capital) tinham possibilidade de, através de maiores produções, aumentar ainda mais suas riquezas.

O conseqüente aparecimento da máquina nas indústrias tornou desnecessário o trabalho de um grande número de pessoas. Essa substituição do homem pela máquina provocou graves crises de desemprego e de descontentamento geral.



Em 1844, em Rochdalle, Inglaterra, 28 tecelões que passavam sérias dificuldades resolveram se unir; procurando melhorar seu nível de vida, criaram uma sociedade que denominaram "Rochdalle Society of Equitable - que foi a primeira idéia de cooperação formalizada em regras"<sup>41</sup>.

A Cooperativa de Rochdalle apresentou ótimos resultados e a idéia se espalhou por todo o mundo, e ao grupo de tecelões foi dado o nome de "Pioneiros de Rochdalle"<sup>42</sup> e ainda são considerados os fundadores do cooperativismo moderno.

O cooperativismo é uma doutrina econômica e social que tenta corrigir certas distorções na sociedade. O instrumento usado é a Cooperativa que possui, além do caráter econômico, aspectos sociais e educativos, pois é uma sociedade organizada por iniciativa de um grupo de pessoas que tem o mesmo interesse para prestar bons serviços a seus associados, sendo portanto uma sociedade de pessoas e não de capital. "É uma sociedade que reúne pessoas visando, principalmente, facilitar-lhes a aquisição de bens e serviços, como também realizar programas educativos e sociais"<sup>43</sup>.

Muito se tem escrito sobre o Cooperativismo ou Doutrina Cooperativista, como também é conhecido, mas os princí-

---

41)-MENDES, J.M. Martins: Manual de contabilidade das cooperativas-custo integrado- adaptado ao sistema de processamento de dados.Fortaleza, BND/CEC, 1986, prefácio

42)-PINHO, Diva Benevides: Economia e cooperativismo, São Paulo, Saraiva, 1977, p.23

43)-CARVALHO, Ana Maria Nogueira: Fundamentos do cooperativismo, São Paulo, Secretaria de Serviços e Obras Públicas, 1980.



pios que a norteiam foram estabelecidos pelos pioneiros de Rochdalle e observados até hoje.

## 2-3-2-PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

As cooperativas, como sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins economicos-sociais, tem sua organização inspirada nos chamados "Princípios dos Pioneiros de Rochdalle" - e podem ser assim entendidos:

### I - Adesão Livre

Entrada permitida a quem quiser. A adesão livre "permite ao cooperado constituir a sociedade cooperativa, nela ingressar ou dela sair voluntariamente"<sup>44</sup>. Este princípio não implica, entretanto, que as cooperativas devam admitir qualquer pessoa como associado. Reservam-se o direito de não admitir pessoas que não preencham os requisitos estipulados nos Estatutos, como também excluir os sócios que não convierem à sociedade.

### II - CONTROLE DEMOCRÁTICO

Cada cooperado tem direito a somente um voto, não importando o número de quotas-partes que possuir. Quota-parte é a unidade individual do capital da Cooperativa.

---

44)-PINHO, Diva Benevides: A doutrina cooperativista nos regimes capitalistas e socialistas, São Paulo, Editora Pioneira, 1978, p.24

### III - Juros Módicos ao Capital

O capital da cooperativa é formado pelas quotas-partes de seus membros. Sobre esse capital é pago um juro fixo e módico.

### IV - Retorno do Excedente

A sociedade cooperativa anualmente distribui seus excedentes, obtidos da sobra líquida depois de a sociedade pagar seus gastos de funcionamento e deduzir a parte destinada aos fundos obrigatórios definidos por lei e outros estabelecidos em Assembleia.

### V - Integração Cooperativista

A principal meta ou objetivo deste princípio é o de permitir às sociedades cooperativas, através de sua união, competirem em igualdade de condições com as sociedades de capitais.

### VI - Neutralidade Política e Religiosa

Alheamento a todo sectarismo político e confessional.

### VII - Estímulo à Educação

As cooperativas devem proporcionar a seus membros uma educação cooperativista em todos os níveis.

## 2-3-3-SOCIEDADES COOPERATIVAS

### 2-3-3-1-CARACTERÍSTICAS

As sociedades cooperativas - constituídas por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica qualquer - são sociedades de pessoas e não de capitais. Têm a natureza jurídica civil, própria, não se sujeitam à falência e revestem-se de características especiais que estão definidas, no caso brasileiro, além dos princípios anteriormente citados, outras dispostas na Lei 5764/71, que podem ser assim resumidas:

- a)-As quotas- partes individuais do capital social estão limitadas ao máximo de 1/3;
- b)-inacessibilidade das quotas-partes a não associados;
- c)-sobras-líquidas distribuíveis em função da participação pessoal do associado nas atividades sociais;
- d)-indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES);
- e)-área de admissão e atuação delimitada.

Assim, o que destingue sobremaneira as cooperativas dos demais tipos de sociedades é o personalismo que lhe cons-

titui a base, e cuja consequência é um tratamento bem diferenciado das sociedades de capital.

As sobras-líquidas reverterem aos associados na proporção do movimento que tenham realizado com a Sociedade, no exercício social, e nunca proporcionalmente ao capital, ao qual se permite a atribuição de juros fixos.

As reservas são indivisíveis, mesmo em caso de dissolução da sociedade e sua área de ação não deve estender-se além dos limites compatíveis com suas possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

## 2-3-3-2-TIPOS DE COOPERATIVAS

Como as cooperativas "podem congregiar quaisquer grupos ou categorias de pessoas, que desempenhem a mesma atividade, quer produzindo, quer consumindo bens ou serviços"<sup>45</sup>, e ainda como organizações econômicas que prestam serviços, as mesmas apresentam-se sob múltiplas formas, consoante as necessidades a que procuram satisfazer.

Assim, nos países capitalistas de economia descentralizada, as cooperativas têm de agir ao lado das empresas formadas por sociedades de capitais que visam lucro. Já nos

---

45)-IUDÍCIBUS, Sérgio de, e alii: Contabilidade intermediária, São Paulo, Atlas, 1981, p.62

países de economia coletivista centralizada, as mesmas conjugam seus esforços aos das explorações estatais, sobretudo no setor agrícola.

Pinho<sup>46</sup> classifica as cooperativas em três grandes categorias considerando "a necessidade de caracterizar a atuação em geral e particularmente no desenvolvimento econômico brasileiro", como segue: 1)-Cooperativas de Primeiro Grau-cooperativas de produção ou de produtores, cooperativas de consumo, de crédito e mistas; 2)-Cooperativas de Segundo Grau-federações, uniões, etc. e 3)-Cooperativas de terceiro Grau-confederações.

Já Iudícibus<sup>47</sup> as tipifica nas seguintes modalidades: 1)-Cooperativas de Produção- agropecuárias, agrícolas, leite, avícola, suínos, pesca, etc.; 2)-Cooperativas de Prestação de Serviços-telefonía, eletrificação, mecanização, irrigantes, etc.; 3)-Cooperativas de Consumo- crédito, habitacional, cultural, escolar, profissionais, liberais (contadores, médicos, advogados, etc.), artesanais, etc..

## 2-3-3-3-LEGISLAÇÃO

A regulamentação da constituição e do funcionamento

---

46)-PINHO, Diva Benevides: Doutrina cooperativista nos regimes capitalistas e socialistas. 2.ed. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1966 p.12-13

47)-IUDÍCIBUS, Sérgio de, et alii: Contabilidade intermediária. São Paulo, Atlas, 1981, p.62



das cooperativas, a rigor teve início com o Decreto nº 22239 de 1932, complementado pelo Decreto-Lei nº 581 em 1938.

Em 1966, através do Decreto-Lei nº 59 de 21 de novembro, foi criado o Conselho Nacional de Cooperativismo conforme o disposto no art. 9º do referido Decreto-Lei.

Em 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 5764, tornou-se a Lei Básica do Cooperativismo Brasileiro, e vigente até hoje.

Complementando-a há as Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo, dispondo sobre as operações das cooperativas com não-associados, os grupos seccionais de cooperados, as condições de funcionamento, de empreendimento cooperativo (art. 97 da Lei nº 5764), a participação das cooperativas em sociedades não-cooperativas, o exercício de cargos eletivos de administração e fiscalização das cooperativas, a dissolução e liquidação das mesmas, a contribuição cooperativista, os critérios a serem considerados no estudo de viabilidade para autorização de funcionamento de cooperativas de eletrificação rural, e a Resolução nº 27 de 22 de agosto de 1984 que trata da correção monetária do balanço das cooperativas.

Em 30 de outubro de 1984, a Lei nº 90393 cria a Secretaria Nacional de Cooperativismo, junto ao Ministério da Agricultura.

#### 2-3-3-4-CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVAS

A constituição deve ser precedida do preparo de uma lista de adesões, denominada de "Lista Nominativa", que registra e qualifica os fundadores, indicando o valor do capital mínimo da entidade, o valor de sua quota-parte, as quotas subscritas, realizadas e a realizar de cada um.

Deve-se observar que o ato constitutivo, assim denominado o conjunto de providências de constituição, em que se inclui a Ata da Assembléia, como seu registro, deve conter, sob pena de nulidade, as declarações constantes do art. 15 da Lei 5764/71.

#### 2-3-3-5-ASSEMBLÉIAS GERAIS

São as reuniões plenárias dos associados, ordinárias (anuais) ou extraordinárias, que se destinam ao exame e tomada das contas do Conselho de Administração ou Diretoria, à eleição dos membros deste e do Conselho Fiscal e à apreciação de todo e qualquer assunto de interesse da sociedade.

A Assembléia Geral é o órgão soberano por meio do qual os associados manifestam sua vontade relativamente à condução dos negócios sociais. Suas deliberações são tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar, e seu "quorum" de instalação deverá ser de 2/3 do número

de associados em primeira convocação, metade mais um em segunda e mínimo de 10 em terceira, ressalvadas as exceções legais.

À Assembléia Geral Ordinária compete a tomada de conta dos órgãos de administração, a destinação das sobras líquidas ou rateio da insubsistência financeira operacional de custeio (perdas), a eleição dos membros dos órgãos administrativos e fixação de seus honorários, quando seja o caso, e deliberação de quaisquer assuntos de interesse da sociedade que não visem a reformas estatutárias, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança de objeto da sociedade, sua dissolução e, neste caso, a tomada de contas do liquidante.

#### 2-3-3-6-CAPITAL

Este é constituído de quotas-partes unitárias de valor não superior ao maior salário mínimo vigente no país, é variável, seja em função do número de associados, seja em decorrência de capitalizações devidamente autorizadas nos Estatutos ou pela Assembléia Geral.

Nenhum associado poderá deter mais de um terço do capital social, salvo exceção para as pessoas jurídicas de direito público nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

A Lei nº 5764/71 prevê a constituição obrigatória de dois Fundos: o de Reserva, destinado a cobrir as perdas ou estimular o desenvolvimento das atividades sociais, que deve ser formado com o mínimo de dez por cento das sobras líquidas do exercício, e o de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da cooperativa, a ser constituído com pelo menos cinco por cento das sobras líquidas.

## 2-3-3-7-SISTEMA OPERACIONAL

As operações entre cooperativas e seus associados - o ato cooperativo- não implicam em operações de mercado nem contrato de compra e venda de produtos ou mercadorias.

Seu custeio operacional é coberto por contribuições dos associados, sob forma de rateio proporcional à respectiva utilização dos serviços sociais ou sob a forma de rateio, em partes iguais, entre todos, tenham ou não participado das operações sociais.

Quando ocorrer diferença entre o valor dessas contribuições e o montante da despesa geral coberto por elas constituir-se-ão as sobras líquidas, quando positiva, ou as perdas operacionais, quando negativa. A participação do associado, em ambos os casos, obedecerá ao mesmo critério que ti-

ver sido fixado para arrecadação de suas contribuições.

Na forma dos arts. 85 a 87 da Lei 5764/71, e atendidos os dispositivos da Resolução do CNC nº 1, de 4 de setembro de 1972, as cooperativas podem operar com terceiros, oferecendo à tributação os ganhos decorrentes dessas operações, os quais deverão ser incorporados ao Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social -FATES- (art. 11 da Lei 5764/71).

Como as cooperativas não realizam lucros nas operações com seus associados, não haverá, pois, incidência de imposto de renda sobre suas sobras líquidas respectivas.

Isto posto, dentro da vida operacional das cooperativas destacaremos os itens que seguem:

#### a)-Sistema de Contas em Comum

Numa cooperativa, cujo objetivo é a obtenção de melhor resultado econômico para a atividade individual, por meio da reunião de esforços comuns, é natural "que se deva procurar por todos os meios distribuí-lo equitativamente por todos os cooperados, através de meios justos e funcionais"<sup>48</sup>

No que se refere à venda da produção dos cooperados, tal objetivo é obtido por meio de um sistema de contas em co-

---

48)-The Cooperative Lague of the USA: Administração moderna de empresas e cooperativas, Tradução de Auríphebo Berrance Simões, revisão técnica de Drauzio Leme Padilha, São Paulo, Atlas, 1975, p.358



mum, de que todos participam indistintamente, quer quanto ao custeio de sua realização, quer quanto ao resultado final.

#### b)-Taxa de Serviços ou Contribuição de Custeio

A Taxa de Serviço pode ser considerada como a principal renda da Cooperativa.

Quando de sua fixação deve-se levar em conta o princípio da "equidade", isto é, a adequação da contribuição à efetiva utilização dos serviços por parte de cada associado.

Destaque deve ser dado também ao princípio "da capacidade contributiva", que nada mais é do que se onerar mais um ou outro produto, uma ou outra mercadoria de posição econômica privilegiada, com o objetivo de auxiliar a setores menos sólidos ou menos rendosos da sociedade.

Quanto aos dispêndios em geral, devem ser considerados dois aspectos importantes; há os que se relacionam diretamente com a prestação de determinados serviços sociais, ao custo do produto ou da mercadoria, ao seu beneficiamento ou industrialização, e há os de natureza administrativa.

A regra seria incorporar os primeiros no custo do serviço, produto ou mercadoria, para ressarcimento direto pelo

respectivo usuário ou adquirente, inclusive como custo do sistema de contas em comum, e fazer cobrirem-se os segundos pela Contribuição de Custeio ou Taxa de Serviço.

#### 2-3-3-8-O BALANÇO

Tal como nas sociedades de capitais, o Balanço Patrimonial das cooperativas fornece os elementos necessários para uma análise de todas as partes interessadas na sociedade e em sua situação econômico-financeira.

De acordo com as exigências da Lei 5764/71, em seu art.44, inciso I, as cooperativas têm por obrigação efetuar a prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a)-relatório da gestão; b)-balanço e c)-demonstração das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade.

O art. 112 da mesma Lei trata do encaminhamento das demonstrações acima que devem ser acompanhadas de Parecer emitido por serviço independente de auditoria credenciada pela OCB.

Apesar de não prevista em Lei, é comum as sociedades cooperativas apresentarem anexo ao balanço, a "Nota Explicativa às Demonstrações", contribuindo assim para uma melhor com-

preensão e análise dessas peças contábeis.

## 2-3-3-9-DA CONTABILIDADE

As atividades exercidas pelas cooperativas de produção, como o que sucede em qualquer outra modalidade de sociedade, originam uma movimentação de valores, tais como: dinheiro (em caixa ou depositado em contas bancárias); créditos (auferidos e concedidos); bens imobilizados (terrenos, edificações, instalações e equipamentos); estoques (depositados pelos associados para comercialização, comprados no mercado, transformados na cooperativa).

Na movimentação desses valores patrimoniais processam-se os ciclos de exploração, e para que possamos acompanhar os inerentes movimentos - aumentos e diminuições - temos de nos auxiliar de registros.

Tais registros são efetuados através da contabilidade.

Os departamentos de contabilidade funcionam, na maioria das cooperativas de produção brasileiras, junto aos outros setores administrativos e assumem responsabilidade por todos os documentos em geral.

Em decorrência da amplitude dos serviços prestados pelas diversas modalidades de cooperativas e procurando dar uma simplificação e uniformização o INCRA criou o PLANCOP (Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras).

Tal plano foi destinado a orientar o registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformização das contas utilizadas em cada registro, sem contudo, interferir nas peculiaridades de cada tipo de cooperativa.

"pois os Planos de Contas diferem entre as cooperativas, pela sua amplitude diferencial de prestação de serviços a seus respectivos associados e pela própria circunstância técnica-tecnológica de suas regiões"<sup>49</sup>.

---

49)-SILVA, Otacílio Alves da: Compendio de contabilidade-aplicável às sociedades cooperativas, Curitiba, OCEPAR/ASSOCEP, 1983, p.15

## **CAPITULO III**

### **3 - METODOLOGIA APLICADA**



### 3-METODOLOGIA APLICADA

#### 3-1-INTRODUÇÃO

Um grande número de pesquisas estão baseadas no estudo em profundidade de casos particulares, isto é, em análises intensivas, empreendidas em uma ou em algumas organizações reais.

O estudo de caso reúne informações tão numerosas e detalhadas quanto possível, visando preencher a totalidade de uma situação e, assim sendo, poderá ter como finalidade retratar as fases de um fenômeno em relação com o que ocorreu na organização durante o período submetido à investigação.

#### 3-2-O PROBLEMA

Qualquer empresa, seja qual for o seu tipo, no momento de estabelecer os princípios e objetivos sobre os quais se regerá, explícita ou implicitamente tem como razão de ser a sua sobrevivência e continuidade no tempo.

Nas cooperativas, como empresas que são, também está presente em toda a sua política a intenção da continuidade, para poder chegar a cumprir o que havia se proposto como tal.

Nas sociedades de capitais, o objetivo primordial é chegar a maximizar os investimentos realizados pelos acionistas e investidores.

A impossibilidade da continuidade de uma empresa sólida não será um problema tão grave se o acionista seguir mantendo sua rentabilidade aplicando seus investimentos em outro local.

Na cooperativa, tal fato delinea uma questão mais séria, inclusive com efeitos sociais, posto que o objetivo principal é o serviço aos seus associados e à comunidade que o cerca.

Assim sendo, se a cooperativa desaparecer, o associado poderá não encontrar, com a mesma facilidade, o serviço desejado em outro local.

Essa necessidade de sobrevivência para cumprir os seus objetivos, poderá chegar a abranger a procura da obtenção de recursos suficientes para permitir a sua continuidade.

Um fenômeno que pode se tornar um empecilho para a obtenção de recursos necessários para a sua continuidade é a inflação.

Em períodos de elevado grau de inflação, como o que ocorre atualmente no Brasil, o poder de compra sofre modificações significativas no tempo.

Considerando tais modificações, as Sociedades Cooperativas que, em função de suas atividades, estão dispensadas da correção monetária de seu balanço e que apresentam as demonstrações contábeis elaboradas no custo histórico, sem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, apresentam os seus valores distorcidos.

### 3-3-O OBJETIVO

O problema do crescimento do nível geral de preços foi sempre uma das maiores preocupações dos governos e estudiosos dos temas econômicos.

Conhecer os efeitos causados por tal fenômeno nas atividades econômicas tornou-se indispensável para se poder orientar, planejar e acionar os mecanismos necessários de maneira tal que as entidades produtivas, e entre elas as Cooperativas, possam cumprir seus objetivos, gerar bens e serviços para satisfazer as necessidades de sua população.

Em um meio de constantes flutuações de preços, tais entidades devem estar conscientes do desequilíbrio que tal

fenômeno pode trazer às suas atividades e como podem se refletir em suas demonstrações contábeis, de maneira tal que os administradores e associados tenham uma visão geral da situação econômico-financeira de sua cooperativa.

Assim sendo, e considerando o fato de que a variação do valor nominal de um ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - que era aplicado na correção monetária das demonstrações contábeis, ter sido no decorrer do tempo inferior aos preços efetivos, no período analisado, o objetivo do presente estudo será o de tentar analisar os efeitos da inflação que poderiam vir a influir na distribuição de sobras de uma Cooperativa de Produção, bem como o efeito da não evidênciação, pelo método legal, dos efeitos inflacionários sobre os seus estoques de produtos agrícolas.

Para tanto, o trabalho estará norteado para a confirmação ou não das seguintes hipóteses:

1-O não reconhecimento dos efeitos inflacionários pela contabilidade das Cooperativas, através do método legal de correção monetária, distorce os resultados e a situação patrimonial-financeira dessas organizações.

2-A aplicação do sistema legal de correção monetária, em virtude do não reconhecimento adequado

dos efeitos inflacionários sobre os itens monetários e não-monetários, distorce o rateio do resultado entre os associados da Cooperativa.

3-A aplicação dos métodos contábeis do Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido, que reconhecem os efeitos inflacionários sobre os itens monetários e não-monetários, pode amenizar ou corrigir as distorções acima referidas.

#### 3-4-A ESCOLHA DO MÉTODO CONTÁBIL PARA O AJUSTAMENTO DOS DADOS

Considerando as vantagens e desvantagens dos vários métodos de reconhecimento pela contabilidade dos efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda, optou-se: a) pelo método do Custo Histórico Corrigido (CHC) e b) pelo método do Custo Corrente Corrigido (CCC), além do método adotado pela legislação.

O primeiro reconhece os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda nos itens monetários e a correção através de um índice geral de preços dos itens não-monetários.



O segundo traz em si a vantagem do reconhecimento dos efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda nos itens monetários e a correção pelo preço de reposição dos itens não-monetários.

Na aplicação do método do Custo Histórico Corrigido, necessária se faz a classificação dos itens constantes nas demonstrações contábeis, em monetários e não-monetários, calculando-se os ganhos e perdas com a manutenção dos primeiros e ajustando-se os itens não monetários à variação do poder aquisitivo da moeda, aplicando-se-lhes um índice geral de preços.

Na aplicação do método do Custo Corrente Corrigido, também se faz necessária a diferenciação entre os itens correntes e não-correntes, sendo que os primeiros representam os respectivos valores correntes e os últimos expressos pelos seus custos correntes na data do Balanço.

Considerando-se que os Ativos e Passivos monetários ou correntes estão expostos aos efeitos da inflação e a sua manutenção representando uma perda ou ganho durante o tempo em que forem mantidos pela entidade;

Considerando-se ainda que os Ativos e Passivos não monetários ou não-correntes não geram perdas inflacionárias e seus valores originais devem ser corrigidos, à medida que o

tempo decorre, pela inflação do período para que fiquem avaliados em termos de poder aquisitivo da moeda na data final do balanço, justificam plenamente a escolha dos métodos do Custo Histórico Corrigido e Custo Corrente Corrigido para a aplicação dos mesmos no presente trabalho.

### 3-5-A EMPRESA - CARACTERÍSTICAS GERAIS

A empresa escolhida para a aplicação prática foi uma Sociedade Cooperativa, estabelecida na Avenida Tiradentes, 4946, em Londrina, no Estado do Paraná, sob a denominação social de "Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda".

O objetivo da referida empresa é "a defesa econômico-financeira de seus associados, por meio de ajuda mútua", conforme o disposto no "caput" do artigo 2º dos seus estatutos sociais.

A predominância de seus associados é de mini e pequenos produtores, pois o seu quadro social estava assim formado em 31 de dezembro de 1985:

Mini Produtores (com 20 ha)	45%
Pequenos Produtores (de 20 a 40 ha)	42%
Médios Produtores (de 40 a 120 ha)	11%
Grandes Produtores (acima de 120 ha)	2%

A Cooperativa opera na venda em comum dos produtos que lhes são entregues por seus associados e na aquisição de gêneros para o seu abastecimento, bem como na prestação de serviços sociais e gerais, todos previstos em seu estatuto.

Em 1985 a participação dos produtos agrícolas entregues pelos seus associados, foi a seguinte:

Algodão	19,00%
Café	6,25%
Feijão	0,05%
Milho	9,73%
Soja	3,50%
Trigo	61,44%
Outros	0,03%

Sua área de ação abrange os municípios de Londrina, Assaí, Ibiporã, Jataizinho, Ortigueira, Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Sertãoópolis e os seus associados atingiam a 2.971 em dezembro de 1985, distribuídos nos municípios acima.

A Cooperativa manteve em 1985 um quadro de funcionários, onde os mesmos contavam com a seguinte formação escolar:

Administradores de Empresas	03
Advogados	02
Agrônomos	08
Contadores	02
Economistas	01
Veterinários	03
Superior incompleto	27
Técnicos Agrícolas	07
Nível Médio	70
Nível Primário	100

Quanto à prestação de serviços para os associados a Cooperativa, no exercício de 1985, teve atendimento na orientação do crédito rural, na elaboração de projetos e planos simples, na assistência agrônômica e veterinária, no recebimento, padronização e comercialização de produtos agrícolas e sementes e no financiamento de insumos.

A sua capacidade de armazenamento em 31 de dezembro de 1985 atingia um total de 126.777 toneladas, distribuídas em suas próprias instalações e nas de terceiros, localizadas nos municípios abrangidos por sua área de ação.

O seu Capital Social em 1983 era de Cr\$ 184.364,500 e passou a Cr\$ 5.136.805.000 em 31 de dezembro de 1985, correspondentes a 26.289 e 114.604 ORTNs respectivamente.

### 3-6-O MÉTODO DA COLETA DE DADOS

Em contato direto com a Presidência da entidade pesquisada, obteve-se autorização para o acesso a todos os Departamentos da mesma. Assim sendo, pôde-se obter os seguintes documentos e informações:

- a)-Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Sobras e Perdas relativas ao período de 1977 a 1985;
- b)-Mapas de controle do imobilizado onde constam as datas de aquisição, referência de identificação do bem, ORTN média do trimestre de aquisição, o valor corrigido, bem como a depreciação corrigida e acumulada.
- c)-Discriminação dos itens que compõem os estoques através dos Livros de Inventários;
- d)-Livro Diário e Razão Geral;
- e)-Estatutos e demais Livros e documentos sociais.

### 3-7-O TRATAMENTO DOS DADOS

Em decorrência dos métodos contábeis adotados para ajustamentos dos dados, necessária se faz a tomada de uma série de medidas, e dentre elas destacam-se as seguintes:



a)-A escolha de um índice que traduza as variações no nível geral dos preços e que atinja o exercício a ser estudado.

O índice escolhido para a aplicação no presente trabalho, além do índice oficial (ORTN), foi o índice Geral de Preços (IGP)-Disp.Interna - publicado pela Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro - através da Revista Conjuntura Econômica.

A referida escolha deu-se em virtude da distinção que ocorreu entre a variação dos valores do índice oficial de correção e o índice escolhido no período a ser analisado, conforme a Tabela I, onde o IGP apresenta-se com variações superiores no sentido qualitativo, efetuando assim uma melhor medição nas variações de preços.

TABELA I  
VARIAÇÕES ANUAIS, DA ORTN E DO IGP NO PERÍODO DE 1978 a 1983

Períodos	Variações ORTN	Anuais IGP
1978	31,95%	38,70%
1979	40,11%	53,90%
1980	50,00%	100,20%
1981	73,29%	109,90%
1982	93,08%	95,40%
1983	156,68%	211,00%
1984	215,28%	223,80%
1985	219,73%	235,10%

Fonte: Revista Conjuntura Econômica - FGV/Rio de Janeiro, agosto de 1987, p.54/55

b) -A Classificação dos itens nas Demonstrações Contábeis em monetários e não-monetários

Sobre os itens monetários e correntes efetuar-se-á o cálculo dos ganhos e perdas em decorrência do impacto inflacionário. Sobre os itens não-monetários e não-correntes serão efetuados os ajustes de conformidade com o método a ser aplicado.

c) -A definição do período a ser ajustado

Foi escolhido o período de 31.12.83 a 31.12.85, tendo em vista a obrigatoriedade da correção monetária do balanço das Cooperativas, de conformidade com o que dispõe a Resolução CNC nº 27 de 22 de agosto de 1984, tornando-o, assim, útil para o objetivo do presente estudo.

d) -O ajustamento das Demonstrações Contábeis e a identificação de ajustes inflacionários anteriormente registrados

Para tal ajuste torna-se necessária a recomposição dos valores que compõem o Balanço Patrimonial a partir do exercício de 1978 até 1983, pois desde aquele exercício, apesar da não obrigatoriedade, a Cooperativa vem efetuando a correção monetária do balanço.

#### e)-Ajuste dos itens não-monetários

Após a identificação dos efeitos inflacionários anteriormente registrados, far-se-á o ajuste dos itens não-monetários através da aplicação do IGP, desde a data de sua formação até a data base, isto é, 31 de dezembro de 1983. Tais ajustes serão refletidos no Patrimônio Líquido através da conta de Sobras/Perdas Acumuladas.

Em decorrência das informações expostas, e tendo em vista o proposto para a realização da dissertação, verificou-se:

1)-A necessidade da recomposição dos Balanços Patrimoniais de 1978 até 1983, a fim de ser efetuada a segregação dos efeitos da correção monetária registrada desde aquela data.

2)-A elaboração e aplicação de uma planilha eletrônica, através da linguagem Supercalc2 (SC2) com o auxílio de um microcomputador, onde constarão as seguintes informações relativas ao Ativo Permanente:

#### I-Do Imobilizado

Na planilha eletrônica estarão relacionados os bens que compõem o Ativo Imobilizado, onde constará as seguintes informações: data de aquisição do bem; identificação; valor

da aquisição; coeficiente de ajustamento aplicado; o valor já reajustado do bem até 31.12.83; a taxa mensal de depreciação; o número de meses em que o bem está sujeito à depreciação e o cálculo da depreciação acumulada até 31.12.83.

Consigne-se que a depreciação dos bens que compõem o Ativo Imobilizado será calculada através do método linear e a correção monetária pelo sistema de "correção direta dos saldos das contas", conforme o disposto no Decreto-Lei 1598/77.

## II-Dos Investimentos

O grupo do Permanente/Investimento será reajustado desde a data de sua formação até 31 de dezembro de 1983, com o auxílio de uma planilha eletrônica, aplicada através da linguagem citada no item anterior, onde constarão as seguintes informações: data de aquisição de cada investimento; o valor inicial do investimento; o coeficiente aplicado no reajustamento e o valor já reajustado até 31.12.83.

3)-O elevado número de itens que compõem os seus estoques no final do exercício de 1984 e 1985 trazem em si uma grande dificuldade para a verificação da data de formação dos mesmos, bem como o estabelecimento do preço de reposição.

O estoque é formado por três grandes grupos, sendo:  
I)-Bens de Vendas; II)-Bens de Fornecimento e III)-Bens de  
Uso e Consumo.

#### I-Bens de Vendas

Tal grupo representa os produtos entregues pelos associados para futura comercialização através da Cooperativa.

A entidade não efetua compra dos produtos mas simplesmente os recebe em seus armazéns para futura comercialização e efetua adiantamentos a seus associados por conta do produto depositado.

Após a comercialização do mesmo, será repassado ao cooperado o valor final, deduzidas as despesas decorrentes de cada produto.

Assim sendo, a expressão "recebimentos" será equivalente a de "compras" na contabilidade tradicional.

Em 1984 os Bens de Vendas representavam 27,62% do Realizável e em 1985 47,45%; contudo, em decorrência da alta rotatividade dos produtos nos estoques, representam os mesmos 58,09% das Receitas Operacionais em 1984 e 84,55% em 1985.



Tal fato é altamente relevante tendo-se em vista o propósito do presente trabalho.

Assim sendo, a este grupo, quando da utilização do método do Custo Histórico Corrigido, serão os mesmos reajustados através do IGP desde a data de sua formação até a data do respectivo balanço.

Considerando que a entidade não mantinha um controle permanente dos seus estoques, mas emitia relatórios mensais onde constava o volume físico de cada produto deste grupo, lançou-se mão dos mesmos para a apuração da data de formação de cada produto, onde valeu o critério do primeiro a entrar como o primeiro a sair (PEPS), como o ideal para o presente caso.

No método do Custo Corrente Corrigido, foram aplicados os valores correntes de reposição, na data do Balanço, como segue:

Em 31.12.83

Os valores relativos aos estoques dos bens de vendas nesta data, na aplicação do método do Custo Corrente Corrigido, serão os mesmos reajustados através do método do Custo Histórico Corrigido.

Em 31.12.84

Produto	Preço*	Fonte**
Soja	Cr\$ 1.000,00 p/kg	(01)
Mel	Cr\$ 6.000,00 p/kg	(02)
Aveia Preta	Cr\$ 800,00 p/kg	(02)
Girassol	Cr\$ 2.300,00 p/kg	(03)

Em 31.12.85

Algodão em Pluma	Cr\$ 12.786,00 p/kg	(04)
Algodão Bruto	Cr\$ 2.333,00 p/kg	(02)
Soja	Cr\$ 3.000,00 p/kg	(02)
Aveia Preta	Cr\$ 4.000,00 p/kg	(02)
Tremoço	Cr\$ 2.750,00 p/kg	(02)

II-Bens de Fornecimento e Bens de Uso e Consumo

A estes dois grupos será aplicado, em ambos os métodos, o índice Geral de Preços (IGP) na data da formação dos respectivos estoques.

O primeiro refere-se a produtos adquiridos de terceiros para revenda direta aos seus associados.

Quanto aos bens de uso e consumo, trata-se de materiais e produtos adquiridos para o uso da própria Cooperativa em suas atividades normais.

---

\* Os valores relativos aos preços encontram-se na moeda da época, isto é, em cruzeiros.

\*\*Fontes: 01)-Sistema Nacional de Informação do Mercado Agrícola-Instituto de Economia Agrícola-Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Estado de São Paulo.

02)-Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda-Londrina-Paraná

03)-Bolsa de Cereais de São Paulo

04)-Bolsa de Mercadorias de São Paulo

4)-O Patrimônio Líquido, após a segregação dos efeitos da correção monetária registrados anteriormente, foi reajustado a partir de 1978, pela variação mensal da ORTN e IGP respectivamente no ajuste pelo método legal e pelo Custo Histórico Corrigido.

Destaque deve ser dado neste grupo à conta de Reservas de Equalização.

Considerando-se o disposto na Resolução CNC nº 27/84, o resultado da correção monetária deve ser transferido para a referida conta no Patrimônio Líquido. Assim sendo, observar-se-á, no presente estudo, o seguinte tratamento para a conta de saldo da correção monetária e dos ganhos e perdas sobre os itens monetários:

a)-No reajustamento dos períodos anteriores, o resultado da correção monetária será levado à conta de Reservas de Equalização, no Patrimônio Líquido, conforme o disposto na Resolução CNC 27/84;

b)-O mesmo tratamento será dado ao resultado da correção monetária, alcançado através da aplicação do ML pelo índice oficial ou do IGP;

c)-O saldo de ganhos ou perdas sobre os itens monetários, alcançado quando da aplicação do método do CHC ou do

método do CCC, também será levado à conta de Reservas de Equalização, no Patrimônio Líquido.

Em virtude da natureza da entidade, isto é, uma Sociedade Cooperativa, o Capital Social da mesma sofre alterações mensais em decorrência da entrada de novos associados ou com a saída de alguns já pertencentes ao quadro cooperativo, e o resultado da correção monetária do mesmo, qualquer que seja o método adotado, será levado à conta de "Reservas de Capital".

5)-Após os passos acima, passar-se-á a efetuar os ajustamentos das demonstrações contábeis, mensalmente, a partir do anterior já ajustado.

Na aplicação do Método Legal (ML), além do índice oficial, isto é, a ORTN, as demonstrações contábeis serão também ajustadas através da variação mensal do IGP.

Quanto ao método do CCC, os preços correntes de reposição serão aplicados tão somente no grupo de Bens de Vendas dos estoques. Nos demais componentes deste, bem como naqueles que compõem o Ativo Permanente, será utilizado o IGP para os ajustes que se fizerem necessários.

Desta maneira, como não serão aplicados os preços correntes de reposição em todos os itens não-correntes, pas-

sar-se-ã a partir deste instante, a denominar o Custo Corrente Corrigido de Custo Corrente Corrigido Parcial (CCCP).

A análise final será efetuada, em um primeiro passo, na comparação da aplicação da ORTN e do IGP no ML e, em seguida, a comparação deste com a aplicação do método do CHC e do CCCP.

A referida análise deverá indicar os efeitos da aplicação da metodologia de cada um dos métodos acima indicados, bem como a influência dos índices adotados em cada um deles, para assim chegar-se a conclusões das hipóteses constantes no item 3-3- do presente capítulo.

Os valores no presente estudo serão demonstrados e calculados na moeda da época, isto é, em cruzeiros.

### 3-8-LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Em função do método adotado para a pesquisa, isto é, o estudo de caso, já mencionado nos capítulos I e III, o período abrangido pelo estudo e o índice adotado, podem ser apontados como limitações do trabalho.

O período abrangido pelo estudo - 1983 a 1985 - afigura-se curto para que os resultados possam ser considera-



dos como representativos de uma tendência futura e generalizada, pois as Sociedades Cooperativas, podem apresentar, nesse mesmo período, situações diferenciadas considerando a faculdade que a legislação que rege as mesmas apresenta.

Embora se reconheça que os efeitos da variação de preços são quase sempre diferentes de uma para outra entidade, quer em função dos insumos que utilize, quer em virtude da própria região em que está localizada, para efeitos práticos é conveniente a adoção de um índice que meça as variações no poder de compra na economia.

Apesar de ter sido atribuído ao IGP a característica de um índice mais representativo do processo inflacionário, deve-se considerar o fato que, como índice geral de preços, representa uma evolução média de preços que não é necessariamente igual à evolução dos preços de cada item a ser ajustado.

Assim sendo, os valores ajustados pelo mesmo, desde a data de formação até a data base, poderá não representar o valor correspondente à variação de mercado no mesmo período.

## **CAPITULO IV**

### **4 - RESULTADOS**

## 4-RESULTADOS

### 4-1-INTRODUÇÃO

As Sociedades Cooperativas em obediência à Lei nº 5764, em seu artigo 44, inciso I, estão obrigados a efetuar a prestação de contas, através de um relatório da gestão, do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Sobras apuradas ou das Perdas decorrentes das despesas da Sociedade.

Naturalmente, as demonstrações contábeis acima mencionadas são de interesse, não só dos seus associados, como também de usuários externos, tais como fornecedores, instituições financeiras, órgãos fiscalizadores e outros interessados.

Entretanto, as demonstrações contábeis podem trazer em seu conteúdo os efeitos da inflação que podem não evidenciar, de uma forma completa, os valores constantes nas mesmas.

Aplicando-se a metodologia proposta no capítulo anterior, os resultados obtidos podem oferecer uma outra alternativa para que sejam reconhecidos contabilmente os efeitos da parcela da inflação, não medida convencionalmente, melhorando, destarte, as informações constantes nas demonstrações contábeis.

## 4-2-RECOMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

### 4-2-1- A VALORES HISTÓRICOS

Para a aplicação dos métodos propostos, isto é, do Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido Parcial, além do método legal, necessário é que os itens não-monetários sejam reconhecidos em seus valores históricos.

Assim sendo, foi efetuada a identificação e segregação dos efeitos da correção monetária registrados anteriormente, bem como foi estabelecida uma data inicial.

Para o ajuste, a valores históricos, foi adotado o seguinte procedimento:

- a)-Identificação e segregação das correções monetárias incorporadas ao Ativo Permanente, bem como ao Patrimônio Líquido até 31.12.83;
- b)-O ajuste dos saldos históricos das contas representativas do Ativo Permanente pela variação da ORTN e do IGP da data de origem até a data de 31.12.83, bem como o novo cálculo da depreciação com base nos valores dos bens ajustados;

c)-O ajuste dos saldos históricos das contas que compõem o Patrimônio Líquido pela variação da ORTN e do IGP da data de origem até 31.12.83.

#### 4-2-1-1-IDENTIFICAÇÃO E SEGREGAÇÃO DAS CORREÇÕES MONETÁRIAS ANTERIORMENTE REGISTRADAS

Baseada no Parecer Normativo CST nº 20/76, onde dizia que as Sociedades Cooperativas podiam efetuar a correção monetária do Ativo Imobilizado nos termos da legislação, a empresa em estudo assim procedeu e efetuou a correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido após 1978, sendo que neste ano efetuou a Correção Monetária Especial.

O Balanço Patrimonial publicado em 31.12.83 pela Sociedade Cooperativa estava composto dos valores Ativos e Passivos, bem como do Patrimônio Líquido, conforme o disposto no quadro I, coluna 1, à página 88.

A identificação e segregação dos valores da correção monetária consignada a partir de 1978 foi efetuada através dos Balanços Patrimoniais publicados e do Livro Diário até 1980, e a partir desse exercício, diretamente dos saldos das contas do Livro Razão.



QUADRO I

COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA.- Londrina- Parana			
BALANCO PUBLICADO EM 31.12.83			
DEMONSTRACAO DA ELIMINACAO DOS EFEITOS INFLACIONARIOS REGISTRADOS ANTERIORMENTE - Em cr\$ 1,00			
	BALANCO PUBLICADO	CORRECAO MONETARIA	VALORES HISTORICOS
	(1)	(2)	(3)
<b>A T I V O</b>			
ATIVO CIRCULANTE	2,681,909,707		2,681,909,707
DISPONIVEL	275,528,480		275,528,480
REALIZAVEL	2,406,381,227		2,406,381,227
Devedores Associados	874,076,291		874,076,291
Devedores Terceiros	119,496,629		119,496,629
Devedores Bancarios	224,606,156		224,606,156
Valores a Receber	631,714,950		631,714,950
(-)Titulos Descontados	( 233,309,362)		( 233,309,362)
Estoques	773,356,975		773,356,975
Despesas Exercicio seguinte	16,439,589		16,439,589
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	13,858,800		13,858,800
Emprestimos Compulsorios	13,858,800		13,858,800
ATIVO PERMANENTE	4,015,819,023	3,003,247,159	1,012,571,864
IMOBILIZADO	3,459,148,285	2,814,468,651	644,679,634
INVESTIMENTOS	197,673,778	143,774,439	53,899,339
DIFERIDO	358,996,960	45,004,069	313,992,891
TOTAL DO ATIVO	6,711,587,530	3,003,247,159	3,708,340,371
<b>P A S S I V O</b>			
PASSIVO CIRCULANTE	2,165,840,572		2,165,840,572
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2,321,087,070		2,321,087,070
PATRIMONIO LIQUIDO	2,224,659,888	3,003,247,159	( 778,587,271)
TOTAL DO PASSIVO	6,711,587,530	3,003,247,159	3,708,340,371

QUADRO1

Os valores correspondentes à correção monetária que foi segregada do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, encontram-se na coluna 2, do Quadro I.

Após a segregação dos valores acima, encontramos na coluna 3, do quadro I, os valores históricos das contas representativas do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido.

As Despesas Pré-Operacionais foram formadas em dezembro de 1983 e corrigidas pelo ML dentro do trimestre e os efeitos dessa correção também foram segregados.

A entidade não efetuou a amortização das Despesas Pré-Operacionais em dezembro de 1983, dando assim um tratamento desigual daquele da formação das respectivas despesas.

#### 4-3- AJUSTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATÉ 31-12-83

Após a reconstituição das demonstrações contábeis a valores históricos, procedeu-se o ajuste dos referidos valores à data de referência, isto é, 31 de dezembro de 1983. Para tal procedimento foram necessários os seguintes passos.

- a) -A atualização pela variação da ORTN e do IGP, desde a data de origem dos bens que compõem o Ativo Permanente, bem como a depreciação do Imo-

bilizado, baseado nos novos valores.

b)-A atualização até 31.12.83, pela variação da ORTN e do IGP, dos saldos históricos das contas representativas do Patrimônio Líquido, desde a data de formação de cada uma.

#### 4-3-1-DO ATIVO PERMANENTE

No ajustamento dos valores históricos dos componentes do Ativo Permanente- Imobilizado, Investimentos e Diferido- através da aplicação da variação mensal da ORTN e do IGP, desde suas datas de origem até 31.12.83, foram observados os seguintes procedimentos:

##### 4-3-1-1-DO IMOBILIZADO

Obtidos os valores históricos dos bens componentes do Imobilizado, e como era conhecida a data de formação de cada um dos itens que formam o mesmo, foram todos reajustados mensalmente através da variação da ORTN e do IGP.

O ajustamento foi realizado com o auxílio de uma planilha eletrônica, através da linguagem do Supercalc2 (SC2)

com o emprego de um microcomputador.

Os coeficientes de ajustamento foram aplicados de conformidade com as Tabelas nº II e III, às páginas 92 e 93 respectivamente, onde foi empregada a fórmula que segue, tanto para o ajustamento pela variação da ORTN, como pela variação do IGP.

$$Q.A. = T^2/T^1$$

onde

Q.A. = coeficiente de ajuste

T<sup>1</sup> = valor da ORTN ou do IGP na data de origem do bem

T<sup>2</sup> = valor da ORTN ou do IGP na data de referência

Nas baixas ocorridas no período, quer por alienação, perecimento ou por perda, foram observadas as datas da aquisição e da baixa do bem, procedendo-se a eliminação da correção monetária anterior e computando-se os valores corrigidos através da variação mensal da ORTN e do IGP desde a data de aquisição, sendo dado o tratamento correspondente às depreciações e os seus efeitos levados à conta de resultado não operacional.

TABELA II

COEFICIENTES DE AJUSTAMENTO-ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (IGP)

DATAS	T1	T2	QUOCIENTE	DATA	T1	QUOCIENTE	DATAS	T1	QUOCIENTE
1.74	33.0399	7,213.2	210.318	1.78	116.40	61.969	1.82	1,234.30	5.844
2.74	33.9181	7,213.2	212.665	2.78	120.40	59.910	2.82	1,318.90	5.469
3.74	34.4400	7,213.2	209.394	3.78	124.30	58.031	3.82	1,414.20	5.101
4.74	37.2689	7,213.2	193.545	4.78	128.50	56.134	4.82	1,490.00	4.841
5.74	38.5767	7,213.2	186.983	5.78	132.60	54.398	5.82	1,581.20	4.562
6.74	39.3408	7,213.2	183.352	6.78	137.40	52.498	6.82	1,707.50	4.224
7.74	39.8082	7,213.2	181.199	7.78	141.30	51.049	7.82	1,811.00	3.983
8.74	40.3213	7,213.2	178.893	8.78	145.10	49.712	8.82	1,916.00	3.765
9.74	40.9895	7,213.2	175.977	9.78	148.80	48.476	9.82	1,986.10	3.632
10.74	41.6060	7,213.2	173.369	10.78	153.10	47.114	10.82	2,081.10	3.466
11.74	42.2586	7,213.2	170.692	11.78	157.30	45.856	11.82	2,185.20	3.301
12.74	43.1866	7,213.2	167.024	12.78	159.70	45.167	12.82	2,319.40	3.110
1.75	44.1517	7,213.2	163.373	1.79	165.50	43.584	1.83	2,529.20	2.852
2.75	45.1546	7,213.2	159.745	2.79	171.70	42.010	2.83	2,694.10	2.677
3.75	45.8645	7,213.2	157.272	3.79	181.60	39.720	3.83	2,965.00	2.432
4.75	46.6876	7,213.2	154.499	4.79	188.50	38.266	4.83	3,238.60	2.227
5.75	47.6807	7,213.2	151.281	5.79	192.90	37.393	5.83	3,455.70	2.087
6.75	48.7413	7,213.2	147.989	6.79	199.60	36.138	6.83	3,800.10	1.859
7.75	49.7705	7,213.2	144.929	7.79	208.30	34.629	7.83	4,396.50	1.641
8.75	51.1579	7,213.2	140.999	8.79	220.40	32.728	8.83	4,841.10	1.490
9.75	52.3389	7,213.2	137.817	9.79	237.40	30.384	9.83	5,460.40	1.321
10.75	53.5178	7,213.2	134.781	10.79	249.80	28.876	10.83	6,184.60	1.166
11.75	54.6707	7,213.2	131.939	11.79	263.70	27.354	11.83	6,707.30	1.075
12.75	55.8627	7,213.2	129.124	12.79	283.00	25.488	12.83	7,213.20	1.000
1.76	57.5907	7,213.2	125.249	1.80	300.60	23.996			
2.76	59.9807	7,213.2	120.259	2.80	313.30	23.023			
3.76	62.1939	7,213.2	115.979	3.80	333.90	21.603			
4.76	64.5300	7,213.2	111.781	4.80	353.00	20.434			
5.76	66.7279	7,213.2	108.099	5.80	375.50	19.210			
6.76	68.5894	7,213.2	105.288	6.80	397.50	18.146			
7.76	71.1181	7,213.2	101.426	7.80	431.10	16.732			
8.76	74.0309	7,213.2	97.435	8.80	460.90	15.650			
9.76	76.5725	7,213.2	94.201	9.80	485.30	14.863			
10.76	78.3764	7,213.2	92.033	10.80	522.40	13.808			
11.76	79.8694	7,213.2	90.312	11.80	561.00	12.839			
12.76	81.7027	7,213.2	88.286	12.80	595.00	12.123			
1.77	84.7600	7,213.2	85.101	1.81	634.00	11.377			
2.77	87.4400	7,213.2	82.493	2.81	687.00	10.487			
3.77	91.0700	7,213.2	79.205	3.81	738.40	9.769			
4.77	94.7800	7,213.2	76.105	4.81	778.00	9.262			
5.77	98.1000	7,213.2	73.469	5.81	827.10	8.721			
6.77	100.1000	7,213.2	72.060	6.81	864.00	8.349			
7.77	102.3000	7,213.2	70.510	7.81	907.90	7.945			
8.77	103.5000	7,213.2	69.693	8.81	969.00	7.444			
9.77	105.3000	7,213.2	68.501	9.81	1,018.10	7.085			
10.77	108.2000	7,213.2	66.665	10.81	1,062.40	6.790			
11.77	111.0000	7,213.2	64.984	11.81	1,118.00	6.447			
12.77	113.4000	7,213.2	63.608	12.81	1,161.30	6.211			

FÓRMULA DE DEFINIÇÃO DO COEFICIENTE=t2/t1, ONDE t2 REFERE-SE A 1983

FONTE: REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA/FGV-RIO

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS- DISPON. INTERNA COLUMA 2

TABELA2



TABELA III

COEFICIENTES DE AJUSTAMENTO-ORIGACOES REAJUSTAVEIS DO TESOURO NACIONAL - ORTN

DATAS	T1	T2	QUOCIENTE	DATA	T1	QUOCIENTE	DATAS	T1	QUOCIENTE
1.74	80.62	7,013.0	86.988	1.78	238.32	29.427	1.82	1,453.96	4.823
2.74	81.47	7,013.0	86.081	2.78	243.35	28.819	2.82	1,526.66	4.594
3.74	82.69	7,013.0	84.811	3.78	248.99	28.166	3.82	1,602.99	4.375
4.74	83.73	7,013.0	83.757	4.78	255.41	27.458	4.82	1,683.14	4.167
5.74	85.10	7,013.0	82.409	5.78	262.87	26.679	5.82	1,775.71	3.949
6.74	86.91	7,013.0	80.693	6.78	270.88	25.890	6.82	1,873.37	3.744
7.74	89.80	7,013.0	78.096	7.78	279.04	25.133	7.82	1,976.41	3.548
8.74	93.75	7,013.0	74.805	8.78	287.58	24.386	8.82	2,094.99	3.348
9.74	98.22	7,013.0	71.401	9.78	295.57	23.727	9.82	2,241.64	3.129
10.74	101.90	7,013.0	68.822	10.78	303.29	23.123	10.82	2,398.55	2.924
11.74	104.10	7,013.0	67.368	11.78	310.49	22.587	11.82	2,566.45	2.733
12.74	105.41	7,013.0	66.531	12.78	318.44	22.023	12.82	2,733.27	2.566
1.75	106.76	7,013.0	65.689	1.79	326.82	21.458	1.83	2,910.93	2.409
2.75	108.38	7,013.0	64.707	2.79	334.20	20.984	2.83	3,085.59	2.273
3.75	110.18	7,013.0	63.650	3.79	341.97	20.508	3.83	3,292.32	2.130
4.75	112.25	7,013.0	62.477	4.79	350.51	20.008	4.83	3,588.63	1.954
5.75	114.49	7,013.0	61.254	5.79	363.64	19.286	5.83	3,911.61	1.793
6.75	117.13	7,013.0	59.874	6.79	377.54	18.575	6.83	4,224.54	1.660
7.75	119.27	7,013.0	58.799	7.79	390.10	17.977	7.83	4,554.05	1.540
8.75	121.31	7,013.0	57.810	8.79	400.71	17.501	8.83	4,963.91	1.413
9.75	123.20	7,013.0	56.924	9.79	412.24	17.012	9.83	5,385.84	1.302
10.75	125.70	7,013.0	55.791	10.79	428.80	16.355	10.83	5,897.49	1.189
11.75	128.43	7,013.0	54.606	11.79	448.47	15.638	11.83	6,469.55	1.084
12.75	130.93	7,013.0	53.563	12.79	468.71	14.962	12.83	7,012.99	1.000
1.76	133.34	7,013.0	52.595	1.80	487.83	14.376			
2.76	135.90	7,013.0	51.604	2.80	508.33	13.796			
3.76	138.94	7,013.0	50.475	3.80	527.14	13.304			
4.76	142.24	7,013.0	49.304	4.80	546.64	12.829			
5.76	145.83	7,013.0	48.090	5.80	566.86	12.372			
6.76	150.17	7,013.0	46.700	6.80	586.13	11.965			
7.76	154.00	7,013.0	45.539	7.80	604.89	11.594			
8.76	158.55	7,013.0	44.232	8.80	624.25	11.234			
9.76	162.97	7,013.0	43.032	9.80	644.23	10.886			
10.76	168.33	7,013.0	41.662	10.80	663.56	10.569			
11.76	174.40	7,013.0	40.212	11.80	688.79	10.289			
12.76	179.68	7,013.0	39.030	12.80	706.70	9.924			
1.77	183.65	7,013.0	38.187	1.81	738.50	9.496			
2.77	186.83	7,013.0	37.537	2.81	775.43	9.044			
3.77	190.51	7,013.0	36.812	3.81	825.83	8.492			
4.77	194.83	7,013.0	35.995	4.81	877.86	7.989			
5.77	200.45	7,013.0	34.986	5.81	930.53	7.537			
6.77	206.90	7,013.0	33.896	6.81	986.36	7.110			
7.77	213.80	7,013.0	32.802	7.81	1,045.54	6.708			
8.77	219.51	7,013.0	31.948	8.81	1,108.27	6.328			
9.77	224.01	7,013.0	31.307	9.81	1,172.55	5.981			
10.77	227.15	7,013.0	30.874	10.81	1,239.39	5.658			
11.77	230.30	7,013.0	30.452	11.81	1,310.04	5.353			
12.77	233.74	7,013.0	30.003	12.81	1,382.09	5.074			

FORMULA DE DEFINICAO DO COEFICIENTE=t2/t1, ONDE t2 REFERE-SE A 1983

FONTE: REVISTA CONJUNTURA ECONOMICA/FGV-RIO

ORIGACOES REAJUSTAVEIS DO TESOURO NACIONAL

#### 4-3-1-2-DOS INVESTIMENTOS

Através do Livro Diário e do Razão, foram apurados desde a sua data de aquisição, os saldos de cada uma das contas que compõem o grupo Investimentos.

Os mesmos foram individualizados, permitindo assim o ajuste de cada um deles, pela variação mensal da ORTN e do IGP, com o emprego de uma planilha eletrônica.

#### 4-3-1-3- DO DIFERIDO

Os valores que compõem o Ativo Diferido, foram localizados em sua data de origem, através do Livro Diário e do Razão.

Como a sua formação ocorreu no último mês do período, não houve necessidade de qualquer ajustamento.

#### 4-3-1-3-DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

A atualização da depreciação sobre os bens do Imobilizado foi efetuada juntamente com o ajustamento do Ativo Imobilizado. A mesma foi calculada pelo método linear, que é o empregado pela entidade em estudo, sendo as taxas anuais as

seguintes:

Edifícios, Construções e Benfeitorias	4%
Máquinas, Instalações e Equipamentos	10%
Móveis, Aparelhos e Utensílios	10%
Veículos	25%
Telefones (sistema de telefonia)	10%

A entidade efetua o cálculo da depreciação trimestralmente, bem como a correção monetária da depreciação acumulada.

Para efeito do estudo, a depreciação foi calculada mensalmente, computandose os valores dos bens já corrigidos e efetuando-se a atualização da depreciação sobre os bens baixados no período, levando-se à conta de resultado não operacional os seus efeitos.

#### 4-3-2- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o ajustamento mensal pela variação da ORTN ou do IGP, até 31.12.83, das contas representativas do Patrimônio Líquido, foram empregados os seguintes procedimentos:

#### **4-3-2-1-DO CAPITAL SOCIAL**

Em consequência da impossibilidade de obtenção das datas iniciais de formação do capital social, pela inexistência de qualquer fonte anterior a 31.12.77 e considerando o acesso ao Balanço Patrimonial naquele exercício, foi este considerado como o ano inicial para o seu ajustamento pela variação mensal da ORTN e pelo IGP.

Destaque-se que o Capital Social, em decorrência da peculiaridade da entidade, sofre variações mensais em virtude da entrada ou saída de associados.

#### **4-3-2-2-DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS**

As Reservas Estatutárias, cujas datas de formação foram localizadas através do Livro Diário e do Razão, foram reajustadas mensalmente pela ORTN e pelo IGP.

#### **4-3-2-3-DAS RESERVAS DE EQUALIZAÇÃO**

Segundo o disposto na Resolução CNC nº 27/84, os resultados da correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido devem ser contabilizados na conta de "Reserva de

Equalização", inclusive a correção do Capital, caso a mesma não seja incorporada ao Capital Social.

Como a entidade manteve o saldo da conta "Reservas da Capital" no Patrimônio Líquido e não o transferiu para a conta de Reservas de Equalização, manteve-se o mesmo procedimento.

Os valores resultantes da correção monetária quer pela variação da ORTN; quer pela variação mensal do IGP, até 31.12.83, foram transferidas da conta de resultados para a conta de Reservas de Equalização, seguindo os passos empregados pela entidade.

Após os ajustamentos necessários, os saldos das contas representativas do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido estão dispostos no Quadro II, à página nº 98, onde a coluna 1 corresponde aos valores constantes no balanço publicado pela Cooperativa, a coluna 2 aos valores do ajustamento através da aplicação da ORTN e na coluna 3 os valores ajustados pela aplicação da variação do IGP, todos em 31.12.83, os quais foram utilizados como a base para os posteriores ajustamentos, da série a custo histórico, mês a mês.



QUADRO II

COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA.- Londrina- Parana			
BALANCOS REAJUSTADOS ATE 31.12.83			
	BALANCO PUBLICADO	BALANCO REAJUSTADO	BALANCO REAJUSTADO
	(1)	ORTN (2)	IGP (3)
<b>ATIVO</b>			
ATIVO CIRCULANTE	2,681,909,708	2,681,909,708	2,681,909,708
DISPONIVEL	275,528,480	275,528,480	275,528,480
REALIZAVEL	2,406,381,228	2,406,381,228	2,406,381,228
Devedores Associados	874,076,291	874,076,291	874,076,291
Devedores Terceiros	119,496,629	119,496,629	119,496,629
Devedores Bancarios	224,606,156	224,606,156	224,606,156
Valores a Receber	631,714,950	631,714,950	631,714,950
(-)Titulos Descontados	( 233,309,362)	( 233,309,362)	( 233,309,362)
Estoques	773,356,975	773,356,975	773,356,975
Despesas Exercicio seguinte	16,439,589	16,439,589	16,439,589
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	13,858,800	13,858,800	13,858,800
Emprestimos Compulsorios	13,858,800	13,858,800	13,858,800
ATIVO PERMANENTE	4,015,819,022	4,102,625,511	5,430,382,039
IMOBILIZADO	4,197,953,619	4,308,915,593	6,038,721,023
(-)Depreciaco'es Acumuladas	( 738,805,337)	( 697,135,417)	( 1,143,357,761)
INVESTIMENTOS	197,673,780	176,852,443	221,025,907
DIFERIDO	358,996,960	313,992,892	313,992,890
TOTAL DO ATIVO	6,711,587,530	6,798,394,019	8,126,150,547
<b>PASSIVO</b>			
PASSIVO CIRCULANTE	2,165,840,572	2,165,840,572	2,165,840,572
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2,321,087,070	2,321,087,070	2,321,087,070
PATRIKONIO LIQUIDO	2,224,659,888	2,311,466,377	3,639,222,905
TOTAL DO PASSIVO	6,711,587,530	6,798,394,019	8,126,150,547

QUADROII

#### 4-4-AJUSTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A PARTIR DE 31.12.83

Tendo em vista os métodos escolhidos (e as peculiaridades apresentadas pela Cooperativa), foi necessário que se efetuasse inicialmente o ajuste pelo ML, seguido do CHC e do CCCP e as técnicas e procedimentos adotados foram os indicados pela literatura.

Os procedimentos para os ajustes podem ser resumidos na seguintes etapas, e que foram inteiramente aplicadas através de uma planilha eletrônica.

##### 4-4-1-PELO MÉTODO LEGAL

Os ajustamentos das demonstrações contábeis pelo ML, após 31.12.83, quer pela aplicação da variação mensal da ORTN, quer pela do IGP, foram efetuados de conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 1598/77, utilizando-se o método da correção direta dos saldos das contas.

Os procedimentos adotados para o reajuste através do ML, foram os seguintes:

- a) - Com base nos balancetes mensais de verificação, fornecidos pela empresa, a partir de janeiro de

1984, apurou-se a movimentação líquida de cada item constante no modelo da demonstração escolhida para o trabalho;

- b)-Calculou-se o coeficiente de ajuste para cada período mensal pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Q.A. = (T^2 - T^1) / T^1$$

onde

Q.A.=coeficiente de ajuste

T<sup>2</sup> =ORTN ou IGP na data da demonstração ajustada

T<sup>1</sup> =ORTN ou IGP na data final da demonstração anterior a ser ajustada;

- c)-O coeficiente de ajuste foi aplicado mensalmente nas contas representativas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.

- d)-O valor ajustado, resultante do saldo anterior acrescido dos valores do movimento do período e do resultado da aplicação do coeficiente de ajuste, representa o saldo do novo período. Tal procedimento foi seguido até 31.12.85.

#### 4-4-2-PELO MÉTODO DO CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO

Além dos procedimentos indicados no método anterior, no reajuste das demonstrações contábeis pelo método do CHC, foram seguidos os seguintes passos:

- a) -A identificação dos itens monetários e não-monetários nas demonstrações contábeis a serem reajustadas;
- b) -Nos itens não-monetários foram calculados os ajustes necessários para que fossem adaptados às variações de preços verificadas no período, através da multiplicação do saldo a ser ajustado pelo coeficiente empregado. Tais parcelas foram acrescentadas à movimentação no período de cada item não-monetário e agregadas ao novo saldo reajustado;
- c) -Os itens monetários também foram calculados através da multiplicação do coeficiente pelo saldo anterior a ser ajustado de cada item, e que passaram a fazer parte das contas de resultados permanecendo assim a igualdade contábil das demonstrações;

d)-O valor ajustado, resultante do saldo anterior, agregado o ajuste dos itens não-monetários e o movimento líquido do período, bem como, quando dos itens monetários, pela soma do saldo anterior e do movimento líquido do período, será o saldo inicial do novo período.

Destaque deve ser dada à demonstração do resultado de cada período.

As receitas pelo presente método, devem ser atualizadas ao poder aquisitivo da moeda na data final do balanço.

As mesmas não ocorreram de forma uniforme nos períodos observados, pois resultaram da comercialização, pela Cooperativa, de produtos depositados na mesma pelos seus associados, e tais produtos relacionam-se com safras agrícolas totalmente sazonais.

Assim sendo, as receitas foram corrigidas mensalmente, à moeda final da data do balanço, através da aplicação do IGP.

O Custo dos Produtos Vendidos, que representam uma baixa dos estoques, em consequência da ausência de um controle permanente dos mesmos, foi calculado no final de cada período, sendo adotada a fórmula que segue:



$$CPV = Ei + R - Ef$$

onde:

CPV=Custo dos Produtos Vendidos;

Ei =Estoque inicial;

R =Recebimentos;

Ef =Estoque final.

O estoque inicial em cada período, foi reajustado mensalmente, através da aplicação do IGP, a partir da data de cada balanço anterior, pois o mesmo já se encontrava reajustado naquela data.

Os recebimentos foram atualizados, mês a mês, à moeda final da data de cada balanço através da aplicação do IGP.

Os estoques finais, apurados pela forma já descrita no capítulo anterior, foram reajustados, em cada período, desde a data de sua formação através da aplicação do IGP.

As despesas diretas e indiretas que também não ocorreram de forma uniforme nos períodos em estudo, foram atualizadas, mês a mês, ao poder aquisitivo da moeda da data final de cada balanço através da aplicação do IGP.

As depreciações que não se originaram de ativos ou passivos monetários foram calculadas sobre os custos corrigidos dos bens que as originaram e reajustadas, mês a mês, através da aplicação do IGP.

O saldo final de cada período, da receita e da despesa, será o resultante do valor do período anterior multiplicado pelo coeficiente de ajuste aplicado e acrescido do movimento líquido do período.

#### 4-4-3-PELO MÉTODO DO CUSTO CORRENTE CORRIGIDO PARCIAL

Os valores em 31.12.83 foram levados à moeda final de 1984 de conformidade com o método. Na aplicação do mesmo, pelas dificuldades já descritas no capítulo anterior, os preços de reposição foram aplicados tão somente no grupo de Bens de Vendas, que fazem parte do estoque.

Quanto aos demais itens não-monetários foram aplicados a variação mensal do IGP em cada período.

Em relação às Receitas e Despesas foram mantidos os critérios constantes quando da aplicação do método do CHC, com exceção do Custo dos Produtos Vendidos.

Quanto ao Custo dos Produtos Vendidos, foram adotados os seguintes critérios:

**a) -AOS BENS DE VENDAS**

Aos Bens de Vendas foi aplicada a fórmula simplificada adotada por Edwards & Bell, descrita por Iudícibus<sup>1</sup> que consiste na multiplicação da quantidade comercializada pelo preço médio ponderado dos recebimentos no período, traduzidas à data do encerramento do balanço pela aplicação do IGP, e cuja fórmula é a seguinte:

$$CPV = (QC \times VR) / QR$$

onde:

CPV=Custo dos Produtos Vendidos;

QC =Quantidade comercializada;

VR =Valor dos recebimentos;

QR =Quantidade recebida (volume físico)

**b) -AOS BENS DE FORNECIMENTO E DE USO E CONSUMO**

Foi observado o critério do método do CHC, isto é, a aplicação da variação do IGP desde a data de formação dos respectivos estoques iniciais e finais até a data do balanço em

---

1)-IUDÍCIBUS, Sérgio de - Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes. São Paulo, FEA/USP, 1968

cada período observado, bem como a correção mensal dos recebimentos.

Aos mesmos foi aplicada a fórmula tradicional (estoque inicial, mais recebimentos, menos estoque final) para a apuração do Custo dos Produtos Vendidos.

#### 4-5-APRESENTAÇÃO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS A VALORES DA DATA DE 31.12.85

Após os procedimentos constantes no item anterior foi obtida uma série de demonstrações contábeis, mensais, conforme os anexos nº 132 a 237, ajustadas a cada uma das respectivas datas de referência.

O interesse do estudo foi focalizado nas demonstrações finais de cada exercício, que incluem a demonstração de resultados, e assim sendo, ofereceram um maior número de elementos para a análise conforme o disposto nos Quadros III, IV, V e VI, às páginas nº 107 a 110.

QUADRO I I I

COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA.-Londrina-Parana					
BALANCO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 1984					
- Em cr\$ 1,00					
	BALANCO	M E T O D O	L E G A L	ICUSTO HISTORICO	ICUSTO CORRENTE
	PUBLICADO	ORTN	IGP	CORRIGIDO	ICORRIGIDO PARCIAI
<b>A T I V O</b>					
ATIVO CIRCULANTE	6,156,365,443	6,156,365,443	6,156,365,443	6,453,857,409	6,457,357,005
Disponivel	1,015,389,038	1,015,389,038	1,015,389,038	1,015,389,038	1,015,389,038
Devedores Associados	3,429,321,864	3,429,321,864	3,429,321,864	3,429,321,864	3,429,321,864
Devedores Terceiros	89,446,259	89,446,259	89,446,259	89,446,259	89,446,259
Debitos Inst. Financeiras	72,420,726	72,420,726	72,420,726	72,420,726	72,420,726
Valores a Receber	91,793,825	91,793,825	91,793,825	91,793,825	91,793,825
Estoques	1,420,108,501	1,420,108,501	1,420,108,501	1,717,600,467	1,721,100,063
Despesas Exercicio Seguinte	37,885,230	37,885,230	37,885,230	37,885,230	37,885,230
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5,460,750,323	5,460,750,323	5,460,750,323	5,460,750,323	5,460,750,323
ATIVO PERMANENTE	12,023,399,014	12,696,293,305	16,918,135,153	16,918,125,150	16,918,125,150
Imobilizado	13,792,553,438	14,259,504,034	20,169,448,038	20,169,448,039	20,169,448,039
(-)-Depreciacao Acumulada	(3,405,937,809)	(2,925,431,572)	(4,798,201,557)	(4,798,211,561)	(4,798,211,561)
Investimentos	731,201,777	667,367,939	825,584,383	825,584,383	825,584,383
Diferido	905,501,608	694,852,904	721,304,289	721,304,289	721,304,289
TOTAL DO ATIVO	23,640,514,780	24,313,409,071	28,535,250,919	28,832,732,882	28,836,232,478
<b>P A S S I V O</b>					
PASSIVO CIRCULANTE	4,501,604,299	4,501,604,299	4,501,604,299	4,501,604,299	4,501,604,299
Credores Associados	56,752,660	56,752,660	56,752,660	56,752,660	56,752,660
Credores Terceiros	3,486,750,540	3,486,750,540	3,486,750,540	3,486,750,540	3,486,750,540
Credores Internos	52,988,720	52,988,720	52,988,720	52,988,720	52,988,720
Credores Fiscais e Tributari	205,285,215	205,285,215	205,285,215	205,285,215	205,285,215
Credores p/Financiamentos	699,827,164	699,827,164	699,827,164	699,827,164	699,827,164
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	5,781,512,588	5,781,512,588	5,781,512,588	5,781,512,588	5,781,512,588
PATRIMONIO LIQUIDO	13,357,398,973	14,030,292,184	18,252,134,032	18,549,615,995	18,553,115,591
Capital Realizado	2,786,930,405	2,786,930,405	2,786,930,405	2,786,930,405	2,786,930,405
Reservas de Capital	5,129,377,063	2,719,934,368	3,894,927,187	3,894,927,185	3,894,927,185
Reservas Estatutarias	594,426,542	760,039,771	931,009,444	931,009,444	931,009,444
Reservas de Equalizacao	4,810,211,058	11,657,886,624	13,476,212,932	16,925,023,545	16,925,023,545
Sobras/Perdas acumul.ex. anl		(3,911,564,535)	(2,605,976,140)	(2,123,951,815)	(2,123,951,815)
Sobras/Perdas no exercicio	36,453,905	17,065,551	( 230,969,796)	(3,864,322,769)	(3,864,322,769)
Ganhos Estoques Nao Realiz.					3,499,596
TOTAL DO PASSIVO	23,640,515,860	24,313,409,071	28,535,250,919	28,832,732,882	28,836,232,478

QUADRIII



## QUADRO IV

COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA.-Londrina-Parana						
DEMONSTRACAO DOS RESULTADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 1984 - Em cr\$ 1.00						
DEMONSTRACAO DA CONTA DE	IBALANCO	M E T O D O		L E G A L		ICUSTO HISTORICO
SOBRAS E PERDAS EM 31-12-84	IPUBLICADO	ORTN		IGP		ICORRIGIDO PARCIAL
RECEITAS OPERACIONAIS						
Receitas Operacion.Liquidas	35,490,802,548	35,490,802,736		35,490,802,736		53,905,479,855
(-)-CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(30,386,485,592)	(30,386,485,592)		(30,386,485,592)		(47,827,842,677)
(+) Estoque Inicial	773,356,974	773,356,974		773,356,974		922,216,964
(+)Recebimentos	31,033,237,119	31,033,237,119		31,033,237,119		40,623,226,180
(-)-Estoque Final	(1,420,108,501)	(1,420,108,501)		(1,420,108,501)		(1,717,600,467)
SOBRAS/PERDAS OPERC.BRUTA	5,104,316,956	5,104,317,144		5,104,317,144		6,077,637,178
SOBRAS/PERDAS OPER.BRUTA C.COI						6,414,224,077
(-)-DESPESAS OPERACIONAIS	(5,010,888,649)	(5,029,844,222)		(5,280,408,102)		(9,817,866,474)
(-)-Despesas Diretas e a Apr	(4,488,651,830)	(4,488,651,830)		(4,488,651,830)		(8,519,423,514)
(-)-Depreciaco'es	(522,236,819)	(541,192,392)		(791,756,272)		(1,298,442,960)
SOBRAS/PERDAS OPERACIONAL LIQ	93,428,307	74,472,922		(176,090,958)		(3,740,229,296)
SOBRAS/PERDAS OPERC.LIQ.C.COOI						(3,403,642,397)
RECEITAS E DESPESAS NAO OPERAI	(29,524,402)	(43,444,647)		(54,878,838)		(124,093,473)
(+)Receitas Nao Operacionail		55,407,798		55,407,798		72,811,007
(-)-Despesas Nao Operacionail	(29,524,402)	(98,852,445)		(110,286,636)		(196,904,480)
SALDO DA CORRECAO MONETARIA	(2,863,113,404)	3,049,682,604		3,017,652,330		
GANHO/PERDAS NOS ITENS MONETI						6,466,462,951
SOBRAS/PERDAS NO EXERCICIO	(2,799,209,499)	3,080,710,879		2,786,682,534		2,602,140,182
SOBRAS OPERACIONAL COR. CORRII						2,938,727,081
(-)-DESECONOMIA DE CUSTO REALII						
No Custo dos Produtos Vendid						(336,586,899)
SOBRAS REALIZADAS						2,602,140,182
* DESECONOMIA NO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS						
Custo dos Produtos Vendidos pelo						
Custo Corrente Corrigido		47,491,255,776				
Custo dos Produtos Vendidos pelo						
Custo Historico Corrigido		(47,827,842,677)				
Deseconomia no C.P.V.		(336,586,901)				

quadroiv

QUADRO V

COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA.-Londrina-Parana					
BALANCO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 1985					
- Em cr\$ 1,00					
	BALANCO	M E T O D O	L E G A L	ICUSTO HISTORICO	ICUSTO CORRENTE
	PUBLICADO	ORTN	IGP	CORRIGIDO	ICORRIGIDO PARCIAL
<b>A T I V O</b>					
ATIVO CIRCULANTE	12,382,023,656	12,382,023,656	12,382,023,656	12,750,521,891	12,995,629,167
Disponivel	1,153,023,339	1,153,023,339	1,153,023,339	1,153,023,339	1,153,023,339
Devedores Associados	4,480,795,338	4,480,795,338	4,480,795,338	4,480,795,338	4,480,795,338
Devedores Terceiros	255,183,851	255,183,851	255,183,851	255,183,851	255,183,851
Debitos Inst. Financeiras	207,021,491	207,021,491	207,021,491	207,021,491	207,021,491
Valores a Receber	728,928,273	728,928,273	728,928,273	728,928,273	728,928,273
Estoques	5,328,622,510	5,328,622,510	5,328,622,510	5,697,120,745	5,942,228,021
Despesas Exercicio Seguinte	228,448,854	228,448,854	228,448,854	228,448,854	228,448,854
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	8,814,708,989	8,814,708,990	8,814,708,990	8,814,708,990	8,814,708,990
ATIVO PERMANENTE	37,314,384,914	38,756,692,250	53,888,354,309	53,888,320,780	53,888,320,780
Imobilizado	44,271,068,869	45,619,021,437	67,652,984,501	67,652,984,503	67,652,984,503
(-)Depreciacao Acumulada	( 11,628,314,009)	( 11,798,656,371)	( 19,505,479,733)	( 19,505,513,264)	( 19,505,513,264)
Investimentos	2,511,949,477	2,312,195,394	2,961,277,703	2,961,277,703	2,961,277,703
Diferido	2,159,680,577	2,624,131,790	2,779,571,838	2,779,571,838	2,779,571,838
TOTAL DO ATIVO	58,511,117,559	59,953,424,896	75,085,086,955	75,453,551,661	75,698,658,937
<b>P A S S I V O</b>					
PASSIVO CIRCULANTE	7,017,383,370	7,017,383,370	7,017,383,370	7,017,383,370	7,017,383,370
Credores Associados	21,084,919	21,084,919	21,084,919	21,084,919	21,084,919
Credores Terceiros	4,055,524,950	4,055,524,950	4,055,524,950	4,055,524,950	4,055,524,950
Credores Internos	2,272,681	2,272,681	2,272,681	2,272,681	2,272,681
Credores Fiscais e Tributari	586,234,054	586,234,054	586,234,054	586,234,054	586,234,054
Credores p/Financiamentos	2,338,231,094	2,338,231,094	2,338,231,094	2,338,231,094	2,338,231,094
Credores p/Provisao	14,035,672	14,035,672	14,035,672	14,035,672	14,035,672
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	6,494,049,293	6,494,049,293	6,494,049,293	6,494,049,293	6,494,049,293
PATRIMONIO LIQUIDO	44,999,684,896	46,441,992,233	61,573,654,292	61,942,118,998	62,187,226,274
Capital Realizado	5,136,805,552	5,136,806,633	5,136,806,633	5,136,806,633	5,136,806,633
Reservas de Capital	8,135,850,763	16,964,442,015	22,108,821,310	22,108,821,306	22,108,821,306
Reservas Estatutarias	3,088,750,744	2,432,280,386	3,117,102,407	3,117,102,410	3,117,102,410
Reservas de Equalizacao	27,946,472,139	32,220,262,849	39,091,872,485	54,272,189,276	54,272,189,276
Sobras/Perdas acumul.ex. anl		( 12,437,772,263)	( 9,506,795,051)	( 20,067,107,543)	( 20,067,107,543)
Sobras/Perdas no exercicio	691,805,698	2,125,972,613	1,625,846,508	( 2,625,693,084)	( 2,613,965,705)
Ganhos Estoques Nao Realiz.					233,379,897
TOTAL DO PASSIVO		59,953,424,896	75,085,086,955	75,453,551,661	75,698,658,937
*Ganhos Estoques Nao realizados					
Estoque anterior		11,727,379			
Estoque final pelo CHC		5,697,120,745			
Estoque Final pelo CCCP		( 5,942,228,021)			
Ganhos Estoque Nao realizados		( 233,379,897)			

QUADRO V

QUADRO VI

COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA.-Londrina-Parana						
DEMONSTRACAO DOS RESULTADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985 - Em cr\$ 1.00						
DEMONSTRACAO DA CONTA DE	IBALANCO	M E T O D O		L E G A L		ICUSTO HISTORICO
SOBRAS E PERDAS EM 31-12-85	IPUBLICADO	ORTN		IGP		CORRIGIDO
						ICUSTO CORRENTE
						ICORRIGIDO PARCIAL
RECEITAS OPERACIONAIS						
Receitas Operacion.Liquidas	217,465,591,166	217,465,591,166		217,465,591,166		355,137,674,201
(-)CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(197,010,886,706)	(197,010,886,706)		(197,010,886,706)		(325,974,316,685)
(+) Estoque Inicial	1,420,108,501	1,420,108,501		1,420,108,501		1,717,600,467
(+)Recebimentos	200,919,400,715	200,919,400,715		200,919,400,715		329,953,836,963
(-)Estoque Final	( 5,328,622,510)	( 5,328,622,510)		( 5,328,622,510)		( 5,697,120,745)
SOBRAS/PERDAS OPERAC. BRUTA	20,454,704,460	20,454,704,460		20,454,704,460		29,163,357,516
SOBRAS/PERDAS OPER.BRUTA C.C.I						30,389,366,694
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	( 18,998,719,308)	( 18,960,094,397)		( 19,452,645,911)		( 33,897,687,622)
(-)Despesas Diretas e a Ap	( 17,121,586,560)	( 17,121,586,559)		( 17,121,586,559)		( 29,982,596,508)
(-)Depreciaco'es	( 1,877,132,748)	( 1,838,507,838)		( 2,331,059,352)		( 3,915,091,114)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OI	1,497,938,049	1,497,938,048		1,497,938,048		2,837,354,760
(+)Outras Receitas Operaci	1,497,938,049	1,610,185,133		1,610,185,133		2,982,603,770
(-)Outras Despesas Operaci		( 112,247,085)		( 112,247,085)		( 145,249,010)
SOBRA/PERDAS OPERACIONAL LIQI	2,953,923,201	2,992,548,111		2,499,996,597		( 1,896,975,346)
SOBRA/PERDAS OPER.LIQ.C.CORR						( 670,966,168)
RECEITAS E DESPESAS NAO OPER	59,199,495	90,152,183		82,577,592		228,009,943
(+)Receitas Nao Operacional	59,199,495	228,748,753		226,251,562		416,264,710
(-)Despesas Nao Operacional		( 138,596,570)		( 143,673,970)		( 188,254,767)
SALDO DA CORRECAO MONETARIA	( 5,896,670,285)	( 6,123,168,323)		( 7,179,721,415)		
GANHO/PERDAS NOS ITENS MONET						( 3,556,599,016)
SOBRAS/PERDAS NO EXERCICIO	( 2,883,547,589)	( 3,040,468,029)		( 4,597,147,226)		( 5,225,564,419)
SOBRAS/PERDAS CORR.CORRIGIDA						( 3,999,555,241)
(-)DESECONOMIA DE CUSTO REAL						
No Custo dos Produtos Vend						( 1,226,009,178)
SOBRAS/PERDAS REALIZADAS						( 5,225,564,419)
DESECONOMIA NO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS						
Custo dos Produtos Vendidos pelo						
Custo Corrente Corrigido		324,740,307,507				
Custo dos Produtos Vendidos pelo						
Custo Historico Corrigido		(325,974,316,685)				
Deseconomia no C.P.V.		( 1,226,009,178)				

Quadro VI

## **CAPITULO V**

### **5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS**



## 5-ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5-1-INTRODUÇÃO

Para fins de análise dos resultados apresentados em decorrência da aplicação dos métodos que reconhecem os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda, aplicados no presente estudo, serão destacados os seguintes itens: a)-Estoques; b)-Ativo Permanente; c)-Ganhos e Perdas nos itens Monetários; d)-Patrimônio Líquido e e)-Demonstração de Sobras e Perdas.

A análise será efetuada levando-se em conta a metodologia e os índices aplicados em cada um dos métodos.

### 5-2-ESTOQUES

Os estoques podem ter a sua data de formação em épocas anteriores àquela do encerramento do exercício. Se ocorrerem mudanças significativas no poder aquisitivo da moeda no período compreendido entre a data em que ocorreu a sua formação e aquela em que é apurado o custo das vendas dos mesmos, a comparação deste com as receitas já não representará um valor corrente e, portanto, a Sobra Operacional Bruta poderá estar distorcida.



Assim sendo, a correção dos estoques formados durante o período pode reduzir ou aumentar as Sobras em função do índice e do método utilizado em relação ao Método Legal ou em relação ao Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido Parcial.

Quando da aplicação do Método Legal (ML), não se verificou qualquer variação no valor do estoque no Balanço, quer quando da utilização da variação mensal da ORTN, quer da aplicação do IGP, conforme se verifica na demonstração 5-2-1.

5-2-1-DEMONSTRAÇÃO DOS ESTOQUES

Em Cr\$ 1,00

	1984	1985
Balanço Publicado	1.420.108.501	5.328.622.510
Método Legal (ORTN)	1.420.108.501	5.328.622.510
Método Legal (IGP)	1.420.108.501	5.328.622.510
Custo Hist. Corrigido	1.717.600.467	5.697.120.745
Custo Cor. Corr. Parcial	1.721.100.063	5.942.228.021

Na aplicação dos métodos do Custo Histórico Corrigido (CHC) e do Custo Corrente Corrigido Parcial (CCCP) os estoques passam a ser considerados como itens não-monetários e sujeitos à correção conforme a técnica indicada e aplicada em cada um deles.

No método do CHC, os estoques foram corrigidos através da aplicação da variação mensal do IGP desde as datas de sua formação até a data de encerramento do exercício, verificando-se que houve uma variação de Cr\$ 286.691.966,00 em 1984 e de Cr\$ 368.498.235,00 em 1985, em relação ao ML. Tal

variação irá influir na determinação do Custo dos Produtos Vendidos em cada um dos exercícios, como se verifica no item 5.6 do presente capítulo.

Na aplicação do método do CCCP, a variação dos estoques em relação ao CHC, foi de Cr\$ 3.499.596,00 em 1984 e de Cr\$ 245.107.276,00 em 1985. Tal variação é decorrente da correção dos estoques pelos preços específicos dos bens de vendas que compunham o mesmo na data de encerramento de cada exercício, conforme a demonstração 5-2-2.

#### 5-2-2-DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS DOS BENS DE VENDAS

Produtos	Valores unitários em Cr\$ 1,00		KGS.
	C.H.C.	C.C.C.P.	
<u>EM 1984</u>			
SOJA	835	1.000	10.500
MEL	2.677	2.400	772,5
AVEIA	971	800	9.000
GIRASSOL	2.000	2.300	2.485
<u>EM 1985</u>			
ALGODÃO BRUTO	2.333	2.333	51.170
ALGODÃO EM PLUMA	3.609	12.786	10.338
SOJA	1.477	3.000	82.552
AVEIA	520	4.000	10.260
TREMOÇO	3.113	2.750	30.720

Verifica-se que no CCCP em relação ao CHC, há um acréscimo em níveis totais em função dos preços de mercado dos Bens de Vendas serem ligeiramente superiores à variação do poder aquisitivo da moeda desde a data de formação dos estoques.

Em 1984, os estoques de soja, girassol e mel pelo CCCP foram superiores ao valor do CHC, enquanto o estoque de aveia estava inferior ao Custo Histórico Corrigido.

Em 1985, os estoques de algodão em pluma, soja e aveia apresentaram valores de reposição superiores àqueles do CHC, enquanto o estoque de tremoço apresentou um valor inferior e o do algodão bruto permaneceu no mesmo nível.

O resultado de tais variações foram levadas ao Patrimônio Líquido através da conta de "Ganhos de Estoques Não Realizados".

Como se verifica, a variação nos estoques no presente caso, está relacionada diretamente com o método e o índice aplicado.

### 5-3-ATIVO PERMANENTE

Como já foi dito no capítulo anterior, a Cooperativa tem efetuado a correção monetária de seu Ativo Imobilizado através do método da correção direta dos saldos das contas aplicando a ORTN média do trimestre.

Quando do reajuste do Ativo Permanente em 1983 ocorreram variações entre o balanço publicado e os

reajustados através da aplicação da ORTN ou do IGP, conforme se verifica na demonstração abaixo:

5-3-1-DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE EM 31.12.83

EM Cr\$ 1,00

	Balanco Publicado	Balanco Reajustado	
		ORTN	IGP
Imobilizado	4.197.953.619	4.308.915.593	6.038.721.023
Depr.Acumul.	( 738.805.337)	( 697.135.417)	(1.143.357.781)
Investimentos	197.673.780	176.852.443	221.025.907
Diferido	358.996.960	313.992.892	313.992.890
TOTAL	4.015.819.022	4.102.625.511	5.430.382.039

Mesmo quando da aplicação do mesmo índice, isto é, a ORTN, ocorreram variações em relação ao balanço publicado pela entidade e o reajustado. Tal fato pode ser resumido nos seguintes itens:

- a)-A Cooperativa efetuou a correção monetária especial em 1978, aplicando a ORTN média do exercício correspondente à aquisição do bem, conforme exigência legal;
- b)-A Cooperativa aplicou a média trimestral da ORTN na correção monetária de seu balanço;
- c)-A entidade não seguiu um critério definido no que se refere aos bens adquiridos no último trimestre de cada exercício, ora corrigindo-os e ora não;
- d)-No ajuste efetuado, desde as datas de sua formação até 31.12.83, aos bens que compõem o Ativo Permanente, foi aplicada a variação mensal



da ORTN, e conseqüentemente verificou-se diferença nos resultados em relação à aplicação da média trimestral da ORTN, bem como em relação à correção monetária especial.

As diferenças verificadas, quando da aplicação do IGP através do ML, em relação a ORTN, podem ser consideradas normais em consequência das variações dos índices no período reajustado.

Como exemplo ilustrativo, para o presente caso, usar-se-á uma das contas que compõem o Ativo Imobilizado - "Telefones" - que de maneira simples e concisa demonstra o que ocorreu neste e nos demais itens do Ativo Permanente, conforme a demonstração 5-3-2.

5-3-2-DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "TELEFONES" - Em Cr\$ 1,00

	PUBLICADO	REAJUSTADO	
		ORTN	IGP
Valores históricos até 31.12.83	2.244.546	2.244.546	2.244.546
Valor CM até 31.12.83	6.834.526	6.845.541	8.600.368
Valor total 31.12.83	9.079.072	9.090.087	10.844.914
Valor aquisição 1984	2.777.589	2.777.589	2.777.589
Valor CM 31.12.84	19.548.750	14.209.763	18.148.470
Valor total 31.12.84	31.405.411	26.077.439	31.770.973
Valor aquisição 1985			
Valor CM 31.12.85	68.893.327	64.274.207	80.409.718
Valor total 31.12.85	100.298.738	90.351.646	112.180.691

Destaque-se que os bens representados pela conta acima, tiveram sua formação no exercício de 1980, não sofrendo assim a correção monetária especial, o que já não



ocorreu com os demais componentes do Ativo Imobilizado.

As diferenças verificadas influíram na comparação entre os valores constantes nos Balanços pela entidade e aqueles em que foram aplicados o ML com o uso da variação mensal da ORTN.

Na demonstração 5-3-3, pode-se ter uma visão dos saldos do Ativo Permanente nos períodos de 1984 e 1985, após a aplicação dos métodos propostos.

5-3-3-DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE

Em Cr\$ 1,00

Métodos Aplicados	1984	1985
1)-Balanço Publicado	13.792.553.430	37.314.384.914
2)-Método Legal		
a)-ORTN	12.696.293.305	38.756.692.250
b)-IGP	16.918.135.153	53.888.354.309
3)-Custo Hist.Corrigido	16.918.112.510	53.888.320.780

Como se verifica, na aplicação do ML, através da aplicação da variação mensal da ORTN, ocorreu uma diferença de Cr\$ 672.894.291,00 em 1984 e em 1985 de Cr\$ 1.442.307.336,00. Tal fato é decorrência do reajuste anteriormente comentado.

Na aplicação do ML através da variação mensal do IGP, a diferença em relação ao balanço publicado e o reajustado pode ser considerada como normal, em virtude das variações dos próprios índices aplicados.

#### 5-4-GANHOS E PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS

A Cooperativa, como qualquer outra empresa, deve incluir em seu resultado os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda sobre o seu Patrimônio.

Iudícibus et alii<sup>1</sup> afirmam que a correção monetária é calculada por diferença entre a correção do Ativo Permanente do Patrimônio Líquido, mas que na verdade significa perdas e ganhos nos ativos e passivos monetários, complemento do custo dos produtos vendidos, da depreciação, e das receitas e despesas, apesar de legalmente apresentar um só valor.

Contudo, as vantagens do conhecimento das origens e dos resultados inflacionários pelo método do CHC e do CCCP, tornam possível a identificação com relação a cada item e da parcela de ganho ou perda inflacionária de sua manutenção.

Nas demonstrações 5-4-1 e 5-4-2 verifica-se que a Cooperativa operou um Passivo Monetário Líquido em 1984, ou seja, tinha mais valores Passivos do que Ativos Monetários, gerando assim um ganho.

Em 1985, apresenta um Ativo Monetário Líquido, isto é, tinha mais Ativos que Passivos Monetários, gerando assim uma Perda.

---

1)-IUDÍCBUS, Sérgio de et alii-Contabilidade Intermediária. São Paulo. Atlas. 1984

#### 5-4-1-DEMONSTRAÇÃO DOS ITENS MONETÁRIOS LÍQUIDOS AO CUSTO HISTÓRICO

	1984 Em Cr\$ 1,00	1985 Em Cr\$ 1,00
<b>ATIVOS MONETÁRIOS</b>		
Disponível	1.015.389.038	1.153.023.339
Realizável	3.682.982.674	5.671.928.953
Realizável a L.P.	5.460.750.323	8.814.708.990
<b>TOTAL</b>	<b>10.159.122.035</b>	<b>15.639.661.282</b>
<b>PASSIVOS MONETÁRIOS</b>		
Circulante	( 4.501.604.299)	( 7.017.383.370)
Exigível a L.Prazo	( 5.781.512.588)	( 6.494.049.293)
<b>TOTAL</b>	<b>(10.283.116.852)</b>	<b>(13.511.432.663)</b>
<b>ATIVO/PASSIVO</b>		
<b>MONETÁRIO LÍQUIDO</b>	<b>( 123.994.887)</b>	<b>2.128.228.619</b>

#### 5-4-2-DEMONSTRAÇÃO DOS GANHOS E PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS

	1984 Em Cr\$ 1,00	1985 Em Cr\$ 1,00
<b>PERDAS</b>		
Disponível	( 1.123.377.570)	( 4.289.253.887)
Realizável	( 5.341.748.152)	(12.115.068.580)
Realizável a L.Prazo	( 1.233.017.633)	(17.638.888.864)
<b>TOTAL</b>	<b>( 7.698.143.355)</b>	<b>(34.043.211.231)</b>
<b>GANHOS</b>		
Circulante	6.709.318.233	17.797.571.748
Exigível a L.Prazo	7.455.288.076	12.689.040.467
<b>TOTAL</b>	<b>14.164.606.309</b>	<b>30.486.612.215</b>
<b>PERDAS/GANHOS LÍQUIDO</b>	<b>6.466.462.954</b>	<b>( 3.566.599.016)</b>

Uma análise mais detalhada dos itens Ativos e Passivos Monetários, através dos anexos mensais, podem levar a uma melhor identificação, com relação a cada item, da parcela de ganho ou perda inflacionária decorrente de sua manutenção, principalmente com finalidade gerencial.

No presente caso, o acompanhamento dos ganhos e perdas nos itens monetários foi efetuado através da evolução mensal de cada conta, procurando-se assim dar uma maior evi-

denciação às mesmas.

## 5-5-PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em consequência da peculiaridade da entidade em estudo, os valores consignados como os representativos do Capital Social e dos Fundos, conforme o que determina a Lei 5764/71, em seus artigos nº 24 a 28 e parágrafos, representam o Patrimônio Líquido, sendo que este, segundo Iudícibus<sup>1</sup>, é representado pela diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos e resultado de exercícios futuros, que é o valor contábil que pertence aos acionistas ou sócios.

No presente estudo, os resultados apresentados pelo Patrimônio Líquido, após a aplicação dos métodos propostos, foram os seguintes.

### 5-5-1-DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Cr\$ 1,00

	1984	1985
1)-BALANÇO PUBLICADO	13.357.398.973	44.999.684.896
2)-MÉTODO LEGAL		
a)-Pela ORTN	14.030.292.184	46.441.992.233
b)-Pelo IGP	18.252.134.032	61.573.654.292
3)-CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO	18.549.615.995	61.942.118.998
4)-CUSTO COR.CORRIG. PARCIAL	18.553.115.591	62.187.226.274

Os valores do Patrimônio Líquido em 1984, pelo ML com a aplicação da variação mensal da ORTN, em relação ao balanço publicado, apresentam diferenças decorrentes do reajuste efetuado até 31.12.83, já comentado no item 5.3 do presente capítulo.

1)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Teoria da Contabilidade, Atlas, S.P., 1981



Como se observa, os resultados foram diferenciados em todos os métodos e serão analisados através das demonstrações 5-5-2 e 5-5-3.

Em 1984 quando da aplicação do ML, pela variação mensal da ORTN e do IGP, ocorreu uma diferença de Cr\$ 4.221.841.848,00 decorrente dos saldos iniciais da correção monetária do Capital Social, das Reservas Estatutárias, das Reservas de Equalização e das Sobras/Perdas Acumuladas, bem como de suas respectivas correções no período. Tal diferenciação é inerente às diferenças entre os índices aplicados, pois a metodologia foi a mesma.

Na aplicação do método do CHC, em relação ao ML, reajustado pela variação mensal do IGP, houve uma diferença de Cr\$ 297.481.963,00 resultante das diferenças nas Sobras/Perdas Acumuladas, nos Ganhos e Perdas nos itens monetários e a consequente influência desses itens nas Sobras/Perdas do período, que, somadas, correspondem ao valor da correção dos estoques no método do Custo Histórico Corrigido. Assim sendo, as diferenças verificadas decorrem da metodologia aplicada pois o índice aplicado foi o mesmo nos dois métodos.

Em 1985 as mesmas condições são constatadas na aplicação do ML pela variação e do IGP, bem como no método do CHC.



5-5-2-DEMONSTRACAO DAS MUTACOES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 1984

101)-PELO METODO LEGAL/ORTN - Em cr\$ 1.00

	ICAPITAL INTEGR.	ICOR.MON. ICAPITAL	IRESERVAS IESTATUTARIAS	IRESERVAS IEQUALIZACAO	SOBRAS IACUMULADAS	ISALDO A DISP. IDA AGO	ITOTAIS
ISALDO INICIAL	184,364,509	611,402,892	225,784,969	2,730,347,931	(1,440,433,924)		2,311,466,377
IAUMENTO CAPITAL	2,602,565,896						2,602,565,896
ICORRECAO MONETARIA		2,108,531,476	486,066,831	5,877,856,089	(3,044,211,703)		5,428,242,693
IREVERSOES DE RESERVAS			34,225,247				34,225,247
IREVERSOES SOBRAS/PERDAS					573,081,092		573,081,092
ISOBRAS/PERDAS PERIODO			13,962,724	3,049,682,604		17,065,551	3,080,710,879
ITOTAIS	2,786,930,405	2,719,934,368	760,839,771	11,657,886,624	(3,911,564,535)	17,065,551	14,030,292,184

102)-METODO LEGAL/IGP

ISALDO INICIAL	184,364,509	948,475,037	276,947,215	3,229,839,718	(1,000,403,574)		3,639,222,905
IAUMENTO CAPITAL	2,602,565,896						2,602,565,896
ICORRECAO MONETARIA		2,946,452,150	619,836,982	7,228,720,884	(2,178,653,658)		8,616,356,358
IREVERSOES DE RESERVAS			34,225,247				34,225,247
IREVERSOES SOBRAS/PERDAS					573,081,092		573,081,092
ISOBRAS/PERDAS PERIODO				3,017,652,330		( 230,969,796)	2,786,682,534
ITOTAIS	2,786,930,405	3,894,927,187	931,009,444	13,476,212,932	(2,605,976,140)	( 230,969,796)	18,252,134,032

103)-CUSTO HISTORICO CORRIGIDO

ISALDO INICIAL	184,364,509	948,475,037	276,947,215	3,229,839,718	( 851,543,585)		3,780,082,894
IAUMENTO CAPITAL	2,602,565,896						2,602,565,896
IAJUSTES ITENS NAO-MONETAI		2,946,452,148	619,834,682	7,228,720,876	(1,845,489,322)		8,949,518,384
IREVERSOES DE RESERVAS			34,227,547				34,227,547
IREVERSOES DE SOBRAS/PERDI					573,081,092		573,081,092
ISOBRAS/PERDAS PERIODO				6,466,462,951		(3,864,322,769)	2,602,140,182
ITOTAIS	2,786,930,405	3,894,927,185	931,009,444	16,925,023,545	(2,123,951,815)	(3,864,322,769)	18,549,615,995

MUTPL84

## 5-5-3-DEMONSTRACAO DAS MUTACOES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 1985

## 101)-PELO METODO LEGAL/ORTN - Em cr\$ 1.00

	ICAPITAL IINTEGR.	ICOR.MON. ICAPITAL	IRESERVAS IESTATUTARIAS	IRESERVAS IEQUALIZACAO	ISOBRA IACUMULADAS	ISALDO A DISP. IDA AGO	IGANHOS ESTOQUES IINAD REALIZADOS	ITOTAIS
ISALDO INICIAL	2,786,940,405	2,719,934,368	760,039,771	11,657,886,624	( 3,894,498,984)			14,030,302,184
IMUNIMENTO CAPITAL	2,934,466,477							2,934,466,477
IMINUICAO CAPITAL	( 584,590,249)							( 584,590,249)
ICORRECAO MONETARIAI		14,244,507,647	1,650,125,241	25,573,639,039	( 8,543,273,279)			32,924,998,648
IREVERSOES DE RESERVI			22,115,374	1,111,905,509				1,134,020,883
IREVERSOES SOBRAI/PI					( 956,727,681)			( 956,727,681)
ISOBRAI/PERDAS PERI				( 6,123,168,323)	956,727,681	2,125,972,613		( 3,040,468,029)
ITOTAIS	5,136,816,633	16,964,442,015	2,432,200,386	32,220,262,849	(12,437,772,263)	2,125,972,613		46,442,002,233

## 102)-METODO LEGAL/IGP

ISALDO INICIAL	2,786,930,405	3,894,927,187	931,009,444	13,476,212,932	( 2,836,945,936)			18,252,134,032
IMUNIMENTO CAPITAL	2,934,466,477							2,934,466,477
IMINUICAO CAPITAL	( 584,590,249)							( 584,590,249)
ICORRECAO MONETARIAI		18,213,894,123	2,163,977,589	31,683,475,459	( 6,669,849,115)			45,391,498,056
IREVERSOES DE RESERVI			22,115,374	1,111,905,509				1,134,020,883
IREVERSOES SOBRAI/PI					( 956,727,681)			( 956,727,681)
ISOBRAI/PERDAS PERI				( 7,179,721,415)	956,727,681	1,625,846,508		( 4,597,147,226)
ITOTAIS	5,136,806,633	22,108,821,310	3,117,102,407	39,091,872,485	( 9,506,795,051)	1,625,846,508		61,573,654,292

## 103)-CUSTO HISTORICO CORRIGIDO

ISALDO INICIAL	2,786,930,405	3,894,927,187	931,009,444	16,925,023,545	( 5,988,274,584)			18,549,615,997
IMUNIMENTO CAPITAL	2,934,466,477							2,934,466,477
IMINUICAO DE CAP	( 584,590,249)							( 584,590,249)
IAJUSTES ITENS NAO-I		18,213,894,119	2,163,977,592	39,791,859,238	(14,078,832,959)			46,090,897,990
IREVERSOES DE RESERVI			22,115,374	1,111,905,509				1,134,020,883
IREVERSOES DE SOBRAI					( 956,727,681)			( 956,727,681)
ISOBRAI/PERDAS PERI				( 3,556,599,016)	956,727,681	( 2,625,693,084)		( 5,225,564,419)
ITOTAIS	5,136,806,633	22,108,821,306	3,117,102,410	54,272,189,276	(20,067,107,543)	( 2,625,693,084)		61,942,118,998

## ICUSTO CORR.CORRIG.I

ISALDO INICIAL	2,786,930,405	3,894,927,187	931,009,444	16,925,023,545	( 5,988,274,584)			18,549,615,997
IMUNIMENTO DE CAPITAL	2,934,466,477							2,934,466,477
IMINUICAO CAPITAL	( 584,590,249)							( 584,590,249)
IAJUSTES ITENS NAO-I		18,213,894,121	2,163,977,592	39,791,859,238	(14,078,832,959)			46,090,897,992
IREVERSOES DE RESERVI			22,115,374	1,111,905,509			8,227,783	1,142,248,666
IREVERSOES DE SOBRAI					( 956,727,681)			( 956,727,681)
IGANHOS ESTOQUES MAI					956,727,681		233,379,897	1,190,107,578
IGANHOS ESTOQUES REI							3,499,596	3,499,596
ISOBRAI/PERDAS PERI				( 3,556,599,016)		( 2,613,965,705)	( 11,727,379)	( 6,182,292,100)
ITOTAIS	5,136,806,633	22,108,821,308	3,117,102,410	54,272,189,276	(20,067,107,543)	( 2,613,965,705)	233,379,897	62,187,226,276

## IMUTPL85

Quanto ao método do CCCP, em relação ao CHC, os Ganhos de Estoques Não-Realizados compõem a diferença no total do Patrimônio Líquido entre os dois métodos.

Pelo método do CCCP, ao se efetuar o ajuste dos estoques pelos preços específicos, pode ocorrer um incremento nos valores. Tal situação é reconhecida no Patrimônio Líquido através da conta de Ganhos de Estoques Não-Realizados.

Os ganhos acima referidos são determinados pela comparação entre o valor do estoque final no método do CHC e do CCCP.

Assim sendo, em 1984, houve um Ganho de Estoque Não-Realizado no valor de Cr\$ 3.499.596,00 que, corrigido em 1985, mês a mês, pela variação do IGP, atingiu o montante de Cr\$ 11.727.379,00 integralmente realizado no período. O Ganho de Estoque Não-Realizado em 1985 foi de Cr\$ 233.379.897,00, como se verifica na demonstração 5-5-3.

Em ambos os períodos, através das demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, fica evidenciada a existência de um resíduo inflacionário não reconhecido contabilmente pelo método legal.

Ressalte-se que pelo ML em obediência à Resolução CNC nº 27/84, constam no Patrimônio Líquido os efeitos da

transferência do saldo da conta de correção monetária em cada exercício. O mesmo tratamento foi dado aos ajustes dos itens não-monetários nos métodos do CHC e do CCCP para efeito do presente estudo, procurando-se assim manter uma coerência no tratamento dos dados.

#### 5-6-DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

A não correção das contas de resultados é, sem dúvida, uma falha no sistema legal da correção monetária das demonstrações contábeis, pois assim procedendo não está evidenciando os efeitos das variações de preços sobre tais demonstrações, conforme pode ser observado na demonstração 5-6-1 onde efetuar-se-á a comparação entre o ML com aplicação do IGP e do CHC.

##### 5-6-1-DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS EM 1984 - Em Cr\$ 1,00

	Método Legal Cr\$	C.Hist.Corr. Cr\$
Receitas Operacionais	35.490.802.736	53.905.479.855
(-) C.P.V.	(30.386.485.592)	(47.827.842.677)
Sobra Op.Bruta	5.104.317.144	6.077.637.677
Desp.Operacionais	( 5.280.408.102)	( 9.817.866.474)
Perdas Op.Líquidas	( 176.090.958)	( 3.740.229.296)
Receitas Não Operac.	55.407.798	72.811.007
Despesas Não Operac.	( 110.286.636)	( 196.904.480)
Saldo Cor.Monetária	3.017.652.330	
Ganhos Itens Monetários		6.466.462.951
Sobras no Período	2.786.682.534	2.602.140.182



Na demonstração anterior, o saldo da correção monetária pelo ML não evidencia o que a mesma representa realmente, isto é, perdas e ganhos nos ativos e passivos monetários, complemento do custo dos produtos vendidos, da depreciação e das receitas e despesas.

O saldo da correção monetária pelo ML na demonstração 5-6-1-, está assim composto:

	Em Cr\$ 1,00	Em Cr\$ 1,00
(+) Correção das Receitas		18.414.677.119
(-) Correção do C.P.V.	(17.414.367.085)	
(-) Correção Desp. Oper.	( 4.030.771.684)	
(-) Correção da Deprec.	( 506.686.688)	
(-) Perdas Itens Mon. Ativos	( 7.698.143.358)	
(+) Ganhos Itens Mon. Passivos		14.164.606.309
(+) Corre. Rec. Não Operac.		17.403.209
(-) Corre. Desp. Não Operac.	( 86.617.844)	
(+) Corre. Estoque Final		184.542.352
Totais	(29.763.576.659)	32.781.228.989

Como se observa entre os totais acima, há uma diferença de Cr\$ 3.017.652.330, que corresponde exatamente ao valor do saldo da conta de correção monetária e que não fica evidenciada quando da aplicação da correção monetária através do método legal.

Em 1984 e 1985, os resultados apurados antes do saldo à disposição da Assembléia Geral Ordinária (A.G.O.), após a aplicação dos métodos propostos, foram os seguintes:



	1984	1985
1) -MÉTODO LEGAL		
a) -Pela ORTN	3.080.710.879	(3.040.468.029)
b) -Pelo IGP	2.786.682.534	(4.597.147.226)
2) -CUSTO HIST.CORRIGIDO	2.602.140.182	(5.225.564.419)
3) -CUSTO COR.CORR.PARCIAL	2.602.140.182	(5.225.564.419)

Como se observa na demonstração 5-6-2, os resultados foram diferenciados nos dois períodos estudados, entre o ML e o método do CHC e uma igualdade entre este último e o CCCP, que serão analisados a seguir.

#### I) -MÉTODO LEGAL X CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO

##### a) - DAS SOBRAS/PERDAS OPERACIONAIS BRUTA

As Sobras/Perdas Operacionais Bruta é resultante da diferença entre a Receita Líquida e o Custo dos Produtos Vendidos.

Em 1984, a Sobra Operacional Bruta foi de Cr\$ 5.104.317.144,00 pelo ML, quer pela variação da ORTN quer do IGP mensal, pois não houve qualquer correção nas Receitas ou no Custo dos Produtos vendidos.

Pelo método do CHC, a Sobra Operacional Bruta foi de Cr\$ 6.077.637.178,00. Neste método, as Receitas e as Despesas foram atualizadas ao poder aquisitivo da moeda relativa

ao final do período, bem como os estoques iniciais, os recebimentos e o estoque final.

Em 1985, o ML apresenta uma Sobra Operacional Bruta de Cr\$ 20.454.704.460,00 e o método do CHC um total de Cr\$ 29.163.357.516,00.

A diferença de Cr\$ 973.320.034,00 pelo método do CHC em 1984 e de Cr\$ 8.708.653.056,00 em 1985, resulta da correção dos estoques iniciais, finais e dos recebimentos durante os períodos, bem como da correção das Receitas, que pode ser observada na demonstração 5-6-3.

#### 5-6-3-DEMONSTRAÇÃO DA SOBRA OPERACIONAL BRUTA EM 1984

	Em Cr\$ 1,00	Em Cr\$ 1,00	
1)-MÉTODO LEGAL			
Receitas Oper.Líquidas		35.490.802.736	
(-)Custo Prod.Vendidos			
+Est.Inicial	773.356.974		
+Recebimentos	31.033.237.119		
-Estoque Final	( 1.420.108.501)	(30.386.485.592)	
SOBRA BRUTA OPERACIONAL		5.104.317.144	
2)-PELO CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO			
	Valor Histórico	Correção	Valor Corrigido
Rec.Op.Liq.	35.490.802.736	18.414.677.119	53.905.479.855
(-)C.P.V.			
+Est. In.	922.216.964	2.064.018.533	2.986.235.497
+Receb.	31.033.237.119	15.525.970.588	46.559.207.647
-Est.Fin.	( 1.420.108.501)	( 297.491.966)	( 1.717.600.467)
TOTAL CPV	(30.535.345.582)	(17.292.497.095)	(47.827.842.677)
SOBRA OP.BR	4.955.457.154	1.122.180.024	6.077.637.178

A diferença de Cr\$ 973.320.034,00 na Sobra Operacional Bruta entre o primeiro e o segundo método retro mencionado, está assim composta:

	Em Cr\$ 1,00
+Diferença no Estoque Inicial	148.859.990
-Ajustes Receitas/CPV	1.122.180.024
	<hr/>
Total da Diferença	973.320.024
	<hr/>

A diferença no estoque inicial é decorrente do ajuste do mesmo desde a data de sua formação, através da aplicação da variação mensal do IGP, trazendo-o a valores correntes na data do balanço, isto é, 31 de dezembro de 1983.

Os ajustes nas Receitas e no Custo dos Produtos Vendidos é o resultado líquido da correção da primeira e os itens componentes do segundo, isto é, da correção do estoque inicial, dos recebimentos e do estoque final a valores correntes da data final do período, através da aplicação da variação mensal do IGP.

Como as receitas e os recebimentos não foram uniformes no exercício, o efeito inflacionário sobre cada um deles foi na média, o seguinte:

	Valores Históricos Em Cr\$ 1,00	Valores Corrigidos Em Cr\$ 1,00	%
<b>Exercício de 1984</b>			
Rec.Op.Liq.	35.490.802.736	53.905.479.853	1.5189
Est.Inicial	922.216.964	2.986.235.497	
Recebimentos	31.033.237.119	46.559.207.647	1.5003
Est.Final	1.420.108.501	1.717.600.467	1.2095

Considerando-se que a variação média do IGP em 1984 foi de 220,6%, verifica-se que as receitas operacionais líquidas não foram uniformes no período e a sua formação ocorreu em valores maiores no último semestre do exercício.

Os recebimentos também não foram uniformes no período sendo em volume acentuadamente maior no segundo semestre do período em estudo, conforme pode ser observado no Quadro IV, à página 108.

O estoque final teve a sua formação nos últimos meses do período.

Em 1985, a Sobra Operacional Bruta entre o ML e o CHC apresenta uma diferença de Cr\$ 8.708.653.056,00, que está assim constituída.

	Em Cr\$ 1,00
+Diferença est.inicial	297.491.966
-Ajustes Receitas/CPV	9.006.145.022
Total da Diferença	8.708.653.056

As diferenças no estoque inicial e nos ajustes líquidos nas Receitas/Despesas estão formadas conforme o comentado no período anterior.

#### **b) - DAS SOBRAS/PERDAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

As Sobras/Perdas Operacionais Líquidas resultam da comparação entre as Sobras/Perdas Brutas e as Despesas Operacionais acrescidas ou diminuídas das Outras Receitas/Despesas Operacionais.

Em 1984, as demonstrações pelo ML, através da aplicação da variação mensal da ORTN, apresentam uma Sobra Operacional Líquida de Cr\$ 74.472.922,00 e uma Perda Operacional Líquida de Cr\$ 176.090.958,00 quando da aplicação da variação mensal do IGP. A diferença de Cr\$ 250.563.880,00 é resultante da diferença dos índices aplicados no cálculo da depreciação em cada um dos métodos no período.

A diferença de Cr\$ 3.564.138.338,00, entre o método do CHC e o ML (quando da aplicação da variação mensal do IGP), é decorrente da depreciação sobre o Imobilizado calculada a maior acrescida dos ajustes dos itens não-monetários (depreciações, despesas diretas e indiretas) deduzidas da diferença da Receita Operacional Bruta entre os dois métodos, e está assim constituída:



Em Cr\$ 1,00

+Diferença na Sobra/Perda Operacional Bruta	973.320.034
-Ajustes nas depreciações	( 506.686.688)
-Ajustes nas Despesas Operacionais	(4.030.771.684) (4.537.458.372)
Total da Diferença	(3.564.138.338)

Em 1985, as Sobras Operacionais Líquidas pelo ML chegaram a Cr\$ 2.992.548.111,00 quando da aplicação da variação mensal da ORTN e a Cr\$ 2.499.996.597,00 pela do IGP. Como no exercício anterior, a diferença de Cr\$ 492.551.514,00 está inteiramente concentrada nas Depreciações, em virtude das diferenças nos índices aplicados.

Pelo método do CHC, atingiu-se a uma Perda Operacional Líquida de Cr\$ 1.896.975.346,00, que, em relação ao ML (pela aplicação do IGP), apresenta uma diferença de Cr\$ 4.396.971.943,00 que está assim distribuída:

Em Cr\$ 1,00

+Diferença nas Sobras Operacional Bruta	8.708.653.056
-Ajuste nas depreciações	( 1.584.031.762)
-Ajustes nas Despesas Operacionais	(12.861.009.949) (14.445.041.711)
Total da diferença	( 4.396.971.943)

As variações em 1984 e 1985 nas Sobras/Perdas Operacionais Líquidas pelos demonstrativos retro mencionados, resultam da metodologia aplicada em cada um dos métodos adotados.

### c) -DAS SOBRAS/PERDAS NO EXERCÍCIO

As Sobras/Perdas no exercício, é resultante da diferença das Sobras/Perdas Operacionais acrescidas ou deduzidas das Receitas/Despesas Não-Operacionais e o saldo da correção monetária, quando da aplicação do ML.

Quando da aplicação do método do CHC, a mesma é formada das Sobras/Perdas Operacionais acrescidas ou deduzidas das Receitas/Despesas Não-Operacionais e do saldo dos Ganhos e Perdas nos itens Monetários.

Na aplicação do ML, em 1984, este item apresenta uma Perda de Cr\$ 3.080.710.879,00 pela aplicação da variação mensal da ORTN e uma Perda de Cr\$ 2.786.682.534,00 pela variação mensal do IGP, ocorrendo assim uma diferença de Cr\$ 294.028.435,00, resultante da variação dos índices aplicados.

Na relação entre o método do CHC e o ML (aplicação do IGP), ocorreu uma diferença de Cr\$ 184.542.352,00 que resulta da metodologia aplicada em cada um dos métodos e ainda da variação ocorrida nas Receitas/Despesas Não-Operacionais.

Esta última que é de Cr\$ 54.878.838,00 pelo ML e de Cr\$ 124.093.473,00 pelo método do CHC está constituída conforme a demonstração 5-6-4:

5-6-4-DEMONSTRAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DAS RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Em 1984		Em Cr\$ 1,00
<b>1-PELO MÉTODO LEGAL (I.G.P.)</b>		
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS		
Sobras s/alienação de bens do ativo permanente	13.859.712	
Receitas Eventuais	41.548.086-	55.407.798
(-)DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
Perdas s/alienação de bens do ativo permanente		(110.286.636)
PERDAS NÃO-OPERACIONAIS LÍQUIDAS		( 54.878.838)
<b>2-PELO CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO</b>		
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS		
Sobras s/alienação de bens do ativo permanente	13.859.712	
Receitas Eventuais	41.548.086	
Ajustes itens não-monetários	17.403.211-	72.811.007
(-)DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS		
Perdas s/alienação de bens do ativo permanente	(110.295.138)	
Ajustes itens não-monetários	( 86.609.342)-	(196.904.480)
PERDAS NÃO-OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(124.093.473)

Como se verifica pela demonstração acima, há valores diferenciados entre os dois métodos quando da alienação de bens do ativo permanente, decorrentes das técnicas de aplicação do CHC, quando foi efetuado o reajuste dos efeitos da correção monetária registrada anteriormente e os valores históricos levados à data base, isto é, 31 de dezembro de 1983.

Esse procedimento acarretou valores diferenciados no Ativo Permanente e na Depreciação Acumulada e que, no caso de alienação, perecimento e perdas influenciaram nas Receitas e Despesas Não-Operacionais.

Em 1985, pelo ML, aplicado através da variação mensal da ORTN ocorreu uma Perda de Cr\$ 3.040.468.029,00 e pela variação do IGP no mesmo método uma Perda de Cr\$ 4.597.147.226,00. Tal diferença, como nos casos anteriores, é decorrente da variação dos índices aplicados.

Pelo método do CHC houve uma Perda de Cr\$ 5.225.564.419,00. A diferença verificada entre os dois métodos, como no exercício anterior, é resultante da metodologia aplicada em cada um e da diferença nas Receitas/Despesas Não-Operacionais.

#### **d) -DO SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O saldo à disposição da Assembléia Geral Ordinária (AGO) é constituída pelas Sobras/Perdas do Exercício deduzidas as Reservas Legais e Estatutárias e apresentou uma situação disposta no demonstrativo 5-6-5, quando da aplicação do ML e do CHC.

5-6-5-DEMONSTRAÇÃO DO SALDO À DISPOSIÇÃO DA AGO - Em Cr\$ 1,00

	M.L.		CHC
	ORTN	IGP	
<b>1984</b>			
Sobras Período	3.080.710.879	2.786.682.534	2.602.140.182
(-) REVERSÕES			
Saldo C.M.	(3.049.682.604)	(3.017.652.330)	
Perdas itens monetários			(6.466.462.951)
Res. Estatutárias	( 13.962.724)		
<b>SALDO A DISP.</b>	<b>17.065.551</b>	<b>( 230.969.796)</b>	<b>(3.864.322.769)</b>
<b>1985</b>			
Perdas Período	(3.040.468.029)	(4.597.147.226)	(5.225.564.419)
(-) REVERSÕES			
Saldo C.M.	6.123.168.323	7.179.721.415	
Ganhos Itens monetários			3.556.599.016
Ajustes Exerc. anteriores	( 956.727.681)	( 956.727.681)	( 956.727.681)
<b>SALDO A DISP.</b>	<b>2.125.972.613</b>	<b>1.625.846.508</b>	<b>(2.625.693.084)</b>

Em 1984, pelo ML houve uma Sobra à disposição da AGO de Cr\$ 17.065.551,00 e uma Perda de Cr\$ 230.969.796,00, quando da aplicação da variação mensal da ORTN e do IGP respectivamente. Como nos casos anteriores, a diferença ocorrida no presente caso é decorrente das variações dos índices aplicados.

Em 1985, pelo mesmo método, verifica-se uma Sobra de Cr\$ 2.125.972.613,00 e de Cr\$ 1.625.846.508,00, de conformidade com os índices aplicados.

No método do CHC, em 1984 ocorreu uma Perda de Cr\$ 3.864.322.769,00 à disposição da AGO e uma Perda de Cr\$ 2.625.693.084,00 em 1985.



Destaque-se que nos métodos aplicados, as Reservas Legais e Estatutárias, bem como a transferência do saldo da correção monetária pelo ML ou dos Ganhos e Perdas nos itens monetários pelo CHC e CCCP foram em obediência ao disposto na Resolução CNC nº 27/84 que em seu item I, letra "a" diz que se devem contabilizar em uma conta de Reserva de Equalização, indivisível para fins de distribuição, os resultados da correção monetária realizada nos termos dos artigos 55 a 57 do Decreto-Lei nº 1598 de 26.11.77.

Assim sendo, aquele instrumento dispõe que o saldo credor ou devedor da correção monetária não será considerado como parte integrante do resultado do exercício.

Contudo, tal fato deve ser reconsiderado, pois no Boletim IOB 3/82 encontramos "a conta de correção monetária é, pela sua natureza vista, genuinamente operacional e não "não - operacional" como determina a legislação"<sup>2</sup>.

Como se vê, a discussão prende-se ao fato de o saldo da correção monetária ser classificado como operacional ou não-operacional contudo, em ambos os casos, o mesmo faz parte integrante dos resultados do exercício, o que já não ocorre com o disposto na Resolução acima.

---

2)-MARTINS, Eliseu-"O Significado da Correção Monetária"-Revista IOB, BOL 3/82 1982, p.29

Considerando-se o saldo da correção monetária como operacional, para exemplificar, na aplicação do Método Legal pela variação mensal da ORTN, teríamos a seguinte constituição no saldo à disposição da AGO:

	1984	1985
	Em Cr\$ 1,00	Em Cr\$ 1,00
Sobras/Perdas no exercício	3.080.710.879	(3.040.468.029)
(-) Transferências p/Reservas Est.	(1.386.319.895)	
Ajustes exercícios anteriores		( 956.727.681)
<b>SALDO À DISP.AGO</b>	<b>1.694.390.984</b>	<b>3.997.195.710</b>

E o Patrimônio Líquido apresentaria a seguinte situação:

	1984	1985
	Em Cr\$ 1,00	Em Cr\$ 1,00
Capital Realizado	2.786.930.405	5.136.806.633
Reservas Capital	2.719.934.368	16.964.442.015
Reservas Estat.	2.132.396.942	2.432.280.386
Reservas Equaliz.	8.608.204.020	38.343.431.172
Sobras/Perdas Acum.	(3.911.564.535)	12.437.772.263
Sobras/Perdas Exerc.	1.694.390.984	(3.997.195.710)
<b>TOTAL PATRIM.LÍQ.</b>	<b>14.030.292.184</b>	<b>46.441.992.233</b>

Na comparação da demonstração anterior, com o Patrimônio Líquido constantes nos Quadros III e V, verifica-se que o saldo não se altera em seu total, pois aparentemente ocorreu

uma simples transferência de contas. Contudo, em sua nova constituição, apresenta agora uma situação que deve ser considerada, pois demonstra uma Sobra a maior em 1984 e em 1985, apresentaria uma Perda.

A conta de "Reservas de Capital" conforme o disposto na Resolução CNC nº 27/84, por proposta à Assembléia Geral, pode o seu saldo ser incorporado ao Capital Social. Ressalte-se que tal rubrica é resultante da correção monetária do Capital Social integralizado pelos seus associados e nada mais justo que a recomposição do mesmo ao nível do poder aquisitivo da moeda na data do balanço.

O Prof. Eliseu Martins<sup>3</sup>, discorrendo sobre o assunto, comenta que pela Resolução nº 25/84 (revogada e substituída pela Resolução nº 27/84), o tratamento contábil da conta de correção monetária só será igual a de todas as demais Sociedades de Capitais abrangidas pela forma disposta na legislação em vigor, caso ocorra saldo devedor e que não haja possibilidade de se jogar nada naquela conta de reserva, ou seja, a "Reserva de Sobras Inflacionárias" tiver saldo nulo antes dessa correção.

---

3)-MARTINS, Eliseu -Correção monetária nas cooperativas (resolução nº 25/83 do CNC).Revista IOB. Bol 5/84. 1984. p.59,63

Segundo Martins:

"a sociedade obteve de fato, econômica e financeiramente, um prejuízo que precisa ser abatido do seu resultado. Caso credor, significa que a sociedade obteve um lucro econômico financeiro (às vezes por haver redução real no valor de suas dívidas), que precisam estar contido no seu resultado para que se apure de forma mais correta o efetivo lucro ou prejuízo (ganho e perda) na linguagem das cooperativas"<sup>4</sup>.

Adotando-se a nova situação, onde o saldo da correção monetária passe a ser considerado como operacional e assim integrando o Resultado do Exercício, a entidade faria uma distribuição de Sobras a maior para o seus associados em 1984 e em 1985 e Perda verificada e ressarcida pelos mesmos evitaria a descapitalização da entidade.

#### B) - CUSTO HISTÓRICO CORRIGIDO X CUSTO CORRENTE CORRIGIDO PARCIAL

De acordo com as técnicas indicadas para o método do CCCP, as receitas e despesas foram corrigidas a valores das datas finais da cada um dos períodos em estudo.

Foram obtidos os valores correntes corrigidos no final de cada exercício, que apresentaram uma Perda à Disposição da A.G.O. em cr\$ 2.613.965.705,00 em 1984 e de cr\$ 2.613.965.705,00 em 1985, conforme as demonstrações constantes

---

4) - MARTINS, Eliseu - Correção monetária nas cooperativas (resolução nº 25/83 do CNC). Revista IOB. Vol 5/84. 1984. p.59,63

nos Quadros IV e VI.

As referidas demonstrações revelam novos elementos que podem fornecer subsídios para uma melhor análise e dentre elas destacaremos: a)-Sobras/Perdas Brutas Correntes Corrigidas; b)-Sobras/Perdas Operacionais Correntes Corrigidas; c)-Sobras/Perdas Realizadas (que envolvem a Economia ou Deseconomia de Custo Realizada) e d)-Sobras/Perdas Líquidas Correntes, que envolvem o Ganho de Estocagem Realizada.

Szuster, discorrendo sobre o assunto diz:

"o custo corrente corrigido apresenta, além dos mesmos fatores que aumenta a potencialidade do Custo Histórico Corrigido, outros. Tal decorre de sua avaliação mais convenientes do Ativo representado em bases mais atualizadas, a mensuração do Resultado mais real, além do detalhamento das demonstrações onde os novos elementos podem, também, fornecer subsídios para a análise"<sup>5</sup>.

#### a)-DAS SOBRAS/PERDAS BRUTAS CORRENTE CORRIGIDAS

As Sobras/Perdas Brutas Correntes Corrigidas correspondem a Sobras/Perdas Operacional Bruta no CHC. Apresentaram Cr\$ 67.414.224.077,00 em 1984 e Cr\$ 30.389.694,00 em 1985.

---

5)-SUZSTER, Natan-"Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda-uma aplicação prática". Dissertação de Mestrado - UPS-S.Paulo. 1980. p.81



Assim sendo, entre os dois métodos houve uma diferença de cr\$ 336.899,00 em 1984 e de cr\$ 1.226.009.178,00 em 1985. Tais valores diferenciados resultam da metodologia aplicada em cada um dos métodos na determinação do Custo dos Produtos Vendidos.

No CHC o Custo dos Produtos Vendidos foi calculado através da aplicação da fórmula tradicional e aplicando-se as técnicas inerentes ao método já descritas nos capítulos anteriores.

No CCCP, foi aplicada a fórmula simplificada de Edwards & Bell descrita à página 105 no capítulo IV, sendo que os recebimentos foram corrigidos através da variação mensal do IGP.

Em 1984, o Custo dos Produtos Vendidos pelo CCCP foi superior ao CHC, indicando assim que houve um excesso no CPV do primeiro sobre o segundo.

Em 1985 as diferenças verificadas, entre os dois métodos, representam um excesso do CHC sobre o CCCP no Custo dos Produtos Vendidos.

#### **b) - SOBRAS/PERDAS OPERACIONAIS CORRENTES CORRIGIDAS**

Resultante da diferença entre as Sobras/Perdas Bruta Corrente Corrigidas e as Despesas Operacionais, sendo estas reajustadas através da aplicação da variação mensal do IGP, apresentou uma perda de cr\$ 670.966.168,00 em 1984 e de cr\$ 3.403.642.397,00 em 1985.

Na comparação com o CHC (Sobras/Perdas Operacionais) o CCCP apresenta uma diferença de cr\$ 336.586.899,00 em 1984 e de cr\$ 1.226.009.178,00 em 1985, já comentadas no item anterior.

#### **c) - SOBRAS/PERDAS REALIZADAS**

As Sobras/Perdas Realizadas é resultante, no presente caso, das Perdas Operacionais Correntes Corrigidas deduzidos ou acrescidos os Ganhos e Perdas nos itens monetários, das Receitas/Despesas Não-Operacionais líquidas e da Deseconomia do Custo Realizada no Custo dos Produtos Vendidos, sendo o seu resultado equivalente ao apresentado no método do CHC, no item das Sobras/Perdas no Exercício.

Contudo, pelo método do CCCP, como vimos acima, surge um novo elemento, que é a Deseconomia de Custo Realizada.

A Economia de Custo Realizada, segundo Iudícibus<sup>6</sup>, é o excesso do custo corrente sobre o custo histórico dos fatores empregados na produção comercializada.

Em nosso caso houve um excesso dos custos históricos corrigidos sobre o custo corrente corrigido, ou melhor, o Custo dos Produtos Vendidos pelo método do CHC foi superior àquele apresentado pelo método do CCCP.

#### d) -DAS SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS CORRENTE CORRIGIDAS

As Sobras/Perdas Líquidas Corrente Corrigidas resultam das Sobras/Perdas Realizadas acrescidas ou diminuídas dos Ganhos e Perdas de Estocagem Realizada.

Conforme as demonstrações constantes nos Quadros IV e VI, em 1984 houve uma Sobra Líquida Corrente Corrigida de Cr\$ 2.602.140.182,00 e em 1985 uma Perda Líquida Corrente Corrigida de Cr\$ 5.213.837.040,00.

Em 1985 ocorreu um Ganho de Estocagem Realizada de Cr\$ 11.723.379,00, oriundo do Ganho de Estoque Não-Realizado no final de 1984, sendo que o mesmo estava assim composto no final de 1985:

---

6)-IUDÍCIBUS, Sérgio de-Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes. São Paulo, FEA/USP, 1968, p.71

Ganho de Estocagem Não-	
Realizado em 1984	Cr\$ 3.499.596,00
Ajustes em 1985	Cr\$ 8.227.783,00
	<hr/>
Ganho Estocagem Realizado	Cr\$ 11.727.379,00

No método do CCCP, a técnica indica que para a apuração do Ganho de Estocagem Realizada é mister que se apurem as unidades de cada produto que compõem o Ganho de Estoque Realizado. A diferença entre o custo corrente na data de venda que corresponde à data do Balanço de encerramento e o custo de reposição estabelecido na data do Balanço anterior, traduzido à moeda do Balanço de encerramento do período atual, será o Ganho de Estocagem Realizado.

Em decorrência da dificuldade de serem estabelecidos o valor das vendas bem como o volume de venda de cada item que fazia parte do Ganho de Estoque Não-Realizado, o mesmo foi considerado inteiramente realizado em 1985 e reajustado mensalmente através da aplicação da variação mensal do IGP.

#### 5-7-ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS MÉTODOS

Ao se efetuar a análise de demonstrações contábeis de uma entidade, principalmente quando se relacionam com dois ou mais períodos, os diferentes níveis do poder aquisitivo da moeda pode apresentar-se como um problema.

A comparação de valores em épocas distintas não oferece uma base adequada para verificação horizontal da evolução real ocorrida, pois a flutuação de preços pode depreciar o valor do poder comparativo da moeda ocasionando consequentemente um incremento artificial desses valores.

Nesse caso, indispensável se torna a determinação desses valores sob uma unidade monetária constante, ou seja, é importante que as demonstrações contábeis evidenciem uma uniformidade em seus valores.

A aplicação do método do CHC e do CCCP traduz as demonstrações contábeis a uma moeda ao mesmo nível de poder aquisitivo e efetua ainda a correção dos itens não-monetários desde as datas de sua formação.

Assim sendo, estes métodos tornam mais representativa a análise das demonstrações contábeis em um período inflacionário.

Iudícibus afirma que "uma das formas de apreciar a profunda diferença de significação entre demonstrações corrigidas e históricas é calcular alguns quocientes, dentre os mais conhecidos"<sup>7</sup>.

Considerando as características da empresa e o proposto para o presente estudo, na análise comparativa entre os

7)-IUDÍCIBUS, Sérgio de - Análise de balanços. 4a.ed.S.Paulo.Atlas. 1982, p.152



métodos aqui aplicados, serão destacados os seguintes índices:

- 1)-Índices de Liquidez
  - a)-Corrente
  - b)-Geral
- 2)-Índices de Capital de Giro\*
  - a)-Volumes de Recursos Próprios Aplicados
  - b)-Liquidez de Recursos Próprios
- 3)-Índices de Variação de Recursos Próprios
  - a)-Variação Total do Patrimônio Líquido
- 4)-Índices de Rentabilidade\*
  - a)-Rentabilidade de Capital Próprio
  - b)-Retorno Total do Investimento
- 5)-Análise vertical da Demonstração de Sobras e Perdas.

As demonstrações contábeis para fins de análise serão as constantes nos Quadros III a VI, e os resultados alcançados, após a aplicação das fórmulas, foram os constantes na demonstração nº 5-7-1, 5-7-2 e 5-7-3.

---

\*Fonte-ASSAF NETO, Alexandre-Estrutura e análise de balanços-um enfoque econômico-financeiro. São Paulo. Atlas. 1981.

## 5-7-1-DEMONSTRAÇÃO DOS INDICES EM 1984

Discriminação	Método Legal		C.H.C.	C.C.C.P.
	ORTN	IGP		
1-ÍNDICES DE LIQUIDEZ				
Corrente	1,37	1,37	1,43	1,43
Geral	1,76	1,76	1,82	1,85
2-ÍNDICES CAPITAL GIRO				
Volume Recursos Próp.	0,27	0,27	0,30	0,30
Liquidez Rec.Próprios	0,12	0,09	0,11	0,11
3-ÍNDICES VARIAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS				
Variação Total do P.L.	6,07	5,02	3,40	3,40
4-ÍNDICES DE RENTABILID.				
Rentab.Capital Próp.	0,38	0,25	0,22	0,50
Retorno Total Invest.	0,20	0,15	0,14	0,32

## 5-7-2-DEMONSTRAÇÃO DOS INDICES EM 1985

Discriminação	Método Legal		C.H.C.	C.C.C.P.
	ORTN	IGP		
1-ÍNDICES DE LIQUIDEZ				
Corrente	1,13	1,13	1,16	1,16
Geral	1,57	1,57	1,61	1,61
2-ÍNDICES CAPITAL GIRO				
Volume Rec.Próprios	0,43	0,43	0,45	0,46
Liquidez Rec.Próprios	0,12	0,09	0,21	0,21
3-ÍNDICES VARIAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS				
Variação Total do P.L.	3,31	3,37	3,34	3,35
4-ÍNDICES RENTABILIDADE				
Rentab.Capital Próp.	-0,12	-0,14	-0,15	-0,16
Retorno Total Invest.	-0,07	-0,09	-0,10	-0,10

## 1)-ÍNDICES DE LIQUIDEZ

O índice de liquidez corrente representa quanto do Ativo Circulante há para cada cruzeiro\* de dívida a Curto

---

\*Moeda do período

Prazo, enquanto o índice de Liquidez Geral indica de cada cruzeiro a pagar, quando há no Ativo Circulante e no Realizável a Longo Prazo.

As parcelas que formam o Ativo Circulante e o Realizável a Longo Prazo estão constituídas de itens monetários \*, com exceção dos Estoques e das Despesas Antecipadas. As parcelas do Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo estão constituídas essencialmente de itens monetários.

Em nosso caso, os acréscimos ocorridos nos índices de liquidez corrente e geral entre os métodos, foi em decorrência do reajuste dos estoques finais desde as datas de sua formação no método do CHC e do preço de reposição estabelecido no método do CCCP.

## 2) - ÍNDICES DE CAPITAL DE GIRO

O índice de volume de recursos próprios aplicados a curto prazo indicam a porcentagem dos recursos próprios da Cooperativa aplicados no Ativo Circulante, enquanto o índice de liquidez dos recursos próprios indica a porcentagem dos recursos próprios, ou seja, do total do seu Patrimônio Líquido, qual o volume aplicado no Circulante.

---

\*No presente caso não se verificaram lançamentos de Adiantamentos a Fornecedores.

Em 1984, a Cooperativa estava, pelo ML com 27% dos recursos próprios aplicados no Ativo Circulante, enquanto pelo método do CHC e do CCCP estava com 30%. Em 1985, mantinha 43% pelo ML enquanto, pelo CHC mantinha 45% e pelo CCCP 46% indicando, nos dois exercícios, uma melhor evidenciação pelo método do CCCP.

Quanto ao índice de liquidez de recursos próprios, em 1984, a entidade mantinha 12% e 9% pelo ML, quando da aplicação da variação mensal da ORTN e do IGP respectivamente. Já pelo método do CHC e do CCCP era de 11%.

Em 1985, pelo primeiro método acima, a empresa estava com os mesmos índices do exercício anterior, enquanto pelo método do CHC e do CCCP houve um acréscimo mantendo 21% do seu Patrimônio Líquido aplicado no Ativo Circulante.

### 3)-ÍNDICE DE VARIAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS

Tal índice indica o nível de crescimento nos recursos próprios da Cooperativa.

Pelo ML, em 1984, o percentual foi de 6,07% pela variação mensal da ORTN e de 5,02%, quando da aplicação da variação mensal do IGP. Pelo CHC e pelo CCCP o índice foi de 3,40% em 1984 e em 1985, os índices foram de 3,31%, 3,37%, 3,34% e 3,35% respectivamente.

Enquanto pelo ML, de 1984 para 1985, houve reduções em consequência da aplicação da Resolução CNC 27/84 que transfere o saldo da correção monetária para a conta de "Reservas de Equalização" no Patrimônio Líquido, o mesmo manteve-se praticamente inalterado pelo método do CHC e do CCCP em decorrência dos reajustes dos itens não-monetários através da aplicação do IGP.

#### 4) -ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade visam a interpretação e análise dos resultados auferidos pela Cooperativa.

Os mesmos são expressos pela relação entre as Sobras com vários itens, e entre eles foram destacados o da Rentabilidade do Capital Próprio e o do Retorno Total do Investimento. O primeiro é expresso pela relação entre os recursos líquidos obtidos em um determinado período e o Capital Próprio empregado. O segundo indica o retorno verificado no total do investimento efetuado, ou seja, a capacidade que os Ativos apresentam de gerar Sobras.

Em 1984 pelo ML houve uma rentabilidade do Capital Próprio na ordem de 0,38% e 0,25%, quando da aplicação da variação mensal da ORTN e do IGP respectivamente. O método do CHC indicou 0,22% e o CCCP, 0,50%.



Em 1985, a análise fica prejudicada em virtude da apresentação de Perdas no exercício.

O Retorno Total do Investimento, em 1984, apresentou índices de 0,20% e 0,15% pelo ML e de 0,14% e 0,32% pelo CCCP, ficando prejudicado em 1985 pela apresentação de índices negativos.

#### 5)-ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

Segundo Iudícibus, "este tipo de análise é importante para denotar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo" e os índices alcançados estão resumidos na demonstração 5-7-3 e 5-7-4.

#### 5-7-3- DEMONSTRATIVO DOS ÍNDICES NA ANÁLISE VERTICAL EM 1984

	Método Legal ORTN	IGP	CHC	CCCP
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas Operac.Líquidas	100,00	100,00	100,00	100,00
(-) C.P.V.	( 85,62)	( 85,62)	( 88,73)	( 88,10)
Sobra Op.Bruta	14,38	14,38	11,27	
Sobra Op.Bruta CC				11,90
(-) Desp.Operacionais	( 14,17)	( 14,88)	( 18,21)	( 18,21)
Sobras/Perdas Op.Líquida	0,21	0,50	6,94	
Sobras/Perdas Op.Liq.CC				6,31
Rec./Desp.Não Operac.	0,12	0,15	0,23	0,23
Saldo da Cor. Monetária	8,59	8,50		
G/P nos itens monetários			12,00	12,00
Sobras/Perdas no exerc.	8,68	7,85	4,83	
Sobras/Perdas exerc.CC				5,45
Desec.Custo Realizada				( 0,62)
Sobras/Perdas Realizadas				4,83

8)-IUDÍCIBUS; Sérgio de-Análise de balanços. São Paulo. Atlas. 1982. p.69

## 5-7-4- DEMONSTRATIVO DOS ÍNDICES NA ANÁLISE VERTICAL EM 1985

	Método ORTN	Legal IGP	CHC	CCCP
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas Operac.Líquidas	100,00	100,00	100,00	100,00
(-) C.P.V.	( 90,59)	( 90,59)	( 91,79)	( 91,44)
Sobra Op.Bruta	9,41	9,41	8,21	
Sobra Op.Bruta CC				8,56
Desp.Operacionais	( 8,72)	( 8,59)	( 9,54)	( 9,54)
Outras Rec/Desp.Operac.	0,69	0,69	0,80	0,80
Sobras/Perdas Op.Líquida	1,38	1,15	( 0,53)	( 0,19)
Rec/Desp.Não Operac.	0,04	0,04	0,06	0,06
Saldo da Cor.Monetária	( 2,82)	( 3,30)		
G/P nos itens monetários			( 1,00)	( 1,00)
Sobras/Perdas no exerc.	( 1,40)	( 2,11)	( 1,47)	
Sobras/Perdas exerc.CC				( 1,13)
Desec.Custo Realizada				( 0,34)
Sobras/Perdas Realizadas				( 1,47)

Verifica-se que, em 1984 e em 1985, as Sobras Operacionais Brutas pelo ML foram superiores em relação ao CHC e ao CCCP, em decorrência da metodologia aplicada, isto é, da correção dos componentes do CPV.

As Sobras/Perdas no exercício, em 1984, na aplicação do ML pela variação mensal da ORTN e do IGP atingiram 8,68% e 7,85%, respectivamente, em relação ao total das receitas operacionais líquidas.

No método do CHC e do CCCP as Sobras/Perdas no referido exercício foram de 4,83% em ambos os métodos.

Assim sendo, verifica-se que poderá ocorrer um rateio das Sobras a maior de 3,85% considerando-se a variação mensal da ORTN pelo método legal em relação ao CHC e ao CCCP,

e de 3,02% pela variação mensal do IGP também em relação ao CHC e ao CCCP no exercício de 1984.

Em 1985, pelo método legal, quando da aplicação da variação mensal da ORTN e do IGP, houve uma Perda de 1,40% e 2,11% respectivamente, enquanto pelo ML e o CCCP houve uma Perda de 1,47%.

Pelos índices apresentados, verifica-se que a aplicação do método do Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido Parcial, em virtude de reconhecerem que nas demonstrações contábeis, os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda podem trazer reais vantagens, principalmente para efeito de tomadas de decisões.

## **CAPITULO VI**

### **6 - SUMÁRIO, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES**

## VI-SUMÁRIO, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

### 6-1- SUMÁRIO

Observou-se que as cooperativas, como sociedades de pessoas e não de capitais, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais, tem a sua organização inspirada nos princípios estabelecidos pelos chamados "Pioneiros de Rochdalle".

Anualmente distribuem, entre os seus associados, os excedentes obtidos das Sobras Líquidas após o pagamento de seus custos de funcionamento e a dedução da parte destinada aos fundos obrigatórios definidos em lei e outros estabelecidos em Assembléia.

Constatou-se que o objetivo das Sociedades Cooperativas é a obtenção de um melhor resultado para a atividade individual de seus associados e tal resultado deve ser distribuído equitativamente, através de meios justos e funcionais.

As operações efetuadas entre as Cooperativas e os seus associados não visam ou realizam lucro e, assim sendo, não ocorre a incidência de Imposto sobre Renda nas Sobras Líquidas apuradas no final de cada exercício; contudo, aquelas



cooperativas que efetuam operações com terceiros estão sujeitas à tributação e devem efetuar a correção monetária de seu Balanço de conformidade com a legislação fiscal em vigor.

Observou-se ainda que, segundo o disposto na legislação específica sobre a correção monetária nos balanços das Sociedades Cooperativas, estas estão obrigadas a efetuarem a correção monetária naquele exercício em que realizaram operações com terceiros e desobrigadas naquele exercício em que não constatarem tais operações.

Apesar de desobrigadas, aquelas que não realizarem operações com terceiros não estão impedidas de efetuarem a correção monetária de seus Balanços e sim aconselhadas que a apliquem, pois, caso contrário, os valores consignados em suas demonstrações contábeis podem não espelhar a sua verdadeira situação econômico-financeira.

Quanto à entidade em estudo, a mesma realizou operações com terceiros em períodos anteriores aos observados e não as efetuou nos mesmos, contudo tem aplicado a correção monetária de seus Balanços de acordo com a legislação em vigor.

Observou-se no estudo, que a correção monetária efetuada através da aplicação do método legal reconhece, mas não evidencia, os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, o que já não ocorre na aplicação dos métodos do

Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido Parcial, pois estes reconhecem os efeitos da flutuação de preços nas referidas demonstrações e os evidencia.

Verificou-se que, em decorrência da alta taxa inflacionária nos períodos em análise, a mesma gerou uma variação da ORTN no ano de 1984 de 215,28% e de 219,37% em 1985, enquanto o IGP apresentou uma variação de 223,80% em 1984 e 235,10% em 1985, e os efeitos de tais variações sobre o Patrimônio da entidade são relevantes. O não reconhecimento destes efeitos pela contabilidade tornam as demonstrações contábeis irreais e os resultados apurados distorcidos porque não levam em conta as perdas efetivas oriundas da inflação.

Entretanto, a cooperativa analisada embora desobrigada, nos períodos observados, pela legislação fiscal de proceder a correção monetária do balanço efetuou-a e, assim sendo, reconheceu os efeitos inflacionários sobre o Patrimônio e o Resultado.

Ainda assim, seguindo o método legal, não evidenciou o significado dos valores de Cr\$ 2.863.113.404,00 e de Cr\$ 5.896.670.285,00 (saldos devedores da correção monetária em 1984 e 1985). Comparando-se as parcelas da Demonstração de Sobras e Perdas entre o balanço publicado e os reajustados pelo método legal com aqueles em que foram aplicados o método do Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido

Parcial, seus valores diferem amplamente, pois aqueles dois primeiros referem-se a valores nominais e estes últimos a valores da data do balanço.

Ademais, nos balanços publicados e os reajustados pelo método legal, torna-se difícil serem analisados os itens que geraram o saldo da correção monetária, pois o mesmo está globalizado.

Notou-se, quanto à metodologia aplicada em atendimento ao determinado pela Resolução CNC 27/84 que, na mesma por aplicar a reversão do saldo da correção monetária, pode não ter ocorrido um maior entendimento do significado da mesma, pois tal metodologia pode reverter um resultado altamente negativo em valores positivos.

Evidentemente tal procedimento pode ocasionar a distribuição indireta de quotas-partes do seu Capital Social, conforme o demonstrado. Em virtude deste fato, torna-se imperativo uma revisão de tal procedimento.

Observou-se ainda que, em decorrência dos resultados alcançados nos períodos em observação, os mesmos indicam que:

- a)-Na aplicação do método legal, através da variação mensal da ORTN e do IGP, os valores diferenciados apresentados entre os mesmos referem-se

às variações nos respectivos índices aplicados;

b)-Na aplicação do método legal (pela variação mensal do IGP) em relação ao método do Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido Parcial, os valores diferenciados estão intimamente ligados à metodologia de cada um dos métodos aplicados, pois o índice foi o mesmo. Tais valores diferenciados referem-se à correção dos estoques não efetuada pelo método legal, bem como à influência da correção das Receitas e Despesas e ainda dos Ganhos e Perdas nos Itens Monetários.

## 6-2-CONCLUSÕES

Assim sendo, evidenciou-se neste trabalho que a aplicação do sistema legal de correção monetária na entidade estudada, e conseqüentemente, a exclusão da atualização dos estoques, pode distorcer o rateio do resultado, haja visto que se trata de item relevante na estrutura patrimonial da mesma.

Deste modo, o saldo da correção monetária pode não representar as perdas ou ganhos líquidos dos itens monetários e determinando assim uma superavaliação das perdas ou uma subavaliação dos ganhos monetários líquidos.

Observou-se entretanto, que o modelo apresentado na Demonstração de Sobras e Perdas pelo método do Custo Histórico Corrigido e pelo Custo Corrente Corrigido Parcial, soluciona a distorção exposta no item anterior, bem como apresenta os valores das Receitas e Despesas devidamente atualizadas tornando claro as Perdas ou Ganhos nos itens expostos à inflação, vindo a influenciar o resultado final, de forma que este se torne adequadamente evidenciado.

Destaque-se ainda que, na utilização destes métodos para efeito de análise, constatou-se que, em decorrência da falta de homogeneidade da formação das receitas e despesas durante o exercício, solucionam-se os problemas da fixação dos percentuais em relação a receita, pois todos os valores podem ser comparados, estando em moeda da mesma data.

### 6-3-RECOMENDAÇÕES

Considerando-se que o método do Custo Histórico Corrigido apresenta a característica essencial de não prescindir dos valores históricos e de traduzi-los em termos monetários que são homogeneizados depois de oportunas correções;

Se considerarmos ainda que a inflação é marcada pelo aumento dos preços com a consequente perda do poder aqui-



sitivo da moeda, e que pode ser mensurada pelo índice geral dos preços, este método responde a uma visão global do fenômeno e constitui um critério em condições de fornecer correções para restituir a atendibilidade aos balanços.

Além disso, as operações implicadas são relativamente simples, quando não requererem procedimentos particulares, permitindo com escassas modificações, utilizar os da contabilidade tradicional.

Observando-se que o método do Custo Corrente Corrigido Parcial, na sua aplicação, apresenta a vantagem do reconhecimento dos efeitos inflacionários sobre os itens monetários e a correção pelo preço específico dos itens não-monetários, apresentando ainda um maior número de informações para efeitos gerenciais, recomenda-se a aplicação dos referidos métodos expostos no presente estudo, isto é, do Custo Histórico Corrigido e do Custo Corrente Corrigido com destaque para este último, levando-se em conta as características da empresa.

#### 6-4-SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Considerando-se as naturais limitações do presente estudo, que não permitiram o desdobramento do que foi proposto, abrangendo outros aspectos e consequências das normas

contábeis vigentes e aplicáveis em decorrência da legislação específica às Sociedades Cooperativas, observou-se que, em decorrência das próprias conclusões alcançadas, especialmente sobre os efeitos quando da aplicação da Resolução CNC 27/84, pode-se chegar ao seguinte questionamento:

a)-A aplicação da Resolução CNC 27/84, pode levar uma Sociedade Cooperativa a distribuir indiretamente as quotas partes de seu capital Social?

b)-Considerando o grande avanço alcançado pelo modelo do Cooperativismo Brasileiro, aquele definido pela Lei nº 5764/71 já não está ultrapassado?

Estudo neste sentido pode ser desenvolvido em um grupo de Cooperativas, procurando assim a afirmação ou não das indagações acima.

# BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

- 01)-ASSAF NETO, Alexandre: Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro, São Paulo, Atlas, 1981
- 02)-BRESSER PEREIRA, Luis Carlos: Inflação e lucros da empresa. Revista de Administração de Empresa, V IV, 10
- 03)-BRUNI, Antonio Jorge: Efeitos da inflação nas demonstrações contábeis-uma contribuição ao estudo da correção monetária. Dissertação de Mestrado. São Paulo. EASP/FGV, 1983
- 04)-CARVALHO, Ana Maria Nogueira: Fundamentos do cooperativismo. São Paulo, Secretaria de Serviços e Obras Públicas, 1980
- 05)-DAVIDSON, Sidney, CLYD P., WEIL Roman L.: Intermediate accounting: concepts, methods and uses. Dryden Press, USA, 1980
- 06)-FRANKE, Walmor: Contribuição ao cooperativismo. Ministério da Agricultura. INCRA. Brasília, 1978
- 07)-HENDRIKSEN, Eldon S: Accounting theory. Illinois. USA, Richard D.Irwin Inc.Homewood, 1982
- 08)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Contribuição à teoria dos ajustes contábeis. São Paulo, FEA/USP, 1966
- 09)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes. São Paulo. FEA/USP, 1968
- 10)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Teoria da contabilidade. São paulo, Atlas, 1981
- 11)-IUDÍCIBUS, Sérgio de: Análise de balanços. 4a.ed. São Paulo. Atlas, 1982
- 12)-IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii: Contabilidade intermediária, São Paulo. Atlas, 1981
- 13)-KIRKHAM, Patrick R.A.: Accounting under inflationary conditions. London. George Allen Unwim Ltd. 1974
- 14)-LOPES, C.A.: Da inconsistência das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas para a determinação da situação patrimonial e de resultados e uma proposta de modernização. XII Congresso Brasileiro de Contabilidade. Recife. 1985

- 15)-MARIM, Walter Chaves: A análise das alternativas de investimentos uma abordagem financeira. São Paulo. Atlas, 1978
- 16)-MARTINS, Eliseu: Contribuição à avaliação do ativo intangível. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1972
- 17)-MARTINS, Eliseu: O porquê da correção monetária do lucro na nova lei das SA. Revista Brasileira de Contabilidade, nº 22, 1977
- 18)-MARTINS, Eliseu: O significado da correção monetária. Revista IOB. Bol 3/82
- 19)-MARTINS, Eliseu: Análise da correção monetária das demonstrações financeiras-implicações no lucro e na alavancagem financeira. 2a.ed. São Paulo, Atlas, 1984
- 20)-MARTINS, Eliseu: Correção monetária nas cooperativas (resolução 25/83 do CNC). Bol.IOB. Bol 5/84
- 21)-MARTINS, Eliseu: Correção integral dos balanços-price level accounting. Revista da CVM, jan/jul n/85, n.7, v3.
- 22)-MENDES, J.M. Martins: Manual de contabilidade das cooperativas-custo integrado- adaptado ao sistema de processamento de dados. Fortaleza. BND/CEC. 1986
- 23)-MOREIRA, José Nazareno: A inflação e os resultados dos bancos-mensuração das distorções causadas pelas práticas vigentes: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, COPPEAD, 1984
- 24)-MOSICH, A. e LARSEN, E. John: Intermediate accounting, 5a.ed. McGraw Hill Book Co. USA, 1982
- 25)-NASI, A. Carlos: As normas de contabilidade aplicadas pelas sociedades cooperativas face à legislação específica e legislação fiscal e as distorções que apresentam nas informações geradas pelas demonstrações contábeis. XII Congresso Brasileiro de Contabilidade. Recife, 1985
- 26)-NEVES, Aécio Cordeiro: Mensuração do efeito da inflação sobre o lucro dos bancos comerciais privados - um ajustamento contábil, Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1982
- 27)-Organização das Cooperativas Brasileiras. A correção monetária dos balanços das sociedades cooperativas. Brasília, 1985



- 28)-PAGANO, Authos: Três teorias da inflação monetária: aquantitativa, a da escola de Cambridge e a estruturalista, Revista da Contabilidade e Comércio. Aveiro. 1973. 158
- 29)-PINHO, Diva Benevides. Economia e cooperativismo. São Paulo. Saraiva, 1977
- 30)-PINHO, Diva Benevides: A doutrina cooperativista nos regimes capitalistas e socialistas. São Paulo. Editora Pioneira, 1978
- 31)-REIG, Enrique Jorge: La contabilidad ante la inflación. Revista Administracion de Empresas. Buenos Aires. T.VIII
- 32)-RIGGS, Henry E.: Accounting: a survey. New York, McGraw Hill Book Co. s/d
- 33)-SILVA, Otacílio Alves da: Compêndio de contabilidade aplicável as sociedades cooperativas. Curitiba. OCEPAR. 1983
- 34)-SOUZA, Ezequiel José Santos de: Reavaliação do imobilizado e outros aspectos do tratamento dos efeitos da inflação. Revista de Contabilidade e Comércio, Aveiro, dez/78
- 35)-SZUSTER, Natan: Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda: uma aplicação prática. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FEA/USP, 1980
- 36)-SZUSTER, Natan: Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa. Tese Doutorado. São Paulo. FEA/USP. 1985
- 37)-The Cooperativa Lague of The USA: Administração moderna de empresas e cooperativas. Tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo, Atlas, 1975
- 38)-WANLESS, P.T. e FORESTER, D.A.R.: Contabilidad en epocas de inflación. Editorial Limusa SA, México, 1985